

RGSN

#17

RGSN V. 9, Nº1
JUNHO DE 2021

REVISTA DE GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS
ISSN 2318-4981



Faculdade
São Francisco
de Assis

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – UNIFIN
WWW.SAOFRANCISCOEASSIS.EDU.BR – REVISTA@SAOFRANCISCOEASSIS.EDU.BR





RG
SN

REVISTA DE GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS
REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - UNIFIN
WWW.SAOFRANCISCODEASSIS.EDU.BR - REVISTA@SAOFRANCISCODEASSIS.EDU.BR

EDIÇÃO V. 9, Nº1 - JUNHO DE 2021
ISSN 2318-4981



CORPO EDITORIAL

Editor Presidente

01 EDSON ROBERTO OAIGEN Faculdade São Francisco de Assis - FSFA / UEP

Comitê Editorial

| | |
|--------------------------------------|---|
| 02 ANDREIA CASTIGLIA FERNANDES | Faculdade São Francisco de Assis - FSFA |
| 03 ANA PAULA MELCHIORI STAHL SCHMIDT | Faculdade São Francisco de Assis - FSFA |
| 04 DANIELE VASCONCELLOS DE OLIVEIRA | Centro Universitário UNIFEBE |
| 05 JOSÉ LUIZ DOS SANTOS | Faculdade São Francisco de Assis - FSFA |
| 06 CÂNDIDO DOS SANTOS SILVA | Universidad Evangelica del Paraguay - UEP |
| 07 MÁRCIA BIANCHI | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS |
| 08 NILSON PERINAZZO MACHADO | Faculdade São Francisco de Assis - FSFA |
| 09 PAULO ROBERTO PINHEIRO | Faculdade São Francisco de Assis - FSFA |
| 10 PAULO SCHMIDT | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS |

Comitê Ad hoc

| | |
|----------------------------------|--|
| 11 ALEXANDRE ALVES FERNANDES | Faculdade São Francisco de Assis - FSFA |
| 12 ANTONIO BATISTA PEREIRA | Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA |
| 13 EDGARD TEODORO DE MOURA FILHO | Universidade Estadual de Roraima - UERR |
| 14 CÂNDIDO DOS SANTOS SILVA | Universidad Evangelica del Paraguay - UEP |
| 15 ELISIANE ALVES FERNANDES | Faculdade São Francisco de Assis - FSFA |
| 16 ESTEBAN GUILLERMO MISSENA DEL | Universidad Evangelica del Paraguay - UEP |
| 17 GERSON CABRAL BENITEZ | Universidad Evangelica del Paraguay - UEP |
| 18 JAIR PUTZKE | Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA |
| 19 MEIRE MOURA SOAVE RODRIGUES | Secretaria Estadual de Educação MT - SMED/MT |
| 20 MIRIAM GONZALES | Universidad Evangelica del Paraguay - UEP |
| 21 NICOLLE ALBORNOZ PESOA | Secretaria Municipal de Alvorada SMAM/RS |
| 22 PEDRO CRISÓLOGO CARMONA | Universidad Nacional de Asunción - UNA |
| 23 RICARDO PEDROSO OAIGEN | Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA |
| 24 ROSSANO ANDRÉ DAL-FARRA | Universidade Luterana do Brasil - ULBRA |
| 25 TERESINHA SALETE TRAINOTTI | Universidad Evangelica del Paraguay - UEP |
| 26 YSMAIL CARLOS CORTEZ | Intituto Federal de Roraima - IFRR |

Comitê das normas

01 JOSIANE FONSECA DA CUNHA Faculdade São Francisco de Assis - FSFA

APRESENTAÇÃO EDITORIAL

A **REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS - RGSN** é um periódico semestral da Faculdade São Francisco de Assis, com contribuições de autores do Brasil e do Exterior. Publica trabalhos vinculados às áreas de conhecimento: Gestão, Sustentabilidade, Ambiente e Negócios, com enfoque multidisciplinar, na forma de artigos científicos.

A **RGSN** aceita para publicação artigos inéditos resultantes de estudos teóricos, pesquisas e relatos de experiências. Excepcionalmente poderão ser publicados artigos de autores brasileiros ou estrangeiros editados anteriormente em livros e periódicos que tenham circulação restrita no Brasil.

A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Comitê Científico ou de Colaboradores *Ad hoc*. A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição às áreas de conhecimento aceitas pela Revista e à linha editorial da Revista, a originalidade do tema ou do tratamento dado ao mesmo, assim como a consistência e o rigor da abordagem teórico-metodológica. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pela Comissão Editorial, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

A RGSN busca colaborar no processo de disseminação da produção científica e tecnológica, mostrando a capacidade dos profissionais-pesquisadores e, também, dos alunos em processo de Iniciação à Educação Científica e Tecnológica em produzir, elaborar e difundir suas produções científicas relevantes para a transformação e melhoramentos em Ciências e Tecnologias na sociedade atual.

Com isso, a RGSN favorecerá a difusão da produção intelectual oriundas de trabalhos concluídos ou em processo investigativos provenientes de diferentes origens dentro do ensino superior.

A RGSN conta com o apoio da comunidade da Faculdade São Francisco de Assis e das demais Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, do Brasil e do exterior. Agradecemos a confiança em nossa iniciativa e desejamos uma ótima leitura!

Faculdade São Francisco de Assis

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| A minigeração distribuída por meio de sistemas solares fotovoltaicos no Brasil - João Victor Fernandes da da Silva..... | 4 |
| Diversidade e educação inclusiva: um estudo de caso em uma universidade pública do estado de Mato Grosso – Ana Flávia Uchoa, Fernanda Araújo Alencar Machado..... | 14 |
| Espaço pedagógico e a produção científica: novas estratégias para um aprendizado significativo – Sandra Maria de Souza Rodrigues..... | 25 |
| Estratégias de normalização do sujeito com Síndrome de Down – Janaina Fiorenzano Araújo..... | 40 |
| Ética empresarial e o administrador de empresas – Anderson Anacleto Cardoso..... | 62 |
| Nível de evidenciação socioambiental em conformidade com a NBC T-15 das companhias do setor de carnes e derivados listados na B3: período de 2015 a 2018 – Thayna Fernanda Parminondi Moraes, Marcelo Rabelo Henrique, Antonio Saporito e Sandro Braz Silva | 75 |
| O papel do líder na gestão de pessoas – Daiana Carneiro Bonilha e Elisiane Alves Fernandes..... | 97 |
| Práticas de responsabilidade social corporativa nas empresas do setor de papel e celulose – Adrieli Avila, Celso Galante e Daniela di Domenico..... | 116 |
| Vivências de práticas ecopedagógicas em trilhas ecológicas temáticas: construindo valores para a educação sustentável – Edson Roberto Oaigen e Ricardo Lima Brum de Paula..... | 137 |
| Marketing de experiência: a influência que gera preferência – Daiane Pefeira Borges e Andréia Castiglia Fernandes..... | 157 |



A MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA POR MEIO DE SISTEMAS SOLARES FOTOVOLTAICOS NO BRASIL

MINIGENERATION DISTRIBUTED THROUGH SOLAR PHOTOVOLTAIC SYSTEMS IN BRASIL

SILVA, João Victor Fernandes da ¹

Resumo: Este artigo foi elaborado para obtenção de nota do componente curricular “Introdução à Engenharia e Metodologia Científica” presente no semestre 2020.1 do curso de bacharelado em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Com a crise do Petróleo, no início da década de 1970, o interesse em aplicações terrestres da energia solar fotovoltaica foi renovado e expandido. No entanto, para ser economicamente praticável, o preço de custo da produção de células solares precisava ser bastante reduzido. Com tal objetivo, as indústrias tiveram que transmutar seus perfis para produção das mesmas. De acordo com o site “canal Solar”², um dos principais canais de conteúdos e informações sobre energia solar fotovoltaica no país, o Brasil apresentou, no primeiro semestre do ano 2020, um aumento de 106% da potência instalada em estabelecimentos comerciais em relação ao mesmo período de 2019 (411 MW e 199 MW, respectivamente). Nesse contexto, percebe-se a necessidade dos profissionais da área adquirir conhecimento sobre as temáticas que abrange a energia solar fotovoltaica, nesse caso a Minigeração, que é interligada a rede elétrica e também chamada de *On-Grid*, para estabelecimentos comerciais. O objetivo desse presente artigo é

¹ Graduando do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: jvsilva60@gmail.com

² Disponível em: <<https://canalsolar.com.br/>>

promover o aprendizado, em um grau médio-aprofundado, acerca da Minigeração distribuída no Brasil, que vem se consolidando cada vez mais no mercado.

Palavras-chave: Energia Solar Fotovoltaica. Minigeração distribuída.

Abstract: This article was designed to obtain a grade for the curricular component “Introduction to Engineering and Scientific Methodology” present in the 2020.1 semester of the Bachelor's Degree in Electrical Engineering at the Universidade Federal de Roraima (UFRR). With the oil crisis in the early 1970s, interest in terrestrial applications of photovoltaic solar energy was renewed and expanded. However, to be economically feasible, the cost price of producing solar cells needed to be greatly reduced. With this objective, the industries had to change their profiles to produce them. According to the “Solar channel” website, one of the main content and information channels on photovoltaic solar energy in the country, in the first half of 2020, Brazil presented a 106% increase in installed power in commercial establishments in relation to the same period in 2019 (411 MW and 199 MW, respectively). In this context, the need for professionals in the field to acquire knowledge about the themes that covers photovoltaic solar energy, in this case Minigeneration, which is connected to the electricity grid and also called On-Grid, for commercial establishments. The purpose of this article is to promote learning, in a medium-deep degree, about Minigeneration distributed in Brazil, which has been consolidating itself more and more in the market.

Keywords: Photovoltaic Solar Energy. Distributed mini-generation

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala de Sol, não se menciona somente a característica de maior estrela da nossa galáxia. O Sol, na escala terrestre de tempo, é uma fonte inesgotável de energia, e, assim, provém, direta ou indiretamente, todos os outros tipos de energia, sendo indispensável na sobrevivência e desenvolvimento de cada espécie de ser vivo.

As formas de energia geradas diretamente pelas radiações solares são: energia solar térmica e a energia solar fotovoltaica. Como a última é fundamental na temática abordada, então a estudaremos exclusivamente.

Em 1883, com a descoberta do Efeito Fotovoltaico, em 1839, e do selênio, em 1800, a primeira célula fotovoltaica no estado sólido foi construída, com rendimento de 1%, por Charles Fritts, e instalada no telhado de uma casa situada na cidade de Nova Iorque, EUA. No entanto, só na década de 1950, os laboratórios bell fabricou diversas unidades para utilização em atividades espaciais, representando o avanço na área da eletrônica. Com a crise do Petróleo, em 1973, e com o desenvolvimento das células solares, os países começaram, de fato, investir em fontes renováveis

para diversificar e confiabilizar suas matrizes energéticas, levando à universalização do acesso à energia.

No Brasil, em 2003, foi criado o programa “Luz para Todos” que visa levar eletricidade a lugares remotos e subsidiar tarifas, por meio dos governos federais, estaduais e as concessionárias.

As crescentes flexibilizações do Governo possibilitaram o aumento no acesso e diminuição de custos. De acordo com o canal Solar, um dos principais canais de conteúdo e informações sobre energia solar fotovoltaica no país, o Brasil apresentou, no primeiro semestre desse ano, um aumento de 106% da potência instalada em estabelecimentos comerciais em relação ao mesmo período do ano passado (411 MW e 199 MW, respectivamente). Assim, faz-se necessário o conhecimento, em partes, principalmente, dos futuros profissionais, sobre a geração distribuída, principalmente à Minigeração.

Com base nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é promover o aprendizado, em um grau médio-aprofundado, acerca da minigeração distribuída no Brasil, que vem se consolidando cada vez mais no mercado. A metodologia utilizada seguiu os seguintes passos: circunscrição do tema; coleta de dados; análise de dados; organização de dados; referencial teórico sobre o tema em questão; redação do artigo científico.

2 MINIGERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICA NO BRASIL

A Minigeração é o termo atribuído a unidades geradoras de potência instalada maior que 75 kW e menor ou igual a 3 MW para fontes hídricas e menor ou igual a 5 MW para cogeração qualificada, ou para as demais fontes renováveis de energia elétrica, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 687/2015.

Esse ato administrativo também relata sobre o surgimento do “sistema de compensação de energia”, o qual consiste no recebimento de créditos (energia ativa que tinha sido emprestada pela unidade geradora à rede de distribuição e devolvida caso o consumidor consuma menos que produza) que devem ser utilizados no período de até 60 (sessenta) meses.

3 O SOL E SUAS CARACTERÍSTICAS

De acordo com Pinho e Galdino (2014, p. 67):

O Sol é a principal fonte de energia para a Terra. Além de ser responsável pela manutenção da vida, a radiação solar constitui-se numa inesgotável fonte energética, havendo um enorme potencial de sua utilização por meio de sistemas de captação e conversão em outra forma de energia, como por exemplo, a térmica e a elétrica.

Com base a citação anterior, podemos constatar que a maioria dos tipos de energia são gerados de forma direta ou indireta pela Energia Solar, não só como a mesma é essencial para o funcionamento equilibrado do ecossistema ao qual habitamos. A tabela 1, mostra as principais características do sol.

Tabela 1 - Algumas características do Sol

| Principais características do Sol | |
|-----------------------------------|--|
| Massa | 1,989 x 10 ³⁰ kg |
| Raio | 696.000 km |
| Densidade Média | 1.409 kg m ⁻³ |
| Densidade Central | 1,6 x 10 ⁵ kg m ⁻³ |
| Distância | 1 UA ou 1,499 x 10 ⁸ km |
| Potência Luminosa | 3,83 x 10 ²⁶ W |
| Temperatura efetiva | 5.785 K |
| Temperatura Central | 1,5 x 10 ⁷ K |
| Composição química principal | Hidrogênio = 91,2% |
| | Hélio = 8,7% |
| | Oxigênio = 0,078% |
| | Carbono = 0,043% |

Fonte: OLIVEIRA FILHO; SARAIVA (2004), adaptado pelo autor

A Terra, em seu trajeto anual em torno do Sol, descreve uma elipse com excentricidade (ϵ) igual a 0,017 e o seu eixo com o plano normal à elipse forma um ângulo igual a 23,45° aproximadamente. Essa inclinação, juntamente com o trajeto em torno do Sol, chamado de movimento de translação, origina as estações do ano.

3.1 Radiações solares

As ondas eletromagnéticas provenientes da maior fonte de energia renovável da nossa galáxia são denominadas “Radiações solares”, que são subdivididas em: Direta, Difusa, Global. A “Direta” corresponde a incidência de raios solares no solo sem sofrer desvios em objetos localizados no seu trajeto (nuvens, árvores, partículas

de ar, etc). Já a “Difusa” é alcunhada assim devido à difusão de raios incidentes na superfície terrestre por objetos assentados no percurso. Concomitantemente, é observado os fenômenos ondulatórios de refração e difração. E, por fim, a “Global” representa a soma das duas radiações anteriores que alcançam a nossa superfície. As radiações solares são responsáveis diretamente pela formação de ventos, devido às diferenças na quantidade de energia nas latitudes que são originadas pelos diferentes valores de “coeficientes albedos” (coeficiente que calcula a razão entre as energias refletida e incidida em uma superfície) presentes em cada localidade do globo terrestre, e, conseqüentemente, pelo tempo e clima de um lugar.

A Radiação Solar pode ser quantificada de duas formas: por fluxo de potência em determinada superfície, ou por meio da quantidade de energia que incide na mesma superfície. A primeira é designada de “Irradiância”, qual tem w/m^2 (watt por metro quadrado) como unidade de medida, e indica a quantidade de energia que é transportada por unidade de tempo em determinada área da superfície. Enquanto a última, nomeada de “Irradiação” ou “Insolação”, corresponde à quantidade de energia que é transportada em determinado tempo para uma determinada área e tem, como unidade de medida, $w.h/m^2$ (watt-hora por metro quadrado).

Outrossim, há uma terceira forma de expressar essa energia, que é “Horas de Sol Pleno” (HSP) que equivale à quantidade de horas diárias que um painel fotovoltaico permanece com irradiação igual a $1kw/m^2$ (um quilo-watt por metro quadrado) e é calculada pelo quociente entre a irradiação diária do painel e o valor acima.

No que tange as relações geométricas entre os raios solares e a superfície terrestre, as quais são representadas através de ângulos, temos, conforme Pinho e Galdino (2014, p.72), abaixo as principais relações:

- Ângulo Zenital (θ_z): ângulo formado entre o raios solares incidentes e uma linha imaginária perpendicular ao local, chamada de “Zênite”.

- Altura ou Elevação Solar (α): ângulo compreendido entre os raios do Sol e sua projeção no plano horizontal.

Os ângulos acima são complementares, ou seja, $\theta_z + \alpha = 90^\circ$.

- Ângulo Azimutal Solar (γ_s): é o ângulo correspondente a projeção dos raios solares no plano horizontal e a direção Norte-Sul do observador. Temos 0° no Norte geográfico e, por convenção, o sentido Leste positivo e Oeste negativo. Esse ângulo é maior ou igual a -180° e menor ou igual a 180 graus. Outro fator preponderante é que o mesmo depende do deslocamento solar ao longo do dia.

- Ângulo Azimutal da Superfície (γ): é o ângulo entre a projeção da reta normal à superfície no plano horizontal e a direção Norte-Sul (horizonte do observador). Notamos as mesmas condições de definição de ângulos em relação aos sentidos que o Ângulo Azimutal Solar.
- Inclinação da Superfície de Captação (β): ângulo entre a superfície de captação e a superfície horizontal. Esse ângulo é maior ou igual a zero graus e menor ou igual a noventa graus.
- Ângulo de Incidência (θ): formado pela incidência dos raios solares e a reta Normal à superfície de captação.

3.2 Instrumentos de medição da radiação solar

A medição da radiação solar é de grande importância tanto para estudos sobre a influência das condições climáticas e atmosféricas sobre o planeta como também para o desenvolvimento de projetos voltados para a captação e conversão dessa energia em eletricidade.

Em relação ao desenvolvimento de projetos de aproveitamento da energia solar, temos as seguintes utilizações, conforme Pinho e Galdino (2014):

- Identificação e seleção da localização mais adequada para instalação do sistema fotovoltaico;
- Dimensionamento do gerador fotovoltaico;
- Cálculo da geração de energia anual, mensal ou diária;
- Estabelecimento de estratégias operacionais e dimensionamento do sistema de armazenamento (para sistemas isolados).

Existem dois instrumentos comumente utilizados para medição da irradiação solar, são eles:

- Piranômetro: mede a irradiação global. É subdividido em dois tipos: piranômetro termoelétrico e piranômetro fotovoltaico. O primeiro tem como sensor uma termopilha localizada no interior de duas semiesferas de vidro concêntricas e está localizado no plano horizontal ao de incidência dos raios solares. Já segundo é composto por uma célula fotovoltaica de pequenas dimensões, localiza-se no plano horizontal e apresenta menor precisão que o primeiro.

- Pireliômetro: mede a irradiação direta com incidência perpendicular à superfície. A irradiação difusa é bloqueada instalando o sensor termoelétrico dentro de um tubo de colimação, com paredes emagrecidas e apontado diretamente para o Sol.

O valor da irradiação difusa é calculado pelo piranômetro ao qual é instalado uma banda ou um disco de sombreamento para bloquear a componente direta.

3.3 Tipos de energias geradas a partir de conversões diretas da irradiação solar

- Energia Solar Térmica: representa a energia térmica obtida pela conversão da irradiação solar. Destaca-se os coletores solares, que são subdivididos em concentrados ou planos devido à presença ou não de dispositivos de concentração. É, majoritariamente, utilizado em residências ou empresas comerciais para aquecimento da água do chuveiro numa temperatura de até 60°C.

- Energia Solar Fotovoltaica: representa a energia elétrica dada a partir da transformação da energia solar por meio sistemas de aproveitamento. Sendo eles: ligado à rede de distribuição (*On-Grid*) ou autônomo (*Off-Grid*). O *On-Grid* é formado, principalmente, pela célula fotovoltaica e inversor. Enquanto o *Off-Grid* é formado por célula fotovoltaica, controlador de carga, bateria e inversor. Nesse trabalho, iremos focar no primeiro mencionado devido ao objetivo implantado.

4 COMPONENTES BÁSICOS DO “SSF” CONECTADOS À REDE

As células fotovoltaicas são fabricadas por um material semicondutor, majoritariamente o silício monocristalino, e seu funcionamento está estritamente relacionado com o “Efeito Fotovoltaico”. É chamado de módulo quando está disposta em associação (série ou paralelo) com outras células e equipamentos.

Em segundo plano, as radiações provocam nas células fotovoltaicas, formadoras dos painéis fotovoltaicos, o chamado “Efeito Fotovoltaico” que diz respeito ao surgimento de tensão elétrica, em materiais semicondutores, a partir da absorção, pelos elétrons, da energia liberada por fótons (componentes eletromagnéticos da luz).

Esses materiais possuem três bandas de energia: Banda de Valência, onde os elétrons estão posicionados inicialmente; Banda proibida, ou *Gap*, na qual é formado o campo elétrico criado pelo movimento das partículas fundamentais negativas entre as lacunas que separam as bandas; e a Banda de Condução, em que surgirá a tensão elétrica responsável por mover os elétrons energizados pelo circuito.

4.1 Curva I-V

Corresponde a relação entre corrente e tensão que circula no módulo fotovoltaico.

Segundo Villalva (2019), pode-se determinar as seguintes características:

- Corrente de curto – circuito: é a máxima corrente elétrica que o módulo pode oferecer.
- Tensão de Circuito Aberto: é a máxima tensão que o módulo pode fornecer.
- Corrente de máxima potência (I_{mpp}): é a corrente que o módulo fornece quando trabalha no seu ponto de máxima potência.
- Tensão de máxima potência (V_{mpp}): é a tensão fornecida pelo módulo no seu ponto de máxima potência.
- Potência de máxima potência (P_{mpp}): corresponde a máxima potência produzida por um módulo.
- Ponto de máxima potência (mpp): está representado no “joelho” da curva I-Ve no pico da curva P-V. Essa última indica a relação entre potência e tensão.

4.2 Fatores que alteram o funcionamento de uma célula fotovoltaica

Temos dois. São eles:

- Temperatura: a temperatura está diretamente relacionada com a tensão elétrica. Baixa temperatura indica maior tensão e alta temperatura corresponde a uma menor tensão.
- Irradiação: como a célula fotovoltaica só funciona a partir do efeito fotovoltaico e esse só ocorre devido à irradiação, então a taxa de irradiação altera diretamente o componente do sistema. Se a taxa de solarimetria está baixa, então haverá menor produção de eletricidade. Se a taxa de solarimetria está alto, então causará na maior produção de energia elétrica.

4.3 Eficiência dos Módulos Fotovoltaicos

A eficiência é um parâmetro que define quão efetivo é o processo de conversão de energia solar em energia elétrica. Segundo Chamma (2017, p. 19), a fórmula utilizada para calcular é:

$$\eta = \frac{I_{mpp} \times V_{mpp}}{A \times I_c}$$

Onde:

A = Área útil do módulo (m²);

I_c = Luz incidente – Potência luminosa incidente (W/m²);

I_{mpp} = Corrente de máxima potência;

V_{mpp} = Tensão de máxima potência.

4.4 Características das conexões dos módulos fotovoltaicos

Os critérios adotados pelo projeto irão indicar os tipos de associações feitas pelos módulos fotovoltaicos. Eles podem ser conectados em série e/ou em paralelo. Os efeitos da tensão e da corrente são os mesmos para os dispositivos fotovoltaicos. Para as conexões em série, o terminal positivo de um módulo é conectado ao terminal negativo de outro módulo e assim por diante. Neste caso, a conexão dos dispositivos em série faz com que as tensões sejam somadas e a corrente elétrica do sistema inalterada.

Já para as conexões feitas em paralelo, o terminal positivo é ligado no terminal positivo e o terminal negativo é ligado no terminal negativo. Desta forma, os dispositivos apresentam a mesma tensão e somam as correntes.

4.5 Inversor

Equipamento utilizado para realizar a conversão de corrente contínua em alternada. É desejável que seja produzido para dissipar o mínimo possível de potência e que possa ter a mesma tensão da rede elétrica.

Os inversores possuem dispositivos semi-condutores que se juntam transformando a entrada em corrente contínua em saída com corrente alternada com determinada frequência.

Segundo Galdino e Pinho (2014), pode-se classifica-los em dois tipos:

- Inversor de rede: o processo de conversão é controlado pela tensão da rede elétrica.
- Inversor autônomo: o próprio inversor controla o processo de inversão.

A maioria dos inversores tem o prazo de garantia de 5 anos, podendo ser estendido por até 10 anos. Após esse período, recomenda-se a análise do seu funcionamento e se necessário a sua troca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se, portanto, a grande variedade e viabilidade de recursos que a energia solar fotovoltaica possibilita, fazendo com que se torne indispensável até mesmo para atividades cotidianas, como por exemplo, tomar banho e preparar comidas. Além disso, com a crescente diminuição de tarifas e custo dos componentes dos sistemas de conversão de energia, a energia solar fotovoltaica tem tudo para ser a principal fonte na matriz energética brasileira na próxima década.

REFERÊNCIAS

ANEEL. **Anexo à Resolução Normativa nº 687, de 24 de Novembro de 2015.** Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2015687.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

CHAMMA, B.C. **Projeto de uma microgeração fotovoltaica aplicada a uma residência.** 64 p. Projeto de Graduação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COSTA, M. V. C. **Projeto de geração fotovoltaica isolada para o prédio de laboratórios isolados da Engenharia Elétrica da UFRR.** 22 p. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

GALDINO, M. A.; PINHO, J. T. **Manual de engenharia para sistemas fotovoltaicos.** Rio de Janeiro: CRESESB, 2014.

OLIVEIRA FILHO, K. S.; SARAIVA, M. F. O. **Astronomia e Astrofísica.** 2.ed. São Paulo: Livraria da Física, 2004.

VILLALVA, M. G. **Entendendo as curvas I-V e P-V dos módulos fotovoltaicos.** 2019. Disponível em: <https://canalsolar.com.br/index.php/artigos/item/59-entendendo-as-curvas-iv-e-pv-dos-modulos-fotovoltaicos>. Acesso em: 05 dez 2020.



DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIVERSITY AND INCLUSIVE EDUCATION: A CASE STUDY IN A PUBLIC UNIVERSITY IN THE STATE OF MATO GROSSO

UCHOA, Ana Flávia³

MACHADO, Fernanda Araújo Alencar⁴

Resumo: Neste artigo refletimos acerca da diversidade de sexo existente no ambiente universitário e como os alunos homossexuais enfrentam desafios diários para concluir a graduação em razão da discriminação, mesmo possuindo como qualquer pessoa independentemente de orientação sexual o direito à educação assegurado pela lei, para reforçar o nosso estudo apresentamos um depoimento verídico de um aluno que vivencia esta situação em uma Universidade Pública do Estado de Mato Grosso. O objetivo deste estudo foi comparar o que está descrito na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como o que os nossos autores escrevem a respeito da educação inclusiva e o que de fato ocorre no cotidiano de uma universidade. Por meio deste estudo podemos perceber que a grande maioria dos livros e artigos escritos a respeito de educação inclusiva sempre relacionam a mesma com alunos portadores de necessidades educacionais especiais, havendo poucos estudos contemplando o homossexualismo, pois esta categoria não necessita de atendimento especial na educação, precisam somente

³ Graduada em Direito pela UNEMAT. Docente do Curso de Direito da UNEMAT. Advogada. Mestranda em Educação. Email: anaflaviauchoa@gmail.com

⁴ Graduada em Administração. Docente do Curso de Administração da UNEMAT e em cursos profissionalizantes. Mestranda em Educação. Email: fernandamachado.cba@hotmail.com

ser aceitos e respeitados como são, afinal de contas são acadêmicos comuns, porém o presente trabalho vem apresentar que na maioria das vezes a realidade vivenciada é bem diferente, pois todos os dias eles precisam lutar para serem incluídos e aceitos no ambiente educacional, necessitando até mesmo de uma decisão judicial para salvaguardar um direito que inclusive já está amparado pela legislação.

Palavras-chave: Diversidade. Homossexualismo. Direito. Educação inclusiva.

Abstract: In this article we reflect about the diversity of gender existent in the university environment and how homosexual's students face daily challenges to complete the graduation because of discrimination even having the same as any other person independent of sexual orientation right to education guaranteed by law, to strengthen our study we will present a true testimony of a student who experiences this in a Public University in the state of Mato Grosso. The objective of this study was to compare what is described in the Constitution and the Law of Guidelines and Bases of Education, as well as what our authors write about inclusive education and what actually happens in a university everyday. Through this study we can perceive que the vast majority of books and articles written about inclusive education always relate with students need special education , with few studies mentioning about homosexuality , because this category does not require special care in education, needs only be accepted and respected as they are, after all they are usual students, however the present study comes to present that in the most of the time the experienced is really different, because every day they have to fight to be included and accepted in the educational environment, requiring even a court order to safeguard one right that including already is supported by Law.

Keywords: Diversity. Homosexuality. Right. Inclusive education.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 contemplou inúmeros direitos aos cidadãos independentemente de cor, raça, opção sexual, situação econômica, enfim, de modo que todos sejam respeitados e valorizados, até mesmo porque temos no Artigo 1º, do inciso III um Princípio Basilar que é o da Dignidade da Pessoa Humana.

No Artigo 205 constatamos o direito à educação para todos os brasileiros. Da mesma forma, no *caput* do Artigo 5ª assegura a igualdade entre as pessoas, de modo a possuir os mesmos direitos e deveres, assim, este artigo impossibilita a discriminação e o preconceito racial, econômico, cultural, sexual, e etc.

Nossa legislação vem sofrendo constantes mudanças a fim de assegurar que os portadores de necessidades especiais, os homossexuais, os autistas, os superdotados, ou seja, todas as pessoas que não são consideravelmente “normais”

no contexto social sejam incluídas, especificamente na comunidade escolar, de modo a minimizar estas “diferenças”.

Muito embora as legislações existentes em nosso país incentivem o respeito entre os povos sabemos que muitos destes direitos não passam da letra fria da lei, pois constantemente vislumbramos nos noticiários relatos de pessoas que sofreram algum tipo de discriminação ou até violência física ou psicológica, até mesmo na comunidade escolar.

O trabalho apresenta a importância de lutarmos pela inclusão dos alunos que são compreendidos socialmente como “diferentes” em razão da opção sexual, uma vez que os homossexuais, transexuais, bissexuais não podem ser desprezados nem tampouco excluídos do convívio acadêmico. Entretanto, sabemos que esse preconceito e discriminação ainda se faz presente nas escolas, faculdades, universidades, enfim. Essas pessoas continuam enfrentando dificuldades e por isso estudar, muitas vezes passa a ser um desafio muito grande, pois em um local aonde o respeito pela diversidade deveria prevalecer é muitas vezes o local aonde eles mais encontram problemas e vivenciam situações vexatórias.

Desta forma, neste trabalho abordaremos um relato verídico de um aluno homossexual que estuda em uma universidade pública no Estado de Mato Grosso e que sofreu muita discriminação por sua opção sexual, principalmente porque os demais discentes e até mesmo alguns docentes não aceitavam que o mesmo utilizasse o banheiro feminino.

Muitas vezes possuía dificuldade em realizar trabalhos em grupo em razão do preconceito, sendo que a situação foi tão séria a ponto deste aluno ajuizar uma Ação Judicial buscando por parte do Poder Judiciário uma decisão que efetivasse e amparasse o seu direito constitucionalmente assegurado, ademais reivindicou o mesmo direito junto ao órgão superior da Universidade a fim de que fosse respeitado e incluído na instituição de ensino.

2 DIREITO À EDUCAÇÃO

Todas as crianças, adolescentes, jovens, idosos possuem garantia constitucional à educação, pois a nossa Magna Carta de 1988 estipula no Artigo 205 que a educação é um direito de todos e ainda a Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) reforça este direito constitucional.

O legislador brasileiro demonstrou ser a educação um direito assegurado à todas as pessoas, inclusive ressaltando a importância da mesma para o melhor desempenho das atividades laborais, uma vez que a educação amplia os horizontes e concede maior possibilidade de desenvolvimento social.

[...] A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito a educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnicoracial, crença religiosa ou posição política. (GOMES, 2008 p. 79).

Partindo da mesma premissa Saviani (2009, p. 5) também ressalta a importância da educação para formação de uma sociedade mais justa, democrática e consciente, afinal de contas apenas a educação é capaz de transformar o mundo:

[...] a educação é direito de todos e dever do Estado. O direito de todas à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa. Para superar a situação de opressão, própria do 'Antigo Regime', e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado 'livremente' entre os indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância. Só assim seria possível transformar os súditos em cidadãos, isto é, em indivíduos livres porque esclarecidos, ilustrados. Como realizar essa tarefa? Por meio do ensino. A escola é erigida no grande instrumento para converter os súditos em cidadãos.

Desta forma, devemos pensar a educação como um direito que deve ser efetivamente assegurado à todas as pessoas, pois necessitamos dela para desfrutarmos de um ambiente mais harmônico e minimizar as diferenças sociais, econômicas e culturais.

3 DIREITO À LIBERDADE SEXUAL

O Art. 5º, *caput* da Constituição traz em seu bojo o Princípio da Igualdade, assegurando que todas as pessoas são iguais e devem ser tratadas com respeito.

Ou seja, as pessoas possuem o direito à liberdade e essa liberdade deve ser entendida num sentido amplo, incluindo a liberdade de orientação sexual, afinal de contas os heterossexuais, homossexuais, transexuais, enfim, são antes de tudo seres humanos dignos de respeito.

Se, de um lado, não posso me adaptar ou me “converter” ao saber ingênuo dos grupos populares, de outro não posso (...) impor-lhes arrogantemente o meu saber como o verdadeiro. O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social com a experiência igualmente social de sus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados vão mostrando sua “incompetência” para explicar os fatos. (FREIRE, 1997, p. 32).

Assim, o indivíduo é livre para realizar suas escolhas e isso não seria diferente no que tange a orientação sexual, afinal de contas as pessoas com opção sexual diferente não podem e nem merecem ser discriminadas porque a própria legislação os ampara. Aliás, sobre o direito à liberdade sexual o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4277-7, 2011 se manifestou:

[...] cuida-se de proteção constitucional que faz da livre disposição da sexualidade do indivíduo um autonomizado instituto jurídico. Um tipo de liberdade que é, em si e por si, um autêntico bem de personalidade. [...] Algo já transposto ou catapultado para a inviolável esfera da autonomia de vontade do indivíduo, na medida em que sentido e praticado como elemento da compostura anímica e psicofísica (volta-se a dizer) do ser humano em busca de sua plenitude existencial. (BRASIL/STF/ADIN 4277-7, 2011).

Com isso, percebemos que a orientação sexual não deve ser óbice para ver os direitos constitucionais da igualdade e liberdade infringidos.

4 DA DIVERSIDADE

Vivemos num país onde há uma miscigenação de povos e culturas, neste contexto percebemos que a diversidade é fator predominante.

Assim, não é raro encontrar dentro de uma sala de aula alunos com vivências e realidades diferenciadas, tanto no que diz respeito ao cenário familiar, econômico, racial e até mesmo sexual.

É cada vez mais frequente nos depararmos com casais homossexuais, bissexuais, transexuais, no entanto, a nossa sociedade ainda traz consigo uma cultura tradicionalista e até mesmo preconceituosa, o que dificulta muitas vezes a aceitação à essa opção sexual.

Por isso, muito embora existam pessoas que defendam a preservação e o respeito à diversidade de gênero, raça, sexo, o fato é que ainda temos muito a avançar, principalmente nas instituições de ensino afinal de contas muitas vezes os professores nem tampouco alunos encontram-se preparados para conviver com as

diferenças, o que acaba gerando muitas vezes a exclusão e acaba aflorando o preconceito e a discriminação.

A diversidade é um dado, uma constatação da humanidade. O problema central e fundamental da diversidade gira em torno da forma pelo qual lidamos com essa diversidade, ou seja, com o diferente, com o outro. A cultura brasileira, apesar de ter construído historicamente mitos sobre o modo como lidamos com a diferença, é marcada por um sentimento de intolerância em relação ao outro. Não é incomum escutarmos notícias de agressões e mortes que acontecem com as pessoas mais vulneráveis dessa sociedade, o que desconstrói qualquer concepção mitológica sobre o modo como nos relacionamos com a diferença. (BURCKHART, 2015).

A diversidade muitas vezes não é bem gerenciada pelos docentes e discentes, pois o que ocorre de fato é vislumbrarmos crenças e valores individuais sendo sobrepostos ao Direito à Igualdade e Liberdade, pois algumas atitudes discriminatórias influenciam diretamente na vivência escolar dos alunos.

5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E HOMOSSEXUALIDADE

Quando nos deparamos com o assunto da educação inclusiva a ideia que nos remete é a de que a inclusão deveria ser algo natural, pois as instituições de ensino são lugares aonde se deveria preservar a liberdade, dignidade e respeito, além disso estas instituições deveriam fomentar os debates acerca da diversidade de modo que houvesse uma integração e aceitação dessas diferenças. Santos e Paulino (2006, p.11) abordam acerca da importância da inclusão no contexto educacional:

A educação inclusiva tem importância fundamental, pois busca, por princípio básico, a minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes. Baseados nestes ideais democráticos, as propostas inclusivas são revolucionárias, pois almejam, incondicionalmente, uma estrutura social menos hierarquizada e excludente, tendo como base o argumento de que todos têm o mesmo valor, pelo simples fato de sermos humanos. Porém, uma sociedade sem exclusões é, para nós, apenas um vislumbre. Inclusão e exclusão são conceitos intrinsecamente ligados, e um não pode existir sem o outro porque inclusão é, em última instância, a luta contra exclusões. Analisando desta forma podemos então afirmar que sempre existirá a luta por uma educação inclusiva. Se exclusões sempre existirão, a inclusão nunca poderá ser encarada como um fim em si mesmo. Inclusão é sempre um processo.

Constata-se que a inclusão não é uma coisa que acontece rapidamente, pelo contrário, se trata de um processo que precisa ser estimulado diariamente

principalmente nas instituições de ensino, pois escola não é lugar de discriminação e sim de inclusão e respeito, tanto que a Declaração de Salamanca menciona a necessidade de criação de instituição acolhedora de modo que todos convivam num ambiente saudável, propiciando um aprendizado geral independentemente das diferenças existentes:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 2012).

Enfocando acerca da inclusão de alunos homossexuais no ambiente escolar percebemos o quanto precisamos avançar, isso porque é cada vez mais comum visualizar pessoas se assumindo como gays, lésbicas, transexuais e isso deve ser tratado com naturalidade pela sociedade e principalmente dentro das instituições de ensino pelos professores e alunos heterossexuais, pois o importante é que saibamos conviver e respeitar a orientação sexual de cada um, mesmo discordando da opção sexual do outro.

Mas o fato é que a inclusão dos alunos homossexuais ainda é uma realidade utópica, pois, infelizmente ainda nos deparamos com atitudes preconceituosas e discriminatórias dentro das escolas e universidades, isso porque as pessoas consideradas “normais” possuem certa dificuldade de aceitação diante de suas crenças e visões particulares, e por isso acabam não aceitando realizar trabalhos em grupo com alunos homossexuais, dividir o mesmo espaço, debater, enfim, relacionar amigavelmente com o próximo.

Neste sentido Chauí (2001, p. 5) menciona que a universidade

[...] é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade.

Por ser a universidade um local de diversidade social não deve ser permitido que atitudes discriminatórias contra os homossexuais ainda se façam presentes, pelo contrário, a busca pelo respeito e aceitação das diferenças deve partir primeiro

daqueles que buscam aprimorar o conhecimento, por isso medidas de conscientização do respeito ao próximo devem ser adotadas e vivenciadas pelos professores e alunos.

6 O DIREITO E A REALIDADE VIVENCIADA

Quando falamos do direito a inclusão sobretudo levando em consideração a diversidade que vivemos, temos um embate com a realidade vivenciada por muitas pessoas, como é o caso da acadêmica Maria Micheli (nome social), que citaremos neste artigo pois realizamos com ela nosso estudo de caso.

[...] Em qualquer sociedade, a construção da diversidade assume contornos diferentes de acordo com o processo histórico, relação de poder, imaginários, práticas de inclusão e exclusão que incidem sobre os diferentes sujeitos e grupos. Nesse sentido é preciso compreender os processos históricos e culturais singulares vividos por esses grupos no contexto das desigualdades e como esses nem sempre são considerados quando lutamos pela construção da democracia. (GOMES, 2008, p. 70)

A acadêmica em questão é uma garota devidamente matriculada em um curso de graduação em uma Universidade Pública do Estado de Mato Grosso, e foi neste curso que como ela mesma explica teve que solicitar junto a reitoria da Universidade o uso do nome social, já que o nome que constava nas listas de chamada, até por uma questão de padronização da Universidade era o que constava no documento de identidade da mesma.

Em março de dois mil e quinze uma colega de militância da causa trans. me informou que a presidenta havia sancionado através do diário oficial da união uma normativa que orientava todas as instituições de ensino público e privado e de todas modalidades a como tratarem e lidarem com a questão transexual, então levei a normativa juntamente com uma solicitação junto a coordenação administrativa do meu curso e ao passarem o caso para Cáceres, prontamente fui atendida, recebemos um documento que apenas serviu para reforçar o tratamento digno do qual eu já estava recebendo. (Relato da acadêmica Maria Micheli 29/08/2016)

Esta estudante também relata que já foi alvo de piadas homofóbicas por parte de outros acadêmicos, e justamente por isso clama por solidariedade dos mesmos em prol de sua causa, que é a de simplesmente ser aceita com a orientação sexual que possui. Como podemos falar de inclusão em um caso como este, quando você se depara com alguém que não quer nenhum atendimento educacional especial,

não quer nenhum tratamento diferenciado, quer apenas ser tratado como um acadêmico qualquer?

Enfim, não posso negar que já fui alvo de piadas transfóbicas e machistas por parte de alunos, porém isso acontece sempre de forma velada, e por baixo dos panos já ouve alunas que foram reclamar para professores o fato de eu usar o banheiro feminino, a estas garotas só peço que tenha solidariedade comigo, pois nenhuma mulher se sentiria bem em ter que adentrar um banheiro masculino. (Relato da acadêmica Maria Micheli 29/08/2016).

Como podemos claramente notar esta acadêmica se considera mulher e com tal deve ser tratada, não é uma situação de adaptação a um acadêmico com necessidades especiais onde a universidade precisa adaptar o prédio, os docentes necessitam aperfeiçoar a aula para atender estas particularidades, pelo contrário, esta acadêmica luta por uma causa que independe do universo acadêmico, pois apenas implora por respeito e deseja ser tratada de acordo com a orientação sexual que escolheu, e não quer ser discriminada ao ponto de recair em uma vida sem volta pelas faltas de oportunidades na vida, como ela mesma diz no seguinte relato:

[...] aos poucos quero ver as pessoas trans ocupando este lugar que a nós também é de direito, para um dia eu não ter mais de me deparar com uma irmã em uma noite na esquina vendendo o seu corpo por meio único de sobrevivência, meio este que somos empurrados e empurradas a entrar pela falta de ensino ou discriminação no mercado de trabalho, somos apenas 10% em situação de trabalho formal enquanto os outros 90% se arriscam na prostituição algo perigoso neste país que é o maior no mundo em números de assassinatos motivados por transfobia.

A grande questão que fica é: Como resolver este caso de inclusão? Não se trata apenas de criarem leis resguardando estes direitos pois a questão é muito mais profunda, afinal de contas se trata de conscientização, quebra de paradigmas, tabus e crenças enraizadas. A nossa esperança é que talvez daqui a alguns anos tenhamos uma realidade bem diferente da que vivenciamos hoje, mas até que esse desejo não passe de uma utopia é necessário aumentar o número de acadêmicos corajosos e lutadores como a acadêmica Maria Micheli que contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho.

7 CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados somos levados a acreditar que ainda há uma caminhada longa para que realmente possamos visualizar o respeito e a

aceitação dos alunos homossexuais por parte da comunidade acadêmica. É imprescindível que todos se conscientizem que o homossexualismo realmente não merece ser tratado como educação inclusiva, pois estes alunos não necessitam de uma educação especial, possuindo competências e habilidades como outro acadêmico qualquer, ou seja, de fato não precisaria estar lutando por direitos que todos possuímos.

Mesmo que por momentos haverá questionamentos sobre uso de banheiro, ou mudança de nome social, no mais é um acadêmico como outro qualquer e como tal merece ser tratado. Concluimos que se faz necessário formações pedagógicas para professores lidar não só com este, mas com diversos questionamentos que podem surgir no cotidiano da vida acadêmica e que também se faz necessário investir na sinergia entre acadêmicos, para que possamos diminuir a distância existente entre os mesmos por questões de diferenças de crenças, valores, raças e poderes econômicos.

A educação deve vir para somar e ser discutida, para que cada vez possamos ver menos e talvez até em sentido utópico acabar com a discriminação entre discentes, docentes e gestores em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. MEC. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400547&tipo=TP&descricao=ADI%2F4277>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BURCKHART, T. **O direito à diversidade é uma resposta à intolerância**. Disponível em: <http://justificando.com/2015/09/28/o-direito-a-diversidade-e-uma-resposta-a-intolerancia/>. Acesso em: 25 ago. 2016.

CHAUI, M. S. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferencia de Abertura da 26ª reunião anual da ANPED. Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOMES, N. L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10639/2003. In: MOREIRA, A. F. E CANDAU, V. M. (orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (orgs.). **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.



ESPAÇO PEDAGÓGICO E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA: NOVAS ESTRATÉGIAS PARA UM APRENDIZADO SIGNIFICATIVO

ESPACIO PEDAGÓGICO Y PRODUCCIÓN CIENTÍFICA: NUEVAS ESTRATEGIAS PARA UN APRENDIZAJE SIGNIFICATIVO

RODRIGUES, Sandra Maria de Souza⁵

Resumo: O presente ensaio analisa a possibilidade de construção da aprendizagem dos alunos através da pesquisa no espaço pedagógico. Para tanto, utilizou-se uma amostra de 98 alunos do curso de Pós-Graduação de diferentes instituições na década de 2010/2020 na região metropolitana de Porto Alegre, RS, em vários cursos de graduação, na Disciplina Metodologia Científica. O instrumento aplicado foi semi-estruturado contendo (7) questões abertas. A análise do conteúdo das respostas dos pesquisados foi realizada a partir de BARDIN (1979). Como resultados preliminares destacamos que é importante ressaltar que a vivência da pesquisa permite estimular, orientar, assessorar e acompanhar o processo de pesquisa como possibilidade concreta e desafiadora na construção do conhecimento. Nesse sentido, não podemos *julgar* os professores de não terem essa prática voltada para a pesquisa, tendo em vista que não tiveram um modelo de concepção de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Pesquisa. Aprendizagem. Espaço pedagógico.

Resumen: Este ensayo analiza la posibilidad de construir el aprendizaje de los estudiantes a través de la investigación en el espacio pedagógico. Para ello, se

⁵ Seduc Roraima. Formada em Educação Física e Doutora. E-mail: rodriguesx@oi.com.br

utilizó una muestra de 98 estudiantes graduados de diferentes instituciones en la década de 2010/2020 en la región metropolitana de Porto Alegre, RS, en varios cursos de pregrado, en la Disciplina de Metodología Científica. El instrumento aplicado fue semiestructurado con (7) preguntas abiertas. El análisis de contenido de las respuestas de los encuestados se realizó a partir de BARDIN (1979). Como resultados preliminares, destacamos que es importante destacar que la experiencia de la investigación permite estimular, orientar, asesorar y acompañar el proceso de investigación como posibilidad concreta y desafiante en la construcción del conocimiento. En este sentido, no podemos juzgar a los docentes por no tener esta práctica enfocada a la investigación, dado que no contaban con un modelo de concepción de la enseñanza y el aprendizaje.

Palabras clave: Investigación. Aprendizaje. Espacio pedagógico.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por finalidade as possibilidades e os desafios de encaminhar a construção da aprendizagem através da pesquisa e do lúdico no espaço pedagógico. O contexto social desta investigação surgiu durante o processo de definição do problema de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. A partir da proposta de qualificação, redimensionou-se o objeto de pesquisa abandonando temporariamente a relação da pesquisa com o lúdico.

Em outro momento, o orientador continuou acreditando na idéia da articulação entre a pesquisa e o lúdico, aplica-se o instrumento para 98 alunos de diferentes cursos de graduação de diferentes instituições situadas na região metropolitana de Porto Alegre, RS, na década de 2010/2020, na Disciplina Metodologia Científica.

2 REFLEXÕES SOBRE TEÓRICOS DO TEMA

NP contexto, a prática da pesquisa, na sala de aula e mesmo fora dela, favorece a construção de vínculos na relação professor-aluno. A (re)construção do conhecimento, ajuda os acadêmicos a superar a barreira do medo e do desconhecido, permite que o ambiente pedagógico se torne mais dinâmico.

Assim, o aluno passa ser sujeito da aprendizagem e desenvolver, a partir desse processo, a criticidade, autonomia e a criatividade. Neste sentido, o espaço acadêmico se torna mais desafiador, aprimorando o senso político do processo

educativo, e desta forma, a aprendizagem passa a ter um novo significado, embasado na produção, argumentação e rigor científico.

Deste modo, a autonomia precisa ser experienciada e vivenciada com a finalidade de envolver todos os acadêmicos no processo de ensino e aprendizagem, dando ênfase à formação de alunos críticos, livres, responsáveis, pensantes e com a capacidade de se auto construir.

Nesta visão, acredita-se que é premissa fundamental na caminhada de investigação, ambos **professor-aluno** são sujeitos no processo. Por isso, o relacionamento precisa ser sensível, empático e solidário. Tanto a pesquisa, como a relação interpessoal, constituem-se em cumplicidade durante todo o caminho, dia a após dia se fortalece. É como uma semente, que plantamos e quotidianamente pautamos pelo cultivo com amorosidade. Neste sentido, vai germinando e crescendo, sem limite de produção, visto que a natureza mãe é sábia, e se encarrega de cuidar.

A experiência de vivenciar a pesquisa como possibilidade para a construção do conhecimento, acaba proporcionando transformações significativas, pois reflete as concepções de ensino e aprendizagem, tanto na teoria como na prática, pois, essa trajetória determina uma visão caracterizada pelo desenvolvimento com a pesquisa e possibilitando a percepção de questões que antes não eram percebidas.

Neste horizonte, acreditamos no potencial do ser humano como ser único dotado de inteligência, habilidade e potencialidades que precisam ser desenvolvidas numa perspectiva crítica de ensino, resultando uma aprendizagem significativa para os professores e alunos. Desta forma, acreditamos formar pessoas mais solidárias, sensíveis, investigativas para atender às necessidades de nossa sociedade, e assim, contribuir para a sua transformação, encantar a educação, o ser humano e a natureza mãe.

As instituições universitárias precisam refletir e assumir o compromisso frente ao baixo nível de produção acadêmica, passividade dos alunos, entre tantos outros entraves que prejudicam a aprendizagem dos acadêmicos. Não podemos persistir com o paradigma da reprodução, onde o professor deve ter domínio do conhecimento e ser um transmissor dos conteúdos.

Na prática pedagógica tradicional, o professor normalmente fala, explica, atua, decide e estabelece o ritmo do aprendizado dos alunos. O cerne dos objetivos educacionais obedece à sequência lógica dos conteúdos de acordo com a

legislação. Os conteúdos são selecionados a partir da cultura universal acumulada e organizados em disciplinas e dando ênfase na quantidade de conhecimentos.

Nesta perspectiva, o posicionamento frente a importância do lúdico na construção da aprendizagem, Perpétuo (2001, p. 53) afirma que: “A criança pobre não brinca porque precisa trabalhar, e não tem segurança nem espaço. E a criança rica não brinca porque tem agenda de executivo”.

No entender do autor, na atualidade as crianças não brincam ou brincam muito pouco, pois, quando estão nas instituições de ensino, os educadores devem promover a aprendizagem, utilizando como ferramenta significativa para o aluno, a ludicidade.

Demo (2000, p. 55) destaca afirmando que:

A universidade poderia confirmar papel imprescindível e gerador frente ao desenvolvimento humano, desde que fizesse o signo exemplar da formação da competência, indicando a gestão do cidadão capaz de intervir eticamente na sociedade e na economia, tendo como alavanca instrumental crucial o conhecimento inovador.

Na perspectiva de Callai (1999), quando o aluno passa a ler e escrever, aprende a ler o mundo em que vivemos. Nesse sentido, a pesquisa passa então a ser instrumento essencial no processo de ensino e aprendizagem. Observar a realidade, falar sobre as coisas do dia-a-dia, investigar os motivos daquilo que é aparente e discutir sobre isso é pensar a realidade da nossa vida. A investigação possibilita ao acadêmico, pensar e refletir, fazer questionamentos e buscar incessantemente respostas às inquietações e ter sempre perguntas a fazer.

Nessa dimensão, é fundamental que as instituições promotoras de saberes reflitam se a formação está sendo disponibilizada para estes futuros docentes. Por isso, se faz necessário revisitar metodologias que contemplem a criatividade, a inovação, a reflexão e a crítica, visto que contribuem para formação mais eficaz dos futuros profissionais da educação. Entendemos que assim teremos daqui a algum tempo, alunos e /ou profissionais mais felizes, habilidosos, críticos, inventivos, inovadores e cidadãos, que assumam o compromisso de contribuir para uma sociedade melhor para todos e para as futuras gerações.

Como podemos perceber, a pesquisa como possibilidade de (re)construção, tornará possível o crescimento de um sujeito capaz de estruturar mudanças refletidas e implementar ações inovadoras na prática educativa.

3 CAMINHOS INVESTIGATIVOS PERCORRIDO

A pesquisa realizada tem a abordagem qualitativa e quantitativa. Neste artigo, o caráter híbrido aparece quando os dados são apresentados em Categorias Específicas, em cada quadro, cuja denominação destaca a Categoria Principal.

Usou-se o Método Hermenêutico (qualitativo), onde a Análise de Conteúdos, foi utilizada para a técnica utilizada para a análise dos dados.

Quanto a parte quantitativa, valeu-se do uso de percentuais para cada total obtido para cada Categoria Específica.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Tendo em vista a riqueza das respostas coletadas nos instrumentos, resolveu-se socializar os dados desta pesquisa. A partir da análise de conteúdo, construí-se as categorias principais e específicas, considerando três idéias básicas de cada questão, a saber.

Quadro 1- O papel da pesquisa como possibilidade de aprendizagem no espaço pedagógico

| CATEGORIAS ESPECÍFICAS | ALUNOS | % |
|--|---------------|----------|
| Construção do conhecimento | 31 | 31,63 |
| Estimular o ensino e a aprendizagem com novas metodologias e a criatividade interagindo teoria e prática | 24 | 24,49 |
| Interação entre educador e educando: ampliando o interesse e as experiências | 22 | 22,45 |
| Aumenta a auto-estima e autonomia do aluno | 19 | 19,39 |
| Método de comunicação: crítica e responsável | 17 | 17,35 |

Fonte: elaborado pela autora

Percebe-se no quadro acima que 31,63 % dos pesquisados evidenciaram que é possível construir a aprendizagem através da pesquisa. 24,49 % expressaram que a pesquisa estimula o ensino, a criatividade, além de contribuir na relação teoria e prática. 22% dos investigados afirmaram que a pesquisa possibilita melhorar a interação na relação professor e aluno, além de ampliar o interesse e as experiências pedagógicas. 22,45 % verbalizaram que a pesquisa proporciona o aumento da autonomia e da auto-estima dos alunos. Verificou-se, também, em 5º lugar que a pesquisa melhora o método de comunicação, pautando pelo desenvolvimento da crítica e da responsabilidade.

Nesta perspectiva, Luft (1999) afirma que a prática da pesquisa possibilita ao educador rever a sua prática pedagógica, a partir das contribuições relevantes dos alunos, as quais apontam que o trabalho, no espaço pedagógico, incentiva a construção do conhecimento, evidenciando que:

Estabelecer o processo de pesquisa como meio de formação de alunos trabalhadores tem sido, no nosso entendimento, uma alternativa na qual acreditamos. Recebemos contribuições significativas dos alunos, pensamos e repensamos nossa prática, deixamos das aventuras solitárias para apostar numa construção solidária, mais rica, mais humana e mais feliz (LUFT, 1999, p.29).

Enricone (1996, p. 45) evidencia que:

A aceitação da pesquisa em aula, avaliada e compreendida em seus limites, encoraja melhor o desempenho dos professores que pesquisam sobre seu ensino, no entanto, acredita-se no seu potencial de modificar a maneira como veem seus alunos, sua docência e a si mesmos. É o poder da reflexão crítica como fator de mudança. Ao lado dos aspectos institucionais estão os pessoais do docente.

No entender do autor, o aluno tem condições de iniciar o processo de pesquisa, por meio da Iniciação Científica. Quando provocado e estimulado a pensar sente-se desafiado a criar, produzir e a inovar, num processo dinâmico e reflexivo que lhe possibilita desenvolver habilidades de autonomia e atitudes científicas essenciais ao educar pela cientificidade. A compreensão da ciência envolve uma série de operações mentais para se compreender os significados e produzir novos conhecimentos.

Quadro 2 - Vivências da pesquisa no ensino superior e sua relação com as concepções pedagógicas

| CATEGORIAS ESPECÍFICAS | ALUNOS | % |
|--|---------------|----------|
| A prática pedagógica não se limita a conhecimentos teóricos, gerando uma prática mais ampla e consciente, com inovações e novas tecnologias. | 30 | 30,61 |
| Não houve vivência, faltou motivação excesso da vivência de teorias tradicionais e métodos empíricos. | 25 | 25,51 |
| Negação do modelo tradicional, buscando nova sistematização para o processo educativo. | 25 | 25,51 |
| A concepção construtivista, ocorrendo mudanças qualitativas e quantitativas e reduzindo o distanciamento entre teoria e a prática. | 18 | 18,37 |
| Contextualização da realidade e construção da visão crítica pela dialética | 15 | 15,31 |

Fonte: elaborado pela autora

Verifica-se no quadro acima que 30,61 % dos alunos pesquisados evidenciam que a vivência da pesquisa provoca uma prática consciente e inovadora. Em

contrapartida, 25,51 % afirmaram que não houve vivências práticas com pesquisa. Contrapondo esta questão, 25, 51 % evidenciaram a negação do modelo tradicional. Em quarto lugar com 18, 37%, os investigados afirmaram que através da concepção construtivista, percebe-se, mudanças qualitativas e quantitativas e melhorando a aproximação entre a teoria e a prática.

Para Luft (1999, p. 26):

[...] a construção do conhecimento pelo caminho da pesquisa é o desafio ao qual o profissional da educação vem sendo chamada. Não basta despertar no professor o desejo de produzir o novo se no itinerário o sujeito primeiro, que é o aluno, não se constituir seu aliado.

Quadro 3 - Atuação do professor da educação superior em relação ao uso da pesquisa no processo de ensino e aprendizagem

| CATEGORIAS ESPECÍFICAS | ALUNOS | % |
|--|---------------|----------|
| O professor é dinamizador, moderador e condutor do processo | 31 | 31,63 |
| Emancipação do aluno, possibilitando contato com o real, maior criatividade e prazer em aprender | 23 | 23,47 |
| Professor: mero transmissor de conhecimentos, utilizando métodos ultrapassados, devendo estimular e dominar as metodologias de pesquisa. | 22 | 22,45 |
| Pouco incentivo no desenvolvimento de pesquisas | 18 | 18,37 |
| Preocupação com conteúdos pré-concebidos, não associando teoria e prática | 17 | 17,35 |

Fonte: elaborado pela autora

Visualiza-se no quadro acima que 31,63 % dos alunos pesquisados evidenciaram que o professor é o dinamizador, moderador e condutor do processo de ensino e da aprendizagem no espaço pedagógico. Em 2º lugar com 23,47 % os investigadores expressaram que a pesquisa contribui para a emancipação do aluno, além do contato com o real e desenvolvendo a criatividade e tendo prazer em aprender. Em terceiro lugar com 22,45 % os pesquisados evidenciam que o professor como um mero transmissor de conhecimento, devendo estimular e dominar as metodologias de pesquisa.

Na sequência, com 18,37 %, os investigados advertem que são pouco incentivados no desenvolvimento de pesquisas. Por último, em 5º lugar com 17,35 %, percebe-se que os pesquisados têm preocupação com os conteúdos pré-estabelecidos e desarticulados da teoria com a prática.

Nesse contexto, Fávero (1995, p. 56) registra:

A formação de cidadão deve caracterizar-se como a preparação de homens pensantes, que buscam continuamente novos caminhos, e não de máquinas que sempre repetem automaticamente os mesmos movimentos. Portanto, a universidade, além de ser uma instância de produção de conhecimento, de cultura e de tecnologia, é também a instituição onde se devem formar pessoas, cidadão e profissionais.

No entender do autor, reforçando a atuação do professor-pesquisador, afirma que a pesquisa não deve se constituir um esforço isolado. As instituições promotoras de saberes devem ter presente um projeto político, visando meios e recursos necessários para que o desenvolvimento da pesquisa se concretize de fato. Se a universidade pretende realmente ter produção científica, precisa definir uma política global de pesquisa, propiciando incentivo e as condições necessárias e indispensáveis.

Quadro 4 - Percepção do aluno sobre a pesquisa no processo de ensino e aprendizagem

| CATEGORIAS ESPECIFICAS | ALUNOS | % |
|---|---------------|----------|
| Agente ativo e participante, despertando o senso crítico e construindo novos saberes em novas realidades | 44 | 44,90 |
| Busca de novos conhecimentos e descobertas, aprofundando conhecimentos teóricos e tornando o ensino prazeroso, facilitando o aprendizado. | 28 | 28,57 |
| Alguns alunos não encaram a pesquisa como atrativo por não possuir conhecimento teórico, havendo mais valorização das notas do que dos conhecimentos. | 23 | 23,47 |
| Necessidade de referencial teórico básico para a produção científica | 13 | 13,27 |

Fonte: elaborado pela autora

Apresenta-se, no quadro acima, um percentual expressivo de 44,90 % de pesquisados que afirmaram que a pesquisa contribui para o aluno ser um agente ativo e participante, além de despertar o senso crítico e construindo novos saberes e em novas realidades. Em 2º lugar, com 28,57 % dos investigados, apontaram que a pesquisa busca novos conhecimentos e descobertas, aprofundando conhecimentos teóricos e tornando o processo de ensino e de aprendizagem mais prazeroso, além de facilitar a aprendizagem dos alunos. Em 3º lugar é importante salientar que 23,47 % advertem que a pesquisa não é atrativa pois, não possuem conhecimentos acerca da pesquisa.

Marques (2000, p. 133) aponta que:

O processo formativo da pesquisa importa se faça fio condutor do sistema educacional, da educação infantil a universidade, da tesoura e cola com que se inicia a criança às artes do ler, escrever e pesquisar aos desafios dos experimentos de laboratório, capazes de abertamente e de público justificarem suas constatações e descobertas.

Não poderia, por isso, bastar-se com ensino, como é ainda regra geral entre nós. Pior que isto, não se sustenta à proposta de apenas ensinar a copiar, não só

porque significa mero treinamento, mas, sobretudo porque implica inequívoca imbecilização.

Quadro 5 - A pesquisa no ensino superior e a construção do conhecimento científico

| CATEGORIAS ESPECÍFICAS | ALUNOS | % |
|--|---------------|----------|
| Desenvolve o senso crítico, construindo o pensamento científico | 31 | 31,63 |
| Organização de idéias, compreendendo a realidade | 27 | 25,55 |
| Aprender com a experiência, desenvolvendo processos e a capacidade de análise | 18 | 18,37 |
| Descobertas científicas, solucionando problemas e desenvolvendo a criatividade | 15 | 15,31 |
| Utilização da fundamentação teórica na construção e discussão do conhecimento | 14 | 14,29 |

Fonte: elaborado pela autora

Percebe-se nas falas dos pesquisados destaca-se com 31 % dos alunos pesquisados evidenciaram que a pesquisa desenvolve o senso crítico, construindo o pensamento científico. Em 2º lugar com 25,55 % dos investigados anunciam que a pesquisa contribui para a organização de idéias, compreendendo a realidade.

O paradigma da construção do conhecimento inicia-se quando as instituições educacionais desafiam seus parceiros professores-pais-alunos-direção, a pensarem sobre educação, ou seja, definir o tipo de educação, caminhos a serem seguidos por todos que fazem parte do contexto educacional. Quando isso ocorre, abre-se espaço na instituição educacional para serem debatidas e refletidas todas as questões que norteiam as ações educativas de forma reflexiva e coletiva.

Dentro dessa ótica Oaigen (1996, p. 61) afirma que:

Educação científica tem por finalidade o preparo do indivíduo para a atuação na sociedade, exercendo o domínio científico e tecnológico que lhes permitem utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio, os desafios diários, pois, além dos conhecimentos, experiências, habilidades e capacidades inerentes a Ciência, necessita levar o educando ao desenvolvimento da lógica e da vivência real dos métodos científicos.

Na visão do autor, é preciso ter presente que a educação científica está à disposição do homem, logo, não podemos, enquanto docentes do ensino superior, manter práticas pedagógicas voltadas para a reprodução do conhecimento. O desafio das universidades é aprofundar com autonomia, quotidianamente, os saberes construídos pela educação científica.

Quadro 6 - Princípios fundamentais vinculados à pesquisa

| CATEGORIAS ESPECÍFICAS | ALUNOS | % |
|---|---------------|----------|
| Produção de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar, investigando e descobrindo o novo | 36 | 36,33 |
| Observação, pensamento lógico e criativo, bem como da autonomia e motivação | 29 | 29,59 |
| Planejar a pesquisa, com previsão metodológica | 17 | 17,35 |
| Análise dos dados e comprovação | 16 | 16,33 |

Fonte: elaborado pela autora

Verifica-se, no quadro acima, que 36,33 % dos investigados afirmaram que a produção de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar e na busca do novo é evidenciada como princípios fundamentais vinculados à pesquisa. Em 2º lugar com 29,59 % dos interrogados advertem que é princípio da pesquisa observar, pensar logicamente, assim como, a presença da autonomia e da motivação. Em 3º lugar, com 17,35 %, é princípio da pesquisa planejá-la com previsão metodológica. Em 4º lugar perfazendo um percentual de 16,33 %, apontaram como princípio da pesquisa, a análise dos dados e sua comprovação.

Em 5º, 6º, e 7º lugar, apresenta-se com um percentual de 13,26 %, igualmente, que é princípio da pesquisa o pensamento crítico, Educação Científica e descobrimento da realidade. Além disso, a visão crítica da realidade pela análise e síntese, também, apresenta-se, como princípio da pesquisa, bem como, ciência como princípio para a pesquisa: aprendizagem significativa, revisão teórica, interpretação e desenvolvimento das competências e produção de indicadores.

Quadro 7- Relações entre a pesquisa, o ensino e o lúdico

| CATEGORIAS ESPECÍFICAS | ALUNOS | % |
|---|---------------|----------|
| Interação professor, aluno e conteúdos | 16 | 16,33 |
| Debate e visão crítica | 15 | 15,31 |
| Criatividade e o lúdico são indispensáveis na pesquisa | 15 | 15,31 |
| Ensino e aprendizagem promovidos pela pesquisa | 13 | 13,26 |
| Pesquisa interdisciplinaridade, tecnologia e diálogo, possibilitando o questionamento para o educando | 12 | 12,24 |

Fonte: elaborado pela autora

Visualiza-se no quadro acima que as relações entre a pesquisa, o ensino e o lúdico aparecem a interação com 16,33 % dos alunos pesquisados. Com 15,31 % aparece o debate e a visão crítica. Em 3º lugar com 15, 31 % dos pesquisados evidenciam que a criatividade e o lúdico são indispensáveis na pesquisa. Em 4º lugar, com 13,26 %, aparece o ensino e a aprendizagem promovidos pela pesquisa. Por último, em 5º lugar ficou evidenciada que a relação existente está vinculada pela

interdisciplinaridade, tecnologia, diálogo, possibilitando o questionamento para o educando.

Segundo Perpétuo (2001, p. 53), o cerne da questão é “o grande nó, hoje, é formar quem possa coordenar essas atividades”. Por isso, se faz necessário que haja instituições educacionais que promovam a formação de educadores com pressupostos teórico-prático e apontem caminhos e metodologias para uma prática voltada à pesquisa e ludicidade no espaço pedagógico.

Dentro deste horizonte, o autor nos aponta caminhos, desafios e estratégias para que haja a curto espaço de tempo, mais profissionais da educação qualificando-se para uma ação educativa voltada para pressupostos básicos na formação de ludoeducadores.

Logo se vê que Perpétuo (2001, p. 53) tem razão ao colocar que: “o investimento não é no brinquedo, mas na pessoa do ludoeducador, aquele que faz o trabalho educativo, utilizando o lúdico como instrumento”. No entender do autor, essa formação contribui para uma prática pedagógica mais eficaz, ou seja, melhorando aprendizagem do aluno.

Em vista disso, Martins (2001, p. 53) em parceria com a PUC-SP, implementou no ano de dois mil, o curso “Pressupostos básicos para a formação de ludoeducadores”. “A ideia é transformar o curso em uma pós-graduação”. Reafirmando o posicionamento do autor, quanto à implementação do curso na PUC-SP, acreditamos que brevemente isso seja premissa de um número maior de instituições educacionais voltadas para uma questão tão importante, ou seja, a formação de ludoeducadores.

Portanto, frente a esse contexto, percebe-se que professores e as pessoas de um modo geral ficam atrelados às coisas prontas, mais fáceis e rápidas; neste sentido, podemos afirmar que não contribuem para o processo de ensino e aprendizagem do ser humano, da criatividade, bem como, não estimulam a criticidade, a inovação, a reflexão, a reconstrução e a autonomia na formação plena da identidade de um cidadão, responsabilidade das instituições educacionais

Santos (1998, p. 12) aborda questões significativas acerca do lúdico e da aprendizagem:

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Em vista disso, acredita-se que se os educadores do ensino superior refletirem sobre a importância do lúdico no processo de construção do conhecimento, certamente teremos alunos mais ativos, participativos no processo de ensino-aprendizagem e diminuirão as tensões, medos, ansiedades, inseguranças, desinteresse pelas aulas, entre tantos outros sentimentos que não favorecem o aprender.

Diante desse contexto, há necessidade de uma ruptura do ensino tradicional-formal no ensino superior para que se estabeleça um ensino mais dinâmico, humanista voltado para o desenvolvimento de habilidades, do ensinar a pensar, educar pela pesquisa, da utilização de práticas pedagógicas que valorizem a ludicidade, no desafio de uma educação de qualidade científica, que contribua para diminuir a evasão, a repetência e melhore a auto-estima dos universitários.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O espírito da atual legislação brasileira, em especial o ensino superior, visa promover e fomentar a criação cultural, científica baseadas no pensamento reflexivo com vistas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Desse modo, as universidades são consideradas instituições pluridisciplinares, cujos objetivos se voltam para profissionalização dos trabalhadores de grau superior, para a pesquisa, para a extensão e para o domínio e o cultivo do saber humano. O saber só pode comunicar-se pelo ensino, pelas publicações e por outras formas de comunicação.

Dentro deste horizonte, o docente deve afastar-se do pedestal e passar a ser um orientador, mediador e interventor da aprendizagem dos alunos. Este processo não implica nenhuma desordem na sala de aula ou mesmo o professor perder a autoridade diante da impertinência e outras questões presentes na vida acadêmica dos alunos.

Assim, “professor-aluno” assumem papéis de sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva natural da pesquisa, a saber: a indagação, inquietação, reflexão, dúvida, interação e busca permanente de respostas às questões que se apresentam durante o processo de investigação.

A pesquisa oferece melhores condições de aprendizagem ao aluno. Mas, para que isso ocorra, se faz necessário que as instituições educacionais estimulem os educadores à prática constante da formação continuada.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. **A pesquisa no cotidiano escolar**. In: FAZENDA, I. (org). Metodologia na Pesquisa educacional. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

ARIZA, R. P.; TOSCANO, J. M. **El saber de los profesores especialistas: aportaciones desde las didácticas específicas**. Professor do ensino Superior: identidade, docência e formação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BOMBASSARO, L. **Ciência e mudança conceitual**. Porto Alegre: EDIPUC, 1998.

BUGGE, M. L. **Teorias da aprendizagem para professores**. São Paulo: EPU, 1977.

CAIRÃO, I. S. O professor pesquisador. SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1., 21-22 set. 1999, Canoas/RS. **Anais...** Canoas: Ulbra, 2000.

CALLAI, H. C. Estudo do Lugar como Processo de Pesquisa para a aprendizagem. **Espaços da Escola**, Ijuí, RS, v. 4, n. 31, jan./mar. 1999.

CARVALHO, J. M.; SIMÕES, R. H. **O que dizem os artigos publicados em periódicos especializados, na década de 90 sobre o processo de formação continuada do professor ?** ANPED, 1998.

CASANOVA, M. A. **Prologo a la edicion española**. In: L. La investigación como la base de la enseñanza. 3.ed. Madrid: Morata, 1996, p. 9-18.

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. 8.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

DEMO, P. Escola muda de cara. **Revista Educação**, Brasília, ano 3, n. 12.

ENRICONE, D. **Os desafios da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade e estágio curricular**: subsídios para discussão. In: ALVES, N. (org.). Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1995.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade**: histórica, teoria e pesquisa. São Paulo: Papyrus, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia das autonomias**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JOHANN, J. R. **Introdução ao método científico**: conteúdo e forma do conhecimento. Canoas: ULBRA, 1997.

LUFT, H. M. Trabalhadores aprendem pela pesquisa. Espaços da Escola, Ijuí, v. 4, n.31, jan./mar., 1999.

MALDANER, O. A. Professor-pesquisador: uma nova compreensão do trabalho docente. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 4, n.31, jan./mar., 1999.

MALDANER, O. A.; SHNETZLER, R. P. **A necessária conjugação pesquisa e do ensino na formação de propostas de professores**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

MARTINS, Luciane Paiani. **A pesquisa como princípio educativo na formação de professores**. II Reunião de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Região Sul. Curitiba: UFPR/ANPED, 1999.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. 3.ed. Ijuí: UNIJUI, 2000.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**: limites e possibilidades. In: ENGERS, M. E. (org.). Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

OAIGEN, E. R. **Atividades extraclasse e não-formais**: uma política para a formação do pesquisador. Chapecó: Grifos, 1996.

OLABUENAGA, J. I. R. **Metodología de la investigación cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1996.

PERPÉTUO, I. F. Faz-de-conta levando a sério: **Educação. Brinquedos: Educadores utilizam recursos lúdicos para ensinar**. São Paulo, ano 27, n. 239, p. 51-54, mar. 2001.

PÓRLAN, R. **Constructivismo y escuela**. 5.ed. Sevilla: Dáda, 1998.

PUENTE, M. de La. **Abordagem centrada na pessoa e a educação**. In: PENTEADO, W. M. D.(org). **Psicologia e ensino**. São Paulo: Papel Livros, 1980.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa:Gradiva, 1992.

SANTOS, S. M. P. **O lúdico na formação do educador**. São Paulo: Vozes, 1998.

SCHÖL, D. **Educando o profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SOUZA, N. P.; SILVA, E. B. **Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9394/96**. São Paulo: Pioneira, 1997.

VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1997.



ESTRATÉGIAS DE NORMALIZAÇÃO DO SUJEITO COM SÍNDROME DE DOWN

NORMALIZATION STRATEGIES FOR THE SUBJECT WITH DOWN SYNDROME

ESTRATEGIAS DE NORMALIZACIÓN DEL SUJETO CON SÍNDROME DE DOWN

ARAÚJO, Janaína Fiorenzano⁶

Resumo: O texto tem como objetivo analisar estratégias de normalização dos sujeitos com Síndrome de Down, num contexto contemporâneo que enfatiza a inclusão de todos. Analisa-se a busca da normalidade desses sujeitos a partir de uma obra literária de crônicas, intitulada “A Eficiência na Deficiência” (SILVA, 2005) bem como outros materiais que igualmente evidenciam como a jovem (Aline), com Síndrome de Down, vive a experiência de tornar-se dançarina de balé. Com base na análise do discurso de orientação foucaultiana, compreende-se a empiria da pesquisa a partir de três eixos analíticos: 1. Mudanças na aparência estética; 2. Controle da alimentação e as atividades físicas; 3. Divulgação da experiência na mídia. Esses conjuntos de discursos são vistos como estratégias que normalizam o corpo destes sujeitos com deficiência. Conclui-se que, ao incluir, também são produzidas exclusões instigadas pelo processo de normalização que não reconhece as singularidades dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Síndrome de Down.

⁶ Doutora em Educação, Universidade Evangélica do Paraguay (UEP). E-mail: jninay@hormail.com

Abstract: The text aims to analyze normalization strategies directed to subjects with Down Syndrome in a contemporary context, where the inclusion of everyone in society is emphasized. The analysis of the search for normality is based on the chronicles book "A eficiência na deficiência" (Efficiency in disability; SILVA, 2005) as well as other materials that also show how Aline, as a young woman with Down Syndrome, lives the experience of becoming a ballet dancer. Based on a Foucault's oriented discourse analysis, the empirical data investigation is conducted along three analytical axes: 1. Changes in aesthetic appearance; 2. Control of food and physical activities; 3. Dissemination of the experience in the media. These sets of discourses are seen as strategies in order to normalize these subjects with disabilities and their bodies. As a conclusion, it appears that, through the inclusion process, exclusions are also produced as a result of a normalization that does not recognize subjects with disabilities and their singularities..

Keywords: Education. Inclusion. Down Syndrome.

Resumen: El texto tiene como objetivo analizar estrategias para la normalización de sujetos con síndrome de Down, en un contexto contemporáneo que enfatiza la inclusión de todos. La búsqueda por la normalización de estos sujetos es analizada a partir del libro de crónicas "A Eficiência na Deficiência (Eficiencia en la discapacidad; SILVA, 2005), así como otros materiales que también muestran cómo la joven (Aline), con Síndrome de Down, vive la experiencia de convertirse en bailarina de ballet. A partir del análisis del discurso de orientación foucaultiana, el enfoque empírico de la investigación asume tres ejes analíticos: 1. Cambios en la apariencia estética; 2. Control de la alimentación y las actividades físicas; 3. Difusión de la experiencia en los medios. Estos conjuntos de discursos son vistos como estrategias que normalizan el cuerpo de estos sujetos con discapacidad. Se concluye que, a través de la inclusión, exclusiones también son instigadas por el proceso de normalización, que no reconoce las singularidades de los sujetos.

Palabras clave: Educación. Inclusión. Síndrome de Down.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo analisar estratégias de normalização dos sujeitos com Síndrome de Down, considerando um contexto contemporâneo em que a inclusão se coloca como um imperativo. Destacamos o trecho a seguir, extraído do relato de um pai de uma jovem com Síndrome de Down. Esse relato encontra-se na

obra “Eficiência na Deficiência” (SILVA, 2005)⁷ onde é narrada a história de Aline, também chamada de Lili. A história inicia-se por seu nascimento, sendo destacadas as dificuldades vividas quando os pais descobrem a Síndrome de Down em sua filha. O livro também se propõe a mostrar o desejo do pai, como escritor, de ajudar as pessoas que têm filhos com este ou outros tipos de deficiência.

Enquanto a criança estava sendo vestida pela mãe, o médico foi dizendo moderadamente, mas objetivo, que a recém-consultada apresentava um quadro pediátrico normal, indicando e reforçando os cuidados necessários. Todavia, e agora sim, a parte mais importante da consulta, foi dizendo pausadamente que a criança tinha algumas características físicas diferentes, tais como: olhos ligeiramente oblíquos, flacidez acentuada, principalmente na região do pescoço e juntas, língua ligeiramente fora da boca (protusa) e outros sinais que não lembro mais [...]. Lembro-me que a mãe chorou após tal conversa, o que é perfeitamente aceitável (SILVA, 2005, p. 28-29).

Esse excerto representa a problematização central a ser analisada, a qual envolve essas marcas da diferença que as pessoas diagnosticadas com Síndrome de Down carregam e pelas quais passam a ser reconhecidas na sociedade.

Para problematizarmos tais marcas que identificam Aline, partimos do pressuposto de que sua identidade corresponde a um processo socialmente construído de forma complexa e dependente tanto de momentos históricos distintos quanto de relações de saberes e de poderes que vão produzindo esses marcadores. Assumimos, *a priori*, a compreensão de que uma pessoa com Síndrome de Down, a exemplo de toda e qualquer pessoa, não tem uma identidade fixa e determinada apenas por sua diferença marcada no corpo, como se fosse constituída apenas pelo saber médico ou biológico. Problematizaremos, aqui, esses marcadores que posicionam os sujeitos com Síndrome de Down, não para negar a sua materialidade, mas, ao contrário, para evidenciar que estes sujeitos são vistos através de uma norma que define e institui a “pessoa com deficiência”, nesse caso, com Síndrome de Down.

Apoiados em autores, tais como Foucault (2001, 2008, 2010), Canclini (2006), Veiga-Neto (2001), Lara Ferre (2001), Hall (1997), Silva (2000), Lopes (2009), Xavier e Oliveira (2006), entre outros, problematizaremos esses marcadores que incidem sobre o corpo de um sujeito, levando-o a buscar por correções e transformações de

⁷ Os excertos retirados dessa obra - Silva (2005) - por constituírem-se em dados analisados nesse estudo, serão trazidos como citação em bloco e em itálico a fim de diferenciar das citações de autores que fundamentam o texto.

seus corpos como possibilidade de ajustar-se a um modelo padrão estabelecido pela normalidade. Apontaremos como evidência em nossas análises três conjuntos de discursos que incidem sobre o comportamento de Aline a fim de transformá-la em bailarina: 1. as mudanças na aparência estética; 2. o controle da alimentação e as atividades físicas; 3. a divulgação de sua experiência na mídia. Esses conjuntos de discursos são vistos como estratégias que disciplinam, regulam, normalizam e controlam o corpo deste sujeito, no caso em análise, Aline uma jovem com Síndrome de Down. Argumentamos que esse conjunto de discursos constitui-se por regimes de verdades. Com Foucault (2004, p. 8-9), aprendemos que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Sendo assim, há determinadas verdades que circulam no campo educacional e estabelecem, por meio de uma variedade de regras, como os sujeitos com deficiência devem ser vistos e entendidos nesse contexto contemporâneo, onde a inclusão de todos se coloca como um imperativo e assume o *status* de modelo a ser seguido. Por outro lado, não obstante a importância de se exaltar os movimentos em prol da inclusão de todos na sociedade, garantindo direitos básicos de participação e igualdade, é preciso também tensionar o processo de in/exclusão que se impõe como necessidade perante e na sociedade, ou seja, a lógica segundo a qual para sermos incluídos nos espaços é preciso que nos igualemos a todos os demais. Ainda assim, de dentro desses espaços, não temos a garantia de uma inclusão permanente. Esperamos que este texto possa contribuir com o campo da educação, na medida em que os sujeitos com Síndrome de Down sejam considerados em suas singularidades e tenham relações de convivência a partir de suas diferenças.

2 LENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Analisaremos a obra de Silva (2005), pai de Aline, também chamada de Lili e nela descrita como ocupando essa posição de “bailarina especial”. Pautados nos Estudos Foucaultianos e nos Estudos Culturais, numa perspectiva pós-estruturalista, compreendemos a desvantagem à qual estão submetidos determinados grupos em

termos de uma participação igualitária na sociedade como resultante de determinada cultura que define coisas sobre moda, bom gosto, comportamento, moral, conhecimento e linguagem a partir de um pensamento elitista, segregando, assim, as pessoas que apresentam-se de forma diferenciada do que a sociedade exige.

Identificamos esse processo excludente operando através de práticas que visaram a integração dos sujeitos. Tais práticas são produzidas não mais apenas em uma sociedade disciplinar, marcada pela instituição de normas que se tornaram hegemônicas na modernidade (FOUCAULT, 2010). Vale a pena descrever resumidamente alguns elementos em primeiro lugar deste tipo de sociedade. De acordo com Foucault (2008, p. 74), precisamos considerar que a disciplina “[...] analisa, decompõe, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações”. A disciplina classifica os elementos a serem aprendidos, se tomarmos, por exemplo, a distribuição das crianças escolarizadas em hierarquias e dentro de classificações. Controla e estabelece demarcações entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros (FOUCAULT, 2008). Em decorrência desse modelo disciplinar, temos uma aprendizagem marcada por um contexto bem definido, com diferentes espaços fechados, destinados a determinados tipos de indivíduos e objetivos também distintos a partir de um quadro que visava a normação disciplinar. Ou seja, uma sociedade pautada na normação disciplinar, de acordo com o autor, consiste em implantar um modelo ótimo que é construído visando a certo resultado, definindo-se, assim, quem é normal ou anormal.

Como segunda caracterização desse modelo de sociedade que faz operar práticas de inclusão, não mais de integração, percebe-se que tal modelo disciplinar não desaparece por completo na contemporaneidade, mas passa a conviver com outras formas de governar as pessoas. A partir do século XVIII, o problema da população passa a ser central. De acordo com Foucault, não mais os indivíduos seriam tomados em relação ao território, mas, sim, à população: “Não mais a segurança do príncipe e do seu território, mas segurança da população e, por conseguinte, dos que a governam.” (FOUCAULT, 2008, p. 85).

Nesse outro modelo de sociedade, teremos os dispositivos de segurança operando e normalizando a população. Operam a normalização para constituir uma sociedade de seguridade. Em uma sociedade regida por mecanismos de segurança, o que está em questão são elementos díspares, os quais são governados a partir de uma política de multiplicidades, que opera em um terreno de probabilidades. Num

sistema disciplinar, parte-se da norma. Neste outro sistema, por outro lado, as estratégias de normalização buscam identificar diferentes curvas de normalidade e articular essas diferentes distribuições de normalidade: “a norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele.” (FOUCAULT, 2008, p. 83).

Tendo em vista esses processos que visam à integração e à inclusão dos sujeitos da diferença, analisaremos práticas de in/exclusão que movimentam a família e a jovem Aline, a personagem central do livro, pois sua trajetória relaciona-se a esse processo de normalização. Além da obra já citada como central na análise, onde Aline é a personagem principal, ainda enquanto criança, tomamos também outros artefatos como complementares às análises. Um artefato literário: livro infanto-juvenil “A bailarina especial” (TOMAZ, 2012); e outro midiático: uma entrevista em um Programa de Televisão (TV SENTIDOS, 2009). Compreende-se esse conjunto de artefatos como culturais, pois eles nos ensinam gestos, gostos, atitudes, etc. Por ensinarem coisas, torna-se necessário perguntarmos quanto às identidades que são consideradas socialmente positivas em uma sociedade marcada pelo consumo e pela seguridade. Há uma suposta “celebração” de certas identidades consideradas melhores do que outras. Apesar disso, não há uma norma que defina quem ela deva ser, mas um conjunto de elementos que operam para que ela deseje ser alguém considerado normal. No caso específico, ser normal para Aline é ser considerada dentro do grupo das bailarinas através dos investimentos de sua família para torná-la aceita.

Identificamos enunciados nesses materiais que apontam para essas transformações no corpo de Aline a fim de que possa tornar-se bailarina sendo aceita nesse grupo, ainda que ocupando esse lugar de pessoa com deficiência, no caso com Síndrome de Down. Tal como sugerido por Michel Foucault (2004) em seu curso no Collège de France, em 1970, os discursos são compreendidos a partir do que pode ou não ser feito e o que pode ou não ser dito dentro de uma dada racionalidade. O que é dito sobre Aline, portanto, não está localizado nela, no pai, na mãe ou na professora de balé, mas antes numa grade de inteligibilidade na qual determinados discursos são inscritos, proferidos, tornando-se capazes de produzir efeitos nos comportamentos dos sujeitos. Em relação às formas de circulação desses discursos, a norma será tomada como ferramenta metodológica, tendo em

vista que coloca determinadas verdades a circular a partir de uma variedade de regras estabelecidas na articulação entre o campo político e educacional.

No trecho a seguir, é possível identificar o que se espera de qualquer bailarina; portanto, também de Aline, a bailarina com Síndrome de Down:

Aline é grácil. A harmonia dos seus movimentos, a coordenação e o ritmo de cada um dos seus gestos e ações, demonstram a suavidade do seu corpo. Sua expressão corporal como linguagem comum a todo o ser humano, identificável em qualquer país, coincide com a de uma bailarina talentosa e eficiente, que venceu suas dificuldades iniciais (SILVA, 2005, p.11).

O pai descreve as características da filha a partir desses registros normais esperados de uma bailarina. Ao mesmo tempo em que é preciso marcar a diferença da Aline, ainda criança com Síndrome de Down, de acordo com a narrativa do pai, faz-se necessário que ela corresponda ao que é esperado de todas as bailarinas. Ou seja, uma expressão corporal como linguagem comum a qualquer ser humano, possível de ser identificada, em qualquer país, como sendo uma bailarina talentosa e eficiente. Esse paradoxo evidencia que, nesse modelo de sociedade de seguridade, a inclusão vem sendo entendida como um “imperativo de Estado”. De acordo com Lopes e Fabris (2013), a inclusão obteve o *status* de imperativo de Estado, tornando-se uma potente estratégia contemporânea de efetivação do ideal da universalização dos direitos individuais para todos, o que concretiza uma grade de inteligibilidade capaz de promover, entre outras coisas:

[...] a ampla circulação entre as pessoas, os fluxos internos nos organismos de Estado, a diversidade, a diferenciação entre coisas comparáveis e visíveis, o borramento de fronteiras, o consumo, a produção cultural, a concorrência e a competição entre os indivíduos, a autonomia, o empreendedorismo, a caridade, a solidariedade, etc. (LOPES; FABRIS, 2013, p. 8).

Nesse sentido, pode-se observar que a inclusão tornou-se premissa para o Estado e para o mercado. Ao mesmo tempo, ela produz uma grade com posições diferenciadas. De acordo com Lopes e Fabris (2013), tem sido imprescindível colocar-se a favor desse imperativo de discursos pró-inclusão, pois eles aparecem, primeiramente, de forma compulsória, como imperativo; porém, em um segundo momento, “[...] é preciso que cada um se dobre a essas verdades, acredite nelas ou

ao menos as aceite como promessa de mudança de vida” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 78).

Cabe destacar, ainda, que compreendemos esses discursos que exaltam a inclusão como pertencentes de uma racionalidade de governo neoliberal. Não se trata de efetuar uma análise centrada em uma instância governamental, mas de explicar formas de governo que coexistem com a instância do Estado. Trata-se, portanto, do que Foucault (2008) chamou de governamentalidade neoliberal. Nesse tipo de governamentalidade, de acordo com Lopes (2009), o imperativo da inclusão de todos irá exigir que todos estejam e permaneçam no jogo do neoliberalismo como uma condição de sua participação. “A inclusão, via políticas de inclusão escolares, sociais, assistenciais e de trabalho, funciona como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações” (LOPES, 2009, p. 156).

Nesse contexto, a diferença do outro passa a ser “uma perturbação” (LA FERRE, 2001). Segundo essa autora, a diferença altera a serenidade ou a tranquilidade dos demais, pois “[...] nada há de perturbador como aquilo que a cada um lembra de seus próprios defeitos, suas limitações, suas próprias mortes” (LA FERRE, 2001, p. 198). Não é por acaso que assistimos a essa proliferação de saberes que patologizam, culpabilizam e capturam o outro, buscando estabelecer uma fronteira entre eles e nós. Não há uma aproximação, percepção ou mesma escuta desse outro e, sim, um falar por ele, de modo a que perturbe o menos possível. Nessa lógica, a diversidade, discurso que pauta as políticas de inclusão, ganha centralidade a fim de fazer proliferar a narrativa de respeito às diferenças a partir da igualdade entre os seres humanos. Ou seja, trata-se de um movimento constante de incluir para excluir, indicar a diferença para a seguir apagá-la, tornando-a igual.

Nessa perspectiva, La Ferre (2001) convida-nos a desconfiarmos dos saberes científicos e técnicos que definem as deficiências a partir de classificação, à qual atribui ao sujeito uma identidade. Essa identidade é construída através desses processos de normalização “[...] previstos para cada qual, mas para um cada qual delimitado em e por sua deficiência, que se constitui assim como definidora de sua “identidade” (LA FERRE, 2001, p. 200).

As narrativas sobre Aline, posicionada como uma jovem com Síndrome de Down são aquelas atribuídas a todas as demais com esse diagnóstico, porém, o fato dela dançar balé destoa dessa maioria e a coloca numa posição normalizada como

bailarina. Se tomamos a definição da pessoa com deficiência a partir do estatuto legal como uma invenção necessária às políticas de inclusão atuais, o sujeito com Síndrome de Down aparece descrito nos manuais científicos do campo da saúde a partir de caracterizações atribuídas à enfermidade ou deficiência: carente, teimoso, isolado, um risco. No entanto, percebem-se também tentativas de reverter essas características negativas a partir de outras mais compensatórias: carinhoso, amoroso, sensível, espontâneo, querido, entre outras. Tais nomeações, podem ser observadas no decorrer da história, pois traduzem esse empenho constante em produzir identidades normais.

3 ELEMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO COM SÍNDROME DE DOWN

O sujeito com Síndrome de Down nem sempre foi reconhecido ou representado como tal. Diferentes formas de compreendê-lo resultam hoje no assim chamado sujeito da inclusão. Considerar, mesmo que rapidamente, determinados fragmentos históricos permitem visualizar mudanças nessas representações. Não se trata, portanto, de apontar progressos, a exemplo de uma suposta linearidade histórica, que avançaria sempre e cada vez mais. Trata-se, antes, de colocar luz sobre algumas contingências históricas relacionadas a esses modelos descritos de sociedade, que constituem um conjunto de discursos tidos como mais legítimos em determinadas épocas. Estes se caracterizavam a partir de diferentes campos de saberes em disputas: economia, política, pedagogia, saúde, entre outros.

Se, num primeiro momento, os sujeitos eram banidos da sociedade, hoje, ao contrário, todos devem ser incluídos. Segundo Xavier e Oliveira (2006, p. 13), desde os primórdios, os deficientes passam por preconceito. Na Roma antiga havia um sistema protetivo aos soldados que voltavam da guerra com alguma seqüela, mesmo que o objetivo fosse esconder as conseqüências das guerras, mascarando o isolamento das pessoas com deficiência. Desde a Antiguidade Clássica, bem como na Idade Média, pode-se dizer que houve preocupação em relação aos deficientes (XAVIER; OLIVEIRA, 2006).

Na Antiguidade, na Grécia e em Roma, de acordo com Rechineli, Porto e Moreira (2008, p. 294-295), a ênfase era relacionada a uma preocupação com o corpo saudável, forte e perfeito. Os autores afirmam que as pessoas que possuíam

alguma deformidade eram aniquiladas, sem direito à vida. Logo, estes sujeitos não tinham valor para a sociedade, pois não possuíam nenhuma serventia, não eram dignos de permanecerem vivos a ponto de serem mortos e julgados.

No entanto, esse cenário vai aos poucos sendo modificado, as pessoas com anomalias vão deixando de ser exterminadas. Rechineli, Porto e Moreira (2008, p.295) esclarecem que, no decorrer da Idade Média, estas pessoas com deformidades passam a ser seres excluídas do convívio social. Com o advento e por influência do cristianismo, as pessoas passam a ser escondidas em casas, vales, porões, a fim de se evitar seu extermínio. No Renascimento, pode-se observar certa perseguição a pessoas com anomalias (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008). A partir do século XIX, na literatura, as pessoas com deficiência, por exemplo, eram retratadas, por personagens com deficiência, como vilões ou, mais frequentemente, como sujeitos dignos de pena (DOWKER, 2013).

Esse modo de lidar com as pessoas diferentes em razão de deficiência como dignas de pena corresponde em linhas gerais à modernidade. Esta se caracteriza pelos aspectos disciplinares anunciados anteriormente. Veiga-Neto (2001) descreve a modernidade a partir de Foucault e Bauman como um tempo em que a ordem não é mais natural e sim um problema a ser resolvido. Tudo que está fora da ordem é o negativo da ordem, ou seja, “a existência é moderna na medida em que contém a alternativa da ordem e do caos”. (BAUMAN 1999 apud VEIGA-NETO, 2001, p. 112). Essa necessidade de desnaturalizar a ordem e ordenar a própria natureza são condições de possibilidade para que se constitua um conjunto de práticas a partir da idade clássica que caracterizam a modernidade como “um tempo de intolerância à diferença, mesmo que essa intolerância esteja encoberta e recalcada sob o véu da aceitação e da possível convivência.” (VEIGA-NETO, 2001, p. 112). Trata-se de uma forma de racismo percebida muitas vezes como amigável, mas que é marcada pela vontade de ordem.

Nesse contexto, as pessoas com suas diferenças vão sendo narradas a partir de discursos da aceitação e da benevolência a fim de representá-las de outros modos para que possam ser integradas à sociedade, não mais banidas, mas necessariamente incluídas nessa sociedade. A inclusão, segundo Veiga-Neto (2001), será o primeiro passo nessa operação de ordenamento, sendo necessária uma aproximação do outro, um reconhecimento do outro para que, assim, se estabeleça um saber acerca deste outro. Somente afirmar que se aceita esse outro

diferente e não dar as oportunidades necessárias para que ele siga adiante, torna-se irrelevante, marcando processos excludentes.

A indicação a partir desse movimento binário não permite que possamos fazer uma análise mais radical dessas questões. Veiga-Neto (2001) nos mostra que se trata de uma operação puramente epistemológica quando buscamos esse reconhecimento ou estranhamento cognitivo, pois, nessa dicotomia, não visualizamos as relações de poder na sua origem. Ou seja, quem estabelece essa assimetria de talento ou deficiência? Essas oposições binárias supõem que o primeiro termo defina a norma, que, por sua vez, definirá o segundo termo.

Essas categorias, vistas a partir da díade de normal e anormal, pautam as políticas de inclusão e traduzem uma questão vista atualmente como um dos principais problemas: o que fazer com os anormais? Segundo os estudos de Foucault (2002) sobre os anormais, estes tornaram-se uma categoria a partir de três elementos: os monstros humanos, o indivíduo a corrigir e o ananista. A partir do século XVIII, esta população foi tomada como um problema a ser resolvido.

A partir do século XIX, várias iniciativas de associações e de pessoas reivindicavam atendimentos específicos a cegos, surdos, deficientes mentais e físicos. No Brasil, o modo de lidar com as pessoas com anomalias, pelo menos até o final do século XIX, foi definido pelos costumes e informações vindas da Europa. A criação da “roda de expostos” em Salvador e no Rio de Janeiro, no início do século XVIII, e em São Paulo, no início do século XIX, “deu início à institucionalização dessas crianças que eram cuidadas por religiosas” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 15).

Políticas voltadas à educação de pessoas com deficiência tiveram forte influência da medicina até 1930. Em correspondência aos pressupostos higienistas da época, o serviço de saúde do governo orientava o povo para comportamentos de higiene e saúde nas residências e nas escolas. Com a criação de Escola Especial para Crianças Anormais, vamos pouco a pouco perceber que a medicina foi sendo gradualmente substituída pela psicologia e a pedagogia. Agora não se tratava mais de sujeitos mortos ou abandonados, mas institucionalizados.

Portanto, o sujeito “pessoa com deficiência” foi sendo constituído para ser integrado ou incluído na sociedade. Foucault (2001) mostra como passamos de um modelo de exclusão dos anormais, a partir do exemplo da peste, para um modelo de inclusão:

Passou-se de uma tecnologia do poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime, a um poder que observa, um poder que sabe e um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos (FOUCAULT, 2001, p. 60).

Nessa perspectiva, a norma não se define mais absolutamente pela lei natural, mas antes pela exigência da coerção que ela é capaz de exercer sobre os domínios aos quais se aplica (FOUCAULT, 2001). Foucault procura demonstrar o quanto a norma se torna um elemento a partir do qual certo exercício de poder se acha fundado e legitimado, trazendo consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. (FOUCAULT, 2001). A norma não tem por função excluir, rejeitar, mas vincula-se a uma técnica positiva de intervenção e de transformação.

4 ESTRATÉGIAS DE NORMALIZAÇÃO DO CORPO DE UM SUJEITO COM SÍNDROME DE DOWN

Buscamos caracterizar determinadas estratégias de normalização que se aplicam ao corpo de um sujeito com Síndrome de Down. Caracterizamos tais estratégias a partir de três conjuntos de discursos que nomeamos como eixos: O primeiro deles evidencia aspectos relacionados à aparência estética de Aline, que precisará aproximar-se daquilo que se espera de uma dançarina de balé em relação aos cuidados estéticos com o corpo, procedimentos que poderão corrigir as marcas que caracterizam a Síndrome de Down. Ainda em relação a esses cuidados, o segundo eixo, diz respeito ao controle da alimentação e as atividades físicas que visam treinar esse corpo a fim de que Aline possa aprender a dançar e a construir sua postura como dançarina de balé. Como terceiro eixo, identificamos a necessidade de divulgação na mídia sobre essa experiência positiva com Aline, a qual poderá servir como exemplo ou como inspiração para outras pessoas que vivem situação parecida em relação aos filhos.

Mostramos que tais estratégias, ao mesmo tempo em que são positivas, empregam processos que exercem poder sobre os corpos dos sujeitos, regulando-os para certos comportamentos desejados, esperados e aceitos por todos. Conforme Foucault (2001), não se trata de um poder repressivo, mas produtivo, que se mantém a partir de mecanismos que fabricam, criam e produzem

comportamentos, gestos, gostos, enfim modos de vida. A narrativa do pai sobre sua filha, Aline, com Síndrome de Down, contada através do livro “A Eficiência na Deficiência”, aponta para esses efeitos positivos. Ao longo da narrativa, ele vai identificando determinadas intervenções necessárias para que sua filha se tornasse uma “bailarina especial”. Tais intervenções constituíram-se em estratégias de normalização a incidir sobre o corpo de Aline, por exemplo, o nariz e o umbigo:

Manifestou na Aline, uma pele esponjosa no nariz que provocava um som diferente e extravagante, causando incômodo a outras pessoas. Seu cordão umbilical foi cortado normalmente, só que com o tempo foi se mostrando fora da estética desejável por uma pessoa, principalmente do sexo feminino. Ambas as anomalias foram corrigidas mais tarde. A pele esponjosa quando ainda era bem criança. Quanto ao umbigo foi necessária uma pequena cirurgia, com ela já meninota. (SILVA, 2005, p. 42).

Esses procedimentos corretivos e estéticos em partes do corpo da garota se justificavam, segundo o pai, a partir do que é aceito pela sociedade de modo geral, a fim de que ela pudesse ter uma aparência mais próxima da normalidade. Os procedimentos evidenciam o processo de normalização que se inicia na infância de Aline. As marcas que constituem determinado tipo de deficiência são sempre destacadas por evidenciarem a deficiência. Os traços, segundo o pensamento do livro, que constituem esse tipo de deficiência precisam ser corrigidos ou apagados, a fim de que Lili possa ser aceita como pessoa “normal”.

Essas marcas poderiam ser vistas como empecilhos para que Lili se tornasse uma bailarina. Na assim chamada sociedade inclusiva, sujeitos com deficiência precisam ser representados como normais, como capazes de superar seus limites. Conforme Hillesheim e Cappellari (2019), a incitação à inclusão enfatiza os méritos do indivíduo incluído, mostrando sua dedicação, persistência e desejo de ser incluído. Além disso, busca construir atitudes e práticas inclusivas, que combatam o preconceito, incitem à solidariedade, ao respeito à diferença e à responsabilização individual. As autoras analisaram reportagens⁸, que, no seu entender, indicam:

[...] tanto histórias do que se poderia chamar ‘sucessos da inclusão’, trazendo sujeitos incluídos que servem de exemplo, quanto práticas inclusivas, isto é, ações realizadas por pessoas ou grupos que busquem incluir aqueles sujeitos que estejam em alguma situação considerada de exclusão (HILLESHEIM; CAPPELLARI, 2019, p. 9).

⁸ Trata-se de reportagens publicadas no Jornal Zero Hora. Zero Hora é um jornal impresso do Rio Grande do Sul, com ampla circulação diária no referido Estado e também em Santa Catarina. O jornal pertence ao grupo RBS, que, por sua vez, é afiliado à Rede Globo.

Também no caso de Aline, a inclusão é enaltecida como um valor, através da narrativa do pai, que descreve o sucesso atribuído à própria filha mediante tal conjunto de práticas inclusivas, consideradas necessárias em nossa sociedade atual. Aqui, podemos fazer uma analogia com a história relatada por Canclini (2006), quando o mesmo relaciona às mudanças nos objetos que se convertem em outro para que possam ser vendidos.

Uma panela pode converter-se numa jarra de flores, uma saia indígena em toalha de mesa ou em elemento decorativo na parede de um moderno apartamento. Não há porque argumentar que se perdeu o significado do objeto: *transformou-se*. É etnocêntrico pensar que se perdeu o significado ao passar de um sistema cultural a outro, ao inserir-se em novas relações sociais simbólicas. (CANCLINI, 2006, p. 42).

Percebe-se que Aline, através dos procedimentos cirúrgicos, vai sendo transformada esteticamente em uma menina com sinais de deficiência menos aparentes do que quando nasceu. Parte dos traços que a representavam como uma pessoa com Síndrome de Down foram “desaparecendo”, sendo invisibilizados, para que seu corpo ficasse mais próximo da normalidade.

As mudanças em relação ao corpo vão sendo enfatizadas devido à forma como as pessoas são representadas. Através de como representamos e significamos as coisas “damos significado aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos” (HALL, 1997 apud SANTI; SANTI, 2008, p. 2).

Assim, o autor mostra que representamos aquilo que é próprio do cotidiano. Ser “normal” é uma exigência do meio social em que se vive. De acordo com Foucault (2002), a normalização a partir do século XVIII é instaurada a partir de um sistema de “disciplina para a normalização”. Nessa direção, Lopes (2009) afirma que todos devem estar incluídos e constantemente em atividade, a fim de integrarem-se nas malhas que sustentam os jogos de mercado. Para a autora, uma das principais condições de participação dos indivíduos é ser educado no sentido de poder entrar nesse jogo.

Portanto, ser “diferente” foge ao natural. Assim, montamos uma estrutura e formamos conceitos de que ser “normal” tem mais valor na sociedade. Ser normal aproxima alguém da maioria da população. Importante ressaltar que não se trata de uma imposição disciplinar, mas de uma necessidade de administração da

população, de acordo com Foucault (2008). Administrar a população não quer dizer administrar a massa coletiva dos fenômenos, ou administrá-los no plano dos seus resultados globais, mas antes “administrá-la igualmente em profundidade, administrá-la com sutileza e administrá-la em detalhe” (FOUCAULT, 2008, p. 142).

A inclusão de todos, vista como um imperativo, vai exigir essa participação de todos, porém, nem sempre com as mesmas condições de concorrência. Pode-se perceber esse mesmo movimento em relação ao que se espera de uma bailarina. Que mudanças nos hábitos e no organismo de Aline passam a ser exigidas para que ela possa ser incluída? Conforme a narrativa do pai, a seguir, podemos perceber tais alterações em seu comportamento:

Começou a diminuir o consumo de lanches e refrigerantes, pois aprendeu que uma bailarina precisa ter o corpo bonito, esbelto e indo direto ao ponto, afirmamos que não deve ser gordinha, pois perderia todo o encanto para este tipo de arte. Observem e concluirão que nunca viram uma bailarina de sucesso que fosse gorda, pelo contrário, conheço algumas bem magras. Tal fato vem a facilitar os movimentos com o bailarino, pois este não se esforçará tanto para conduzi-la, entenderam. (SILVA, 2005, p. 64).

Neste trecho, atribui-se a Aline uma responsabilização sobre a sua identidade e a necessidade de identificação com o “normal”. A jovem precisa mudar seus hábitos alimentares, a maneira de se vestir e de se comportar. Percebemos, pela narrativa do pai, que se estabelece um imperativo de inclusão. Ele afirma que a jovem, ao dançar com meninas “normais, não seria vista como deficiente pelas outras pessoas, pois a sua dança é idêntica à das demais bailarinas. Conforme Silva a identidade é entendida como uma construção:

Um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com o poder. (SILVA, 2000, p. 96-97).

Assim, Lili passa por um processo de construção de sua identidade ao ter que se adaptar à sociedade, entendida como de seguridade, se tomarmos os estudos de Foucault (2001). Não haverá uma imposição de regras externas, mas se produz nela de modo subjetivo o desejo de tornar-se bailarina de sucesso. A identidade da garota passou a ser construída a partir da negação de alguns hábitos considerados inadequados para que ela pudesse atingir seus objetivos:

Todavia, rejeita e diz não gostar de comer doce, a não ser muito raramente; de sucos e refrigerantes, a não ser raramente; pois alega que engorda; de comer fora de hora; de filmes violentos; de discussões e conversas altas; de ficar sem atividade física, pois engorda e prejudica o balé; de responder e falar palavrão; de comer frutas, a não ser banana nanica, pois disseram a ela que previne contra cãibra nas pernas e por fim não gosta de ouvir ou falar de doenças (SILVA, 2005, p. 16).

Aline é apresentada como uma pessoa marcada predominantemente por qualidades. Ela não pode ser vista como alguém sob o risco de fracassar em razão da deficiência. É descrita como uma jovem concentrada em desenvolver hábitos pessoais e profissionais altamente positivos. O fato de engordar prejudica sua saúde, mas, principalmente, a meta de ser uma bailarina. Uma bailarina deve ser esbelta e, sendo ela uma menina com Síndrome de Down, os cuidados serão redobrados, pois a pessoa com esta deficiência é vista tendo predisposição a engordar.

Aline passa por várias modificações para que possa ser aceita a partir de sua estética não mais marcada como um sujeito com Síndrome de Down: *olhos ligeiramente oblíquos, flacidez acentuada, principalmente na região do pescoço e juntas, língua ligeiramente fora da boca (protusa) e outros sinais...* Mesmo continuando a ser uma pessoa com Síndrome de Down, as mudanças em seu corpo e o modo como foi treinada a movimentá-lo na dança possibilitaram que se transformasse gradativamente na bailarina “normal”.

De acordo com Rodrigues, Bianchi, Aissa, Souza e Galvani (2019), as pessoas com Síndrome de Down apresentam dificuldades em duas áreas cruciais do comportamento: a primeira, no relacionamento com seus pares, e a segunda, voltada aos seus professores. Ainda que os autores apontem que essas dificuldades possam diminuir conforme a qualidade das experiências sociais, eles mostram que há efeitos negativos para a adaptação e a interação social em sua vida adulta. Contudo, podemos problematizar o quanto esses saberes sobre os sujeitos com Síndrome de Down vão definindo o que eles podem ser. Existe uma proliferação de “programas de intervenção precoce, treinamento de habilidades sociais e habilidades acadêmicas na idade escolar” desses sujeitos, podem servir como referência positiva nessa construção de si a partir dessa relação com o professor. Tendo em vista a necessidade de estímulos para o desenvolvimento de sua aprendizagem (RODRIGUES *et al.*, 2019, p. 4), os saberes médicos podem

estimular seu desenvolvimento quando pedagogicamente não forem vistos como limitadores do que o sujeito pode ou não fazer.

Nas aulas de balé de Aline, sua professora lhe ensina os passos e as atitudes de uma bailarina, tais como exigidos de qualquer outra aluna. A partir do projeto de tornar-se uma bailarina desejado para e por Aline, sua própria família estimula a representação de uma pessoa com Síndrome de Down como dócil, carinhosa e cooperativa, mas que seu projeto acaba sendo mais enfático. Aline vai cumprindo esses requisitos de bailarina e se habilitando a se integrar com legitimidade ao meio artístico. Segundo o pai, Aline deve ser aceita como diferente em razão da deficiência, mas ao mesmo tempo deve ser incitada a tornar-se alguém que pode mudar externa e internamente. As formas do corpo, a maneira de se vestir, os gestos, alguma marca ou problema intelectual sempre são considerados uma desvantagem, se comparados às pessoas entendidas e nomeadas como “normais”. Por isso, o processo de aprendizagem deve ser constante.

Aline vai constituindo sua identidade sobre a linha tênue entre ser uma menina com a Síndrome de Down e ser uma menina bailarina. Conforme Almeida (2016, p. 50), “representação significa mobilizar práticas significadoras ligadas a lugares, pessoas, sentimentos, atitudes e posições”. Percebemos que, no caso da “bailarina especial”, a representação de sua normalidade, quando se trata da relação entre lugares e pessoas, tem a ver com a maneira de a sociedade exigir da jovem uma constante perfeição em seu modo de vida e em seus passos de balé.

É possível afirmar que o entendimento da diferença parece se esgotar no ‘diferente’. De acordo com Hillesheim e Cappellari (2019), os indivíduos que carregam em seus corpos a marca da diferença são sempre entendidos como aqueles em desvio à norma. Esta operação de reduzir a diferença a indivíduos diferentes, que precisam se aproximar o mais possível do normal, traz consigo a necessidade de normalização de tais corpos. No material analisado pelas autoras percebe-se que a normalização, tanto passa pelo esforço da Aline, vista como diferente, quanto passa pela necessidade de sua inclusão no balé, que permite uma aproximação entre os ditos normais, bailarinas e aqueles considerados anormais: “bailarina especial”. Assim, como afirmam as autoras, a noção de diferença aproxima-se mais de uma noção de diversidade, que entende a diferença de forma naturalizada e cristalizada, correspondendo principalmente a uma tolerância. “Inclusive, pode-se pensar que tal naturalização da diferença também acaba por

apagá-la” (HILLESHEIM; CAPPELLARI, 2019, p. 13). A narrativa do pai indica tal apagamento:

Os cuidados pediátricos eram seguidos à risca, sem maiores novidades ou anormalidades. O estímulo físico já era feito em casa. Lemos, perguntamos e visitamos lugares ou pessoas que pudessem somar algo. Ficou estabelecido que não haveria protecionismo com ela no que se refere aos excessos e limites. Seria corrigida normalmente, independente da diferença (SILVA, 2005, p. 42).

Todo esse esforço de Aline e sua família passa a ser veiculado em várias mídias e redes sociais: audiovisual, literatura infantojuvenil e crônicas. Em todas as obras, Aline é apresentada como uma jovem com Síndrome de Down e a única bailarina com essa deficiência que consegue dançar com sapatilhas de pontas do Brasil. No programa Fala Sérgio Repórter (TV SENTIDOS, 2009), a apresentadora inicia apresentando a bailarina Aline Fávaro, com idade de 28 anos e Síndrome de Dow. Enquanto Aline fala sobre si é mostrado sua performance calçando sapatilhas de ponta. Ela diz ser uma bailarina e que se chama Aline Favaro. A repórter reforça: “aos oito anos de idade, a menina descobriu o balé e nunca mais parou de praticá-lo” (TV SENTIDOS, 2009).

Nesse mesmo programa, o pai afirma que ter Síndrome de Down é somente um detalhe para Aline. A dança, segundo ele, ajudou-a na formação de sua personalidade. A repórter relata que a profissão exige muita dedicação e que Lili treina 12 horas por semana. A mãe, também presente na entrevista, comenta que pessoas com Síndrome de Down têm tendência a engordar e pensou que Aline, ao fazer balé, teria uma oportunidade para se exercitar. Afirma, por fim, que Aline adaptou-se bem ao balé e acabou gostando de estar naquele meio.

O infantojuvenil “A bailarina especial” (TOMAZ, 2012) refere que Lili sonha em se tornar uma bailarina. No início da narrativa, a mãe vai até uma escola de balé para inscrever a filha com Síndrome de Down. A princípio, Daniela, a professora, julga estranho ter na sua classe uma garota “diferente”, pois ela nunca tinha passado por esta experiência e não saberia como agir. A mãe, porém, pede para que a professora trate a menina como as outras, sem nenhum diferencial. A docente aceita o desafio e Lili passa por um tempo de adaptação para saber se poderia frequentar as aulas em definitivo. Após uma semana, a mãe de Lili recebe a notícia

de que sua filha está apta para continuar na escola de balé e que ela seria uma bailarina de sucesso.

No livro escrito pelo pai, nos programas de televisão sobre a trajetória de Aline e no livro infantojuvenil, podemos perceber que há uma incitação à inclusão de todos através da história de Aline. Os artefatos de mídia mostram o lado positivo de ser uma pessoa com Síndrome de Down. Na verdade, a mídia constitui sujeitos na cultura, tornando-se capaz de pautar, orientar e interpelar esse cotidiano das pessoas, produzindo identidades e subjetividades. Não se trata meramente de um espaço de reprodução de discursos, mas, de acordo com Fischer (1996), a mídia produz modos de ser e estar no mundo, desempenhando uma função importante na produção e multiplicação dos discursos sobre inclusão.

Com base nos estudos de Lopes (2009, p. 155), a inclusão corresponde às seguintes condições de participação: “primeiro, ser educado em direção a entrar no jogo; segundo, permanecer no jogo (permanecer incluído); terceiro, desejar permanecer no jogo”. Desse modo, a autora defende que na sociedade de seguridade são necessários “mecanismos educadores”, que não se constituem propriamente como pedagógicos, pois não têm uma intencionalidade (pedagógica), mas “simplesmente educam a partir daquilo que mobilizam nos indivíduos” (LOPES, 2009, p. 156). Assim, é fundamental que as pessoas aprendam aquilo que se faz necessário para garantir, por si mesmas, as condições de entrada e permanência nas redes de mercado. O processo de normalização pelo qual passou Aline e que, de certa forma, é sujeito a todos torna-se parte de um sistema que se coloca como um conjunto de práticas que produz determinados modos de vida, “cada vez mais conduzidos para princípios de mercado e de autorreflexão, em que os processos de ensino/aprendizagem devem ser permanentes (LOPES, 2009, p. 154). As narrativas presentes nas diferentes mídias sobre a Aline, principalmente na obra escrita pelo pai, acionam mecanismos educadores que indicam que todos podem ser incluídos nesse jogo, desde que invistam, tal como Aline investiu, em estratégias de correção e de normalização. No entanto, precisamos considerar que não se trata apenas de um esforço individual do sujeito ou de uma família, mas de uma mudança nas formas de representação desses sujeitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar as narrativas sobre Aline, a “bailarina especial”, pretendemos evidenciar que elas constituem um conjunto de discursos que compõem modos de vida contemporâneos, produzem efeitos e trazem perigos inerentes para as pessoas com algum tipo de deficiência, que vão perdendo suas características próprias. De acordo com Foucault, tudo é perigoso e, por isso, precisa ser problematizado. No caso do campo educacional, sobre o qual nos debruçamos, não estamos criticando a forma como cada família lida com seus filhos e com determinado tipo de deficiência. Nem pretendemos indicar uma maneira única e correta de lidar com pessoas com Síndrome de Down. Antes, buscamos apontar estratégias que vão normalizando os corpos dos sujeitos com deficiência, na medida em que suas diferenças, ao serem consideradas positivas, dentro da reivindicação pela inclusão de todos, vão apagando tais marcas, a fim de que possam ser vistos como os demais.

Assim, analisamos tais discursos como constituintes do que chamamos de “imperativo da inclusão”. Através deste, são acionadas técnicas e estratégias que incidem sobre os sujeitos de modo a subjetivá-los, a fim de serem e permaneçam incluídos no jogo. Como vimos com Foucault (2001), os movimentos de exclusão, correspondentes às práticas de reclusão que baniam os indivíduos do convívio em sociedade até meados do século XVIII, são sucedidos pouco a pouco por práticas de inclusão. De acordo com Lopes (2009, p.167), na contemporaneidade, a inclusão “passou a ser uma das formas em que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da informação e da economia”. Um dos desafios, segundo a mesma autora é o de garantir que os indivíduos “não escapem do olhar do mercado, para que se mantenham dentro de uma escala prevista de normalidade, considerando variáveis móveis de referência, nos movimentos ordenados de consumo e de educação” (LOPES, 2009, p. 167).

Procuramos contribuir com a produção de conhecimentos que visa a articular os campos da educação e da educação especial, mostrando possibilidades de compreender esses sujeitos da diferença que têm sido incluídos na escola regular. Buscamos ampliar o olhar sobre uma pessoa com Síndrome de Down, no sentido de não limitar o que ela pode fazer, mas ao mesmo tempo, permitir que ela possa fazer suas escolhas sem ter a necessidade de transformar-se em outra a fim de alcançar seus desejos. Nesse sentido, a ideia de superação dos sujeitos com deficiência, precisa ser problematizada, na medida em que a mídia compreende esse conjunto

de discursos incidentes sobre os sujeitos subjetivando-os, de modo a que desejem a normalidade para serem aceitos. A superação dos obstáculos, das dificuldades não pode ser colocada como responsabilidade de cada indivíduo, de sua deficiência, que deveria superar seus próprios limites.

A discussão proposta neste artigo contribui de modo significativo para a área da Educação Especial, na medida em que busca dialogar sobre como as pessoas com deficiência têm sido representadas e o quanto elas podem ser vistas a partir de outras representações. Para Touraine (2006), precisamos constituir nossas vidas com nossas diferenças em relação a todos os outros, buscando ter a capacidade de dar sentido geral a cada acontecimento em particular. Enfatizamos que as singularidades dos sujeitos com deficiência precisam ganhar mais espaços nas relações estabelecidas em sociedade. Isso significa reconhecer que as pessoas constituem-se de modos diferentes, ainda que inscritas em determinadas categorizações, como é o caso de ser uma pessoa com Síndrome de Down. A forma como tal pessoa se constitui será sempre singular e dependente das relações estabelecidas. No presente, a governamentalidade de corte neoliberal vem regulando tais relações. Nesse sentido, é de dentro dela que precisamos nos movimentar tensionando esses discursos vistos como verdadeiros. Pessoas com deficiência também podem ser vistas como autoras de suas vidas, que vivem experiências singulares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **Representações racializadas na literatura infanto-juvenil: o PNBE/2013 e uma pesquisa com jovens leitores.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2016.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.** 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

DOWKER, A. A representação da deficiência em livros infantis. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 23, p. 1053-1068, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n4/03.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017

FERRE, N. P. L. **Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta.** In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poética da diferença.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.195-214.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 11.ed. Campinas: Loyola, 2004.

FOUCAULT, M. **Os anormais:** curso do Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2010.

HILLESHEIM, B.; CAPPELLARI, A. Os corpos da inclusão: mídia e relações com a diferença. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/26744/html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-169, 2009.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T. R.; MOREIRA, W. W. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 14, n. 2, p. 293-310, 2008.

RODRIGUES, V.; BIANCHI, B.; AISSA, G. C.; SOUZA, S. G. P.; GALVANI, M. D. Análise do repertório de habilidades sociais de pessoas com síndrome de Down. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/27836>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SANTI, H. C.; SANTI, V. J. C. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Revista Anagrama**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35343>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SILVA, J. T. **A eficiência na deficiência**. São Paulo: Imprint Gráfica, 2005.

SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.

TV SENTIDOS. **Quadro Fala Sério**: Bailarina Aline Fávaro. São Bernardo do Campo. (3min48s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5J4U4-WnAY>. Acesso em: 16 dez. 2019.

TOMAZ, A. F. **A Bailarina especial**. São Paulo: Panda Books, 2012.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

VEIGA-NETO, A. J. **Incluir para excluir**. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118

XAVIER, S. C. A.; OLIVEIRA, V. L. L. (orgs.). **Deficiência com eficiência**: dos direitos da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: OAB, 2006.



ÉTICA EMPRESARIAL E O ADMINISTRADOR DE EMPRESAS

BUSINESS ETHICS AND THE COMPANY MANAGER

CARDOSO, Anderson Anacleto⁹

Resumo: Atualmente é notável que a ética deixou de ser uma simples questão de vaidade ou mero capricho nas empresas. No mundo empresarial as diretrizes das corporações estão utilizando como critério primordial a ética para caracterizarem-se como instituições politicamente corretas e com responsabilidade social. Com o mercado cada vez mais relacionando entre si, é indispensável o instrumento chamado ética empresarial, para o bom convívio no mundo universal dos negócios. Tem este artigo o intuito mostrar basicamente a ética ligada ao mundo empresarial.

Palavras Chaves: Ética empresarial. Administrador. Empresas.

Abstract: Relative questions to the ethical treatment in the enterprise relations had left of being mere expedient of whim. The high directions of the corporations have faced the ethical behavior as maker of a vision of social responsibility in the companies. With the opening of the markets, the enterprise ethics become beyond philosophical concept, indispensable and universal instrument of the relations. The objective of this article is to present the basic concepts of ethics and its prompt linking with the enterprise world.

Keywords: Business ethics. Manager. Companies.

⁹ Bacharel em Administração pela Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: andersoncardoso1985@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Tem este trabalho a finalidade de ser uma pesquisa dominante bibliográfica que tem o dever de reassumir o sentido da palavra ética, alicerçados por intelectos de mercado.

Nesta ocasião, a intenção é apresentar que a ética jamais deve ser analisada como uma ameaça ou entrave, mas sim como uma alça para busca do sucesso das instituições, aumentando seu poder de negociações e abrindo diálogos entre as empresas que optam por aderir essa cultura. O novo senso ético demonstra que as organizações tem de se adequar o mais breve possível, pois os *stake holders* principais interessados na causa, não irão relevar as instituições que forem negligentes perante a esta questão.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

O trabalho em questão é constituído por um artigo. Os trabalhos acadêmicos precisam de uma caracterização com mais profundo conhecimento na causa em cheque. A falta de concordância entre os pesquisadores da metodologia científica sobre os conceitos que nele estão deixa esta afirmação um pouco vaga.

O objetivo desta pesquisa é preeminente “bibliográfica”, pois teve a intenção de unificar as diversas contribuições de literatura. Este teve a intenção de consolidar assinalar, seletar, averiguar e esclarecer as várias cooperações teóricas prevaletentes acerca o mencionado assunto.

Para Lakatos “a metodologia de pesquisa é a que abrange um maior número de itens e deve responder, a um só tempo, as questões como?, com?, onde?, quanto? Assim, fundamental a pesquisa bibliográfica na construção do referido artigo”. (LAKATOS, 2001, p. 105).

Concordando com a situação proposta Eco diz “o estudo científico deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito, ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse, bem como, ser útil para os demais estudiosos ou profissionais que atuam nessa área do conhecimento”. (ECO, 2000, p. 22).

De acordo com Souza (2009, p. 6): “Aristóteles afirmou que a finalidade da ética é promover o bem-estar. Disse ainda que o estudo do bem tem natureza

política e que mais importante que o bem-estar do indivíduo é o bem-estar da coletividade”.

Para Vazquez (2004) originalmente ética e moral caracterizavam-se por algo que não nascia com o ser humano, mas um costume que era por ele desenvolvido. No universo contemporâneo estas duas palavras tomaram proporções distintas, onde não se pode confundir ciência com seu objeto científico.

Também Martins, cita que a pesquisa bibliográfica “é o estudo que visa conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto e tem objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar contribuições teóricas já existentes sobre determinado tema”. (MARTINS, 1994, p. 28).

Ademais, conforme Eco, “o estudo científico deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse, bem como, ser útil para os demais estudiosos ou profissionais que atuam nessa área do conhecimento”. (ECO, 2000, p. 22).

A revisão bibliográfica será realizada através de livros, artigos, dicionários, códigos, jornais, informativos, pesquisas em sites da internet, com dados relativos ao tema abordado, buscando-se a base e a orientação teórica sobre o assunto a fim de embasar a fundamentação ao estudo.

Tendo em vista as diretrizes que orientam o presente artigo acadêmico visa-se com este estudo sobre Ética Empresarial e o Administrador de Empresas oferecer maior nível de familiaridade sobre o tema.

3 ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES

O tema ética iniciou um longo debate em um horizonte social condigno as conflagrações praticadas pelo homem incorporado nas congregações. Com isso vem o surgimento da inevitabilidade da ciência da ética empresarial.

Em Srour (1998, p. 291) “Uma vez que as empresas competitivas não operam num horizonte de curto prazo, a ganância ou a sedução por vantagens imediatas pode ser fatal”.

Este aspecto cada vez mais entra em conflito nas empresas, tendo em vista que a ética não está sendo cobrada entre as instituições, mas também de seus consumidores finais, os clientes querem saber se aquele produto que ele está adquirindo não está sendo fruto de alguma atitude inadequada de seus produtores.

4 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social deixou a muito tempo de ser uma simples moda empresarial, passando a ser contaminada por grande parte dos grupos comerciais do mundo todo. Este termo passou a ter tanta importância que as instituições passaram a incluir em seus estatutos e elevando seu nível, o colocando em um pedestal junto com sua visão, missão e valores das organizações.

Junto com a responsabilidade social não podemos deixar de mencionar a sustentabilidade das empresas, tendo em vista que não podemos ter uma empresa com responsabilidade social se nela não tiver sustentabilidade.

Segundo Arruda (2009) empresas no mundo todo buscam cada vez mais desenvolver-se com sustentabilidade, buscando o lucro, mas não a qualquer preço, ponderando suas responsabilidades sociais, proporcionando um ambiente em que as pessoas possam desenvolver as virtudes e o conhecimento, esta é uma retomada aristotélica nos negócios.

Ao contestar tamanha atenção com a ética e a responsabilidade social, temos de verificar a atual conjuntura das empresas. Estamos atravessando uma era de modificações, uma época que requer uma série de mudanças, um período que requer o surgimento de novos paradigmas, onde as empresas são espelhos para a criação desta conduta.

No momento que estamos passando de fortes mudanças, tanto na vida pessoal quanto na profissional do ser humano, as disputa vem sendo cada vez mais acirradas e nos mais diversos segmentos do mundo moderno. Isso faz com que estamos vivendo em constante pressão seja ela dentro ou fora de casa e dentro ou fora do ambiente de trabalho. Com isso podemos afirmar que as empresas tem o dever de evidenciar a ética para que não tenhamos batalhas dentro das organizações correndo o risco de colocar tudo a perder em se tratando das empresas em busca de realizações pessoais.

5 CULTURA ORGANIZACIONAL E ÉTICA

Em uma sociedade estuda-se a cultura com a intenção de saber de que forma as pessoas que a integram estão se comportando, como fazem para sobreviver para alcançar seus objetivos e as demais situações corriqueiras. Nas corporações não é

muito diferente, estudamos a cultura da empresa para saber o comportamento dos colaboradores e as descrições da empresa. A palavra cultura tem dois fortes significados para Chiavenato (2008, p. 172): “De um lado, o conjunto de costumes e realizações de uma época ou de um povo e, do outro lado, artes, erudição e demais manifestações mais sofisticadas do intelecto e da sensibilidade humanas consideradas coletivamente”. Ele ainda nos garante que todos os seres humanos são brindados de cultura e realça a aparição do relativismo, onde cada ser humano tem em si sua cultura e seus próprios valores.

6 CONCEITO DE ÉTICA

Podemos listar uma serie de adjetivos para nos referir a palavra ética, tendo em vista que o assunto vem de um passado recente ela já está inserida na cultura da maioria das organizações. Listamos aqui alguns tópicos mais relevantes que nos dão liberdade para retratar o assunto.

- . **REALIZAÇÃO DE PRINCÍPIOS**: constituída por uma sociedade que prezam os valores históricos e culturais.

- . **VISÃO E MISSÃO**: preocupado em manter um ótimo relacionamento com a sociedade e seus clientes, tem a intenção de se tornar o numero um em seu segmento de mercado; com a missão de proporcionar economias a seus clientes atreves de ações sociais inseridas na sociedade em que estão inseridos.

- . **VALORES**: preza em seus colaboradores uma conduta irrepreensível no dia a dias de suas tarefas. Esta conduta se resumiu, sobretudo em responsabilidade e honestidade e nos mostrando que só vai haver crescimento e desenvolvimento se houver junto a ética.

O termo ética, vocábulo originado diretamente do latim *ethica*, e indiretamente do grego *ethiké*, tem seus fundamentos na filosofia, que estuda, compreende (interpreta) e procura explicar as realidades manifestas e aparentes do ser humano no mundo, principalmente através da axiologia, com o estudo dos valores humanos, também entendidos por juízos morais. (WIKIPÉDIA, 2007).

A ética interessa-se em classificar e qualificar a moral, o bem e o mal e avaliar qual a melhor maneira de se estabelecer o comportamento e o convívio social, procurando analisar os hábitos empregados. Segundo Monteiro (2005) “é atribuição da ética apontar as ações humanas moralmente válidas, diferenciando-as daquelas

que não o são. A preocupação ética procura estabelecer os principais padrões que atribuem valor e direcionam a existência humana.”

Segundo o dicionário o termo “Ética” significa o “Estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação de ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto”.

Ética, como bem defende Valls (2002, p. 7), ainda que se conheça o seu significado, é mesmo uma daquelas “coisas” difíceis de delimitar ou definir. Para o ramo da Filosofia, considerada esta a “mãe das ciências”, a ética é considerada como a área que procura a percepção de valores morais, busca entender questões como a do certo ou errado, do justo ou injusto, do bem ou do mal. Todavia, ressalta o autor (2002, p. 67), “por mais que variem os enfoques filosóficos, algumas noções permanecem firmes e consistentes na ética. Uma delas é a distinção entre o bem e o mal. Agir eticamente é agir de acordo com o bem”.

De acordo com Maximiano (2002, p.416):

A ética é a disciplina ou campo do conhecimento que trata da definição e a avaliação do comportamento de pessoas e organizações. A ética lida com o que pode ser diferente sendo, da aprovação ou reprovação do comportamento observado em relação ao comportamento ideal. O comportamento ideal é definido por meio de um código de conduta, ou código de ética, implícito ou explícito.

Alves (2002) aduz que:

Só podem ser consideradas ações morais ou éticas aquelas que resultaram da liberdade de definir o que é certo ou errado, de aceitar agir de uma ou outra maneira, de decidir mudar as regras porque não as consideram coerentes com seus valores de certo ou errado, mesmo que, para isso, tenha de enfrentar os detentores de poder (familiar, político, religioso, militar, econômico ou outra, inclusive a opinião pública). As que foram movidas por instinto, sob forte pressão psicológica ou por pressão de outros, sem qualquer possibilidade de escolha do sujeito, essas estão isentas de julgamento moral ou ético.

Segundo Masiero (2000) é possível que os conceitos éticos tenham se originado logo que inicia-se o convívio em comunidade o que, como consequência da interação social, mostrou a necessidade de o ser humano aprender a reconhecer como positivas ou negativas determinadas condutas para o bem-estar e segurança da vivência em grupo.

Pode-se considerar a ética como um conjunto de normas de cunho moral através das quais o sujeito deve nortear suas condutas, seu modo de agir, de viver, tanto no campo profissional como no convívio em sociedade. Todas as profissões abrangem esta definição como sendo o tema central do Código de Ética, conforme observa Goldin Jr. (2003).

Sob esta ótica é que os profissionais precisam determinar um modelo de comportamento que possibilite o desenvolvimento equilibrado na execução do trabalho de todos, considerando-se a conduta individual de cada profissional, através de medidas adotadas no trabalho em que o individualismo não se sobreponha ao coletivo, conforme ensina Sá (1991). Ademais, a ética é um dos requisitos imprescindíveis para o desempenho de qualquer profissão, como observado por Franco (1991).

7 ÉTICA EMPRESARIAL

A ética empresarial nos permite nos permite fazer algumas considerações que não eram muito levadas em conta antigamente pelas instituições, e até hoje algumas empresas não prezam muito esta ferramenta em sua cultura. Abaixo listamos alguns tópicos e as características deles que devem ser levados em conta quando se trata de ética empresarial.

- **Governança corporativa:** processos, costumes, leis e instituições que são usados para um bom andamento da administração de uma empresa.

- **Sustentabilidade:** ações humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos sem comprometer o futuro dos próximos, ou seja, diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente.

- **Ética nos negócios:** a empresa tem de se desenvolver a forma que os princípios de ética e suas condutas andem alinhavados com seus integrantes.

- **Ética nas empresas:** a prática deste requer confiança, vontade política e habilidades e competências para serem tomadas as decisões corretas com a intenção de minimizar as resistências das instituições.

- **Balanco social:** o papel deste é mostrar informações da empresa que interessam a acionistas, sindicatos, empregados, comunidade e a todos que de certa forma sentem-se prejudicados ambientalmente.

- **Grau de reputação:** no mundo empresarial já temos termômetros para medir o valor da reputação da empresa, preocupados com isso as instituições estão dando maior importância a estas questões para serem bem vistas no mercado.

- **Relatórios de sustentabilidade:** elabora uma estratégia de gestão focada no futuro, tem o dever de melhorar o relacionamento entre os acionistas e podem ajudar de forma extraordinária tornando mais eficiente e eficaz em seu papel criador de valores sustentáveis.

- **Responsabilidade socioambiental:** é o dever que uma instituição tem com a sociedade e com o meio ambiente, mas não esquecendo as obrigações legais e econômicas.

- **Empresa cidadã:** este título não gera benefícios apenas para a sociedade, mas também para a empresa que a possui e muitas vezes chegam a lucrar financeiramente com esta iniciativa.

- **Responsabilidade social:**

- Marketing relacionado a causas, todas essas preocupações mostram as tendências atuais das instituições, organizações e empresas.

8 ÉTICA PROFISSIONAL

É composto por um regime ético que formam a convicção do profissional, é o mesmo que o indivíduo cumprir com suas obrigações profissionais não ferindo os princípios determinados pela sociedade e pela a instituição.

A ética profissional tem uma serie de vantagens que se aplicadas no ambiente de trabalho o torna muito agradável, veja abaixo.

- A empresa trabalha com o maior nível de produção
- O nível de confiança dos funcionários aumenta ainda mais
- Favorece um ambiente de trabalho agradável, com harmonia e respeito entre os colegas
- Há um respeito na hierarquia da empresa
- Atitudes que visam ajudar os colegas uns aos outros
- Educação e respeito entre os funcionários
- Espalhar o conhecimento para que os funcionários possam ter um melhor desempenho nas atividades desempenhadas

- Busca de crescimento profissional sem nenhuma pretensão de prejudicar os colegas de trabalho
- Respeitosas regras e normas da empresa
- Realizar no trabalho apenas tarefas que estão relacionadas ao trabalho, não perdendo o foco das demandas diárias.

9 CONCEITO DE ADMINISTRADOR

Atualmente estudiosos listam um trio de habilidades necessárias para que os administradores possam ter sucesso em sua carreira profissional, são elas: habilidade conceitual a humana e a técnica. Na figura abaixo faz-se os links com seus objetivos.

Figura 1: Habilidades e papéis do administrador



12

Fonte: elaborado pelo autor

Habilidade conceitual: consiste na habilidade para compreender a complexidade da organização como um todo e o ajustamento do comportamento de suas partes. Essa habilidade permite que a pessoa se comporte de acordo com os objetivos da

Habilidade humana: consiste na capacidade e facilidade para trabalhar com pessoas, comunicar, compreender suas atitudes e motivações e liderar grupos de pessoas.

Habilidade técnica: consiste em utilizar conhecimentos, métodos, técnicas e equipamentos necessários para o desempenho de tarefas específicas, por meio da experiência e educação. É muito importante para o nível operacional organização total e não apenas de acordo com os objetivos e as necessidades de seu departamento ou grupo imediato.

Administrar requer uma série de habilidades que o ser humano deve ter, pois é uma área além de humana muito complexa, dotada de desafios a pessoa que optar por esta área deve ter aptidão e sapiência para possa atuar, nos mais variados níveis das organizações. Segundo Drucker (2001, p. 205) há três tarefas de igual importância, mas essencialmente diferentes, das quais a Administração tem de se desempenhar para que a instituição a seu cargo fique capacitada a funcionar e a dar a contribuição:

- . Atingir a finalidade e a missão específicas da instituição, ou seja, uma empresa comercial, um hospital ou uma universidade;
- . Tornar o trabalho produtivo e transformar o trabalhador em realizador;
- . Administrar os impactos sociais e as responsabilidades sociais;
- . Planejar as atividades, dirigir os recursos que a empresa tem, controlar para que eles possam ser bem distribuídos e agir de maneira que a empresa alcance seus objetivos não passando por cima de sua ética.

O “Decálogo do Administrador Excelente” é apontado por Caravantes e Kloeckner (2005, p. 400) como o desempenho esperado pelo Administrador, tendo em vista que define as particularidades almejadas e indicadas na análise do comportamento de profissionais da área, tanto brasileiros quanto estrangeiros:

1 – Postura com foco nos resultados da organização, ou seja, visando a eficácia. O administrador possui nítido conhecimento de que não há pretexto que justifique a inexecução das metas estabelecidas. Em uma ordem econômica de livre-iniciativa, o lucro, constitui-se a consequência de um trabalho exitoso, sendo ele almejado e desejado.

2 – Sensibilidade ao ambiente externo, tanto no que diz respeito à responsabilidade pública quanto no que tange aos consumidores de sua empresa,

bem como em relação a outras organizações e sujeitos que participam do seu ambiente circundante.

3 – Habilidade em reconhecer e resolver problemas, sendo que problema é definido como o gap existente entre o ponto em que se encontra a organização e o objetivo a ser alcançado por ela.

4 – Motivação pela prática do poder, ou seja, uma vez determinada a meta, o administrador deve se utilizar de todos os meios que dispõe como, por exemplo, os meios tecnológicos, humanos, financeiros, políticos e materiais a fim de alcançar o resultado almejado.

5 – Competência interpessoal, uma vez que o produto do seu trabalho é elaborado por pessoas e tem como escopo o homem, a vocação para se relacionar com as pessoas com as quais convive no ambiente de trabalho, sejam seus superiores, seus pares ou subordinados, deve ser desenvolvida a fim de se estabelecer a empatia, ou seja, a aptidão em colocar-se no lugar daqueles com os quais convive, pensando e sentindo como eles.

6 – Competência técnica, que nada mais é do que o conhecimento e a utilização corretos métodos, processos, instrumentos e equipamentos e das técnicas inerentes a função de administra. A tecnologia administrativa, em síntese, simbolizada pela administração de recursos humanos, pelo planejamento e orçamento.

7 – A alta tolerância à mudança e à ambigüidade, mantendo sua capacidade de avaliar os resultados dos obtidos por sua organização e de corrigir rumos sempre que necessário. Afinal, vivemos em um ambiente turbulento e não há nada que justifique posições do tipo “palavra de rei não volta atrás”.

8 – Aptidão em refletir e confiar em sua própria sensibilidade, sobretudo relacionando ao caso específico, conseqüentemente não acreditar somente em teorias, padrões e modelos pré-estabelecidos.

9 – Atitude parentética, isto é, a capacidade psicológica inerente ao indivíduo de separar a si mesmo de seu ambiente interno e externo, alcançando um nível de pensamento conceptual e, portanto, de liberdade.

10 – Percepção da desordem como algo administrável, percebendo e concordando o sentido de que, muito embora tendam à entropia, à desagregação, todos os sistemas são extremamente administráveis, havendo possibilidade de manter-se a ordem do caos, obviamente que dentro de certos limites.

Para a sociedade atual a administração possui papel de extrema importância. A administração não constitui um fim em si mesmo, trata-se de uma forma de estabelecer critérios para que a execução do trabalho ocorra da melhor maneira possível, com custo mais baixo, sempre visando eficiência e eficácia em maior grau.

10 CONCEITO DE EMPRESÁRIO

Podemos fazer uma série de definições de empresário, e de várias maneiras, ao listarmos as características e as demandas que tocam para o empresário iremos ter uma vasta série de definições. “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção de ou a circulação de bens ou de serviços.”

De acordo com o Professor Fábio Ulhoa Coelho, “Empresário é a pessoa que toma a iniciativa de organizar uma atividade econômica de produção ou de circulação de bens e serviços”.

Já Rubens Requião define empresário de forma singela como: “o sujeito que exercita a atividade empresarial”.

11 CONCLUSÃO

Ter a capacidade de ser rentável no presente e no futuro ainda assim apresentando ótimos indicadores econômicos e financeiros são objetos de desejos de todas as instituições, mas sabemos que esta tarefa está cada dia mais difícil de ser alcançada. Sendo assim as empresas tem tentado buscar outras formas para se fortalecerem no mercado, e muitas vezes estas alternativas acabam batendo de frente com os padrões éticos impostos pela sociedade.

Fazemos então a leitura que a ética empresarial, ao contrario do que muitos pensam, tem a obrigação de ser uma ferramenta a ser aplicada em longo prazo a ser implantada por instituições que prezam por excelência nos negócios. Podemos listar algumas medidas a serem tomadas que não seriam muito difíceis para a iniciação deste rumo da ética, tais como: a efetivação de um código de ética, a constituição de um comitê, a escolha de um profissional voltado para este fim ou a criação de uma auditoria interna. Para este processo dar certo, devemos ter a total confiança da alta administração da instituição, pois dependemos de um suporte para

implantação e manutenção ética na instituição. Se tratando disso temos instituições que ainda pouco se importam com estas questões éticas, pois optam por se instalarem em países com situações mais precárias com a intenção de aproveitar mão de obra barata e insumos disponíveis em que a legislação deixa um pouco a desejar tendo assim um pouco mais de liberdade para se aproveitar destas situações.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. F. **Ética, cidadania e trabalho**. São Paulo: Copidart, 2002.
- ARAÚJO JR., G. C. **Direito civil: questões para concursos**. São Paulo: São Paulo: Atlas, 2004.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: Makron Books, 1997.
- DRUCKER, P. **O homem, a administração e a sociedade**. São Paulo: Nobel, 2001.
- ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1989.
- LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.
- MASIERO, P. **Ética para profissionais em computação**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MAXIMIANO, A. C. A. **A teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MAXIMINIANO, A. C. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2004.
- MONTEIRO, J. K.; ESPIRITO SANTO, F. C.; BONACINA, F. Valores, ética e julgamento moral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, p. 237-246, 2005.
- TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.
- VALLS, A. L. M. **O que é ética**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000



**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM CONFORMIDADE COM A
NBC T-15 DAS COMPANHIAS DO SETOR DE CARNES E DERIVADOS
LISTADOS NA B3: PERÍODO DE 2015 A 2018**

**LEVEL OF SOCIO-ENVIRONMENTAL EVIDENCE IN ACCORDANCE WITH NBC
T-15 OF THE COMPANIES OF THE MEAT AND DERIVATIVES SECTOR LISTED
IN B3: PERIOD FROM 2015 TO 2018**

MORAES, Thayna Fernanda Parminondi ¹⁰

HENRIQUE, Marcelo Rabelo ¹¹

SAPORITO, Antonio ¹²

SILVA, Sandro Braz ¹³

Resumo: O objetivo desta pesquisa é evidenciar o nível de divulgação das informações socioambientais das companhias do ramo alimentício atuantes no setor de carne e derivados, listadas na B3 no segmento do Novo Mercado, e tendo como

¹⁰ Graduada do curso de Ciências Contábeis da UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. E-mail: thaynaparminondi@outlook.com

¹¹ Doutorando em Controladoria pelo MACKENZIE. Doutor em Administração pela ESEADE. Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP. Professor da UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. E-mail: mrhenrique@unifesp.br

¹² Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Professor da UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. E-mail: profantoniosaporito@gmail.com

¹³ Doutor em Administração pelo MACKENZIE. Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP. Professor da UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. E-mail: prof_sandrobraz@hotmail.com

base a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental. Por ser um dos setores que mais agredem e degradam o meio ambiente, é importante analisar e evidenciar o nível de preocupação e responsabilidade socioambiental dessas Companhias, ou seja, analisar as informações necessárias para medir o impacto ambiental causado por essas empresas e o quais as medidas adotadas para preservar e restaurar o meio ambiente. As informações necessárias para medir esse nível de evidenciação foram retiradas dos Relatórios de Sustentabilidade de quatro empresas pertencentes ao Novo Mercado. Através de uma pesquisa documental, descritiva e qualitativa, foi constatado que as empresas não divulgam de forma efetiva suas informações de natureza social ambiental em relação aos quesitos contidos na NBC T-15. Deste modo, também foi constatado, através da análise de resultados, que no período de 2015 a 2018, a qualidade e a quantidade de informações divulgadas tiveram uma drástica redução de 50% para 20% no nível de evidenciação.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental. Relatórios de Sustentabilidade. NBC T-15.

Abstract: The objective this research is to highlight the disclosure's level of socio-environmental informations of companies from the food industry which works with meat and others meat products listed in the "Novo Mercado" segment from B3, based on he Brazilian Technical Accounting Standard 15 (NBC T- 15) - Social and Environmental Information. This sector is the one that most attack and degrade the environmental is importante to analise and show how Much this companies care and are responsible with the environmental, in Other words, analise the main informationsto measure how this companies impact the environment and what is the actions that the companie do to preserve and restore what They have been destroying. The informations used to measure the disclosure comes from Sustainability Reports of four companies that belongs to "Novo Mercado". With a documental, qualitative and descriptive research, the results show that the companies don't disclose their information about socio-environmental in a effective way When it is related to NBC T-15. Furtherwise, When the results are compared through the Years, more specific between 2015 and 2018, the qualitative and the amount of information that are disclosed had decreasey very hard.

Keywords: Social and Environmental Responsibility. Sustainability Reports. NBC T-15.

1 INTRODUÇÃO

A indústria da carne tem sido cada vez mais alvo de preocupações com os impactos negativos ao meio ambiente e à saúde, causados pelo consumo excessivo de carne. No entanto, o consumo mundial de carne quadruplicou nos últimos 50 anos, sendo que em 2006 havia 20 bilhões de cabeças de gado no planeta, que seria três vezes o número de habitantes (FAO, 2006; ISIK, ONGAN, ÖZDEMIR, 2019), e esses números crescem a cada ano.

Os principais pontos de grande impacto negativo ao meio ambiente são: a emissão de metano para a atmosfera, uma vez que este gás é um dos principais causadores do aquecimento global (UNFCCC, 2006); O desmatamento da floresta Amazônica em função do aumento de pastagem (SMERALDI; MAIO, 2008); e Grande parte da produção mundial de grãos ser destinada à alimentação de animais para abate, uma vez que, milhões de pessoas passam fome no mundo (FAO, 2006).

Com o aumento da conscientização da sociedade esse cenário torna-se cada vez mais preocupante e as cobranças perante as atividades da tem sido cada vez maiores, exigindo cada vez mais a divulgação de informações sobre a abordagem que as empresas utilizam com os cuidados do meio ambiente.

A contabilidade em geral busca registrar e interpretar todos os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade, portanto, a contabilidade ambiental não seria diferente, destacando-se como um recurso para gerir as informações ambientais. Desde modo, segundo Kosztrzepa (2004), a contabilidade ambiental é capaz de evidenciar o impacto social e ambiental que as atividades da empresa geram e de que forma esse impacto afeta economicamente e financeiramente a entidade.

Segundo Pires e Silveira, as empresas estão mostrando cada vez mais disposição para entender a importância de gerar e divulgar informações ambientais relacionadas as suas atividades. Mas para outros pensadores, essa pressão social estimula a divulgação de informação falsas que maquam a realidade das empresam.

Com a finalidade de orientar as empresas sobre quais informações devem ser apresentadas à sociedade e quais os procedimentos para uma melhorar a evidenciação desses dados, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, no Brasil, emitiu, em 2004, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental.

A Lei nº 6.938/1981 - Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, que posteriormente foi alterada pela Lei 10.165/2000, classifica todas as atividades em graus de poluição no qual caracterizam três níveis, sendo eles: baixo, médio e alto. As atividades que envolvem em sua produção algum produto de origem animal estão, em sua maioria, classificadas nos níveis médio e alto.

A escolha do setor de carnes e derivados como objeto de pesquisa se deu, não somente por causar um grande impacto ambiental, mas devido aos escassos

estudos sobre o tema, uma vez que está sendo o enfoque de grandes debates ambientais.

Este estudo tem como finalidade verificar o nível de evidenciação ambiental e a evolução da divulgação dessas informações com base nas empresas do setor de carnes e derivados listados na B3 no segmento do Novo Mercado, entre 2015 e 2018, em conformidade com Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental.

A contribuição esperada pela ótica acadêmica é aumentar a gama de materiais para pesquisa futuras relacionadas a evidenciação ambiental, pois é um tema pouco pesquisado. Como contribuição social é esperada que os indivíduos pudessem olhar de forma diferente os impactos ambientais ao lerem esta pesquisa. No âmbito contábil é esperado que este trabalho demonstre a importância do enrijecimento de leis e normas contábeis no viés ambiental, uma vez que as existentes são orientações e não obrigações.

1.1 Problema de Pesquisa

A pergunta a ser respondida pela pesquisa: **Qual o nível de divulgação das informações ambientais em conformidade com a NBC T-15 apresentado pelas empresas do setor de carnes e derivados do novo mercado?**

1.2 Objetivo Geral

O Objetivo Geral deste estudo foi analisar o nível de evidenciação ambiental segundo a NBC T-15 das empresas do setor de carne e derivados pertencentes ao novo mercado.

1.3 Objetivos Específicos

Já os objetivos específicos da pesquisa foram:

- Contextualizar a responsabilidade social das empresas;
- Fundamentar a evidenciação ambiental e os relatórios sustentáveis;
- Selecionar e analisar uma amostra de maneira individual;
- Analisar os resultados de forma a comparar com dados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção será apresentada a contextualização do atual cenário com os aspectos da responsabilidade social das empresas, a necessidade da evidência das informações ambientais, os tratamentos da NBCT-15 e a estrutura do Relatório de Sustentabilidade.

2.1 Responsabilidade Social das Empresas

Como reflexo da propagação da conscientização, o conceito de sustentabilidade também alcançou o campo dos negócios. Portela (2008) e Iatridis (2013) destacam que independente de quem tenha a responsabilidade na degradação ambiental, a busca de soluções é uma tarefa comum a toda a sociedade. Nesse contexto, a execução do desenvolvimento sustentável também é reconhecida como sendo de responsabilidade das empresas. Frente às mudanças impostas pelo novo cenário, essas empresas têm buscado adaptar-se, motivadas por exigências cada vez maiores, de práticas sustentáveis nos processos, dos seus interessados.

Além da função econômica da empresa, voltada para a maximização de riquezas por meio da venda de bens e serviços, há também a função social, a qual visa o bem-estar social. As empresas desempenham importante papel no desenvolvimento econômico e social dos países, uma empresa não deve almejar somente lucros (LUCA, 1998). Existem obrigações, por parte das empresas, no seu relacionamento com a sociedade, tais como a preservação do meio ambiente, a criação e manutenção de empregos, a contribuição para a formação profissional, a qualidade dos bens e serviços e outras que não estão declarados legalmente, mas que são consideráveis para a continuidade da empresa.

Essas obrigações estão relacionadas a uma gestão baseada nos princípios da Responsabilidade Social Corporativa, os quais visam estabelecer um relacionamento ético e transparente das empresas com os seus interessados e definir objetivos que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

A real necessidade de as empresas realizarem ações de responsabilidade social empresarial com investimento social privado, cuja ação, por lei constitucional, necessitaria ser assegurada pelo Estado. Ou seja, o fato que as empresas lidam com pessoas, a sua interação social ultrapassa o viés consumidor e fornecedor. Pois, o Estado não supre toda demanda sobre um determinado bem ou serviço social essencial para sociedade, e como as empresas fazem parte da sociedade, e sem o bem-estar social de uma população o consumo de bens e serviços das empresas diminuem. (MORAES et al., 2017)

Portanto, é necessário que as empresas tenham uma real preocupação com questões sócias e ambientais, uma vez que, o consumo constante depende disso.

2.2 Evidenciação Ambiental

O setor empresarial é constantemente cobrado para que suas atividades sejam desempenhadas por meios sustentáveis. As pressões surgem de diversas áreas: sociedade, governo, investidores, instituições financeiras, ativistas e acionistas, principalmente quando se tratam de empresas com alto impacto ambiental.

A evidenciação é o ato de comunicar aos usuários informações relevantes e auxiliar nas tomadas de decisões (FILHO, 2000; PRUDÊNCIO, 2019). O conteúdo dessas informações leva em conta as externalidades causadas pelas ações das empresas, mostrando aos interessados seus posicionamentos em relação ao meio ambiente.

As empresas que divulgam relatórios de sustentabilidade tendem a ser mais conceituadas perante aos usuários externos. Pois, empresas que transmitem informações verdadeiras e transparentes destacam-se no mercado, uma vez que, geram menos riscos e transmitem mais segurança. Entretanto, há uma dificuldade em padronizar a evidenciação ambiental entre as empresas, prejudicando as avaliações dessas informações (BORGES; ROSA; ENSSLIN, 2010).

Burgwal e Vieira (2014) estudaram três variáveis com possibilidade de impactar o nível de divulgação ambiental: tamanho da companhia, setor industrial e lucratividade. Entretanto, chegaram conclusão que a variável lucratividade não afeta a divulgação de forma relevante.

Clinch e Verrecchia (1997) analisaram a variável concorrência e chegaram à conclusão que quanto maior a concorrência, menor é a divulgação voluntária por parte das entidades. Isso devido ao fato de as empresas evitarem expor informações que possam ser relevantes para o posicionamento de mercado da uma empresa concorrente.

Albertini (2014) também realizou alguns estudos e concluiu que ao longo dos anos houve uma grande melhora na qualidade e na frequência da divulgação das informações ambientais. Porém, a maioria das informações disponibilizadas são de natureza positiva, as informações de caráter negativo são pouco divulgadas.

2.3 Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental.

A Resolução CFC sob o nº 1.003/04 que aprova a NBC T-15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, emitida em 2004 pelo Conselho Federal de Contabilidade, entrando em vigor em 2006. O intuito da resolução é aumentar o grau de padronização da evidenciação ambiental e social. Pois, a resolução define procedimentos a serem seguidos pelas empresas ao evidenciar informações de natureza social e ambiental, a fim de expor à sociedade sua colaboração e responsabilidade social.

Entretanto, as empresas tem a opção de considerá-la ou não, pois se trata de uma resolução e não uma lei, ou seja, as empresas divulgam suas informações socioambientais de forma voluntária. Contudo, ao considerar a resolução, as informações devem ser apresentadas pelas organizações de acordo com os procedimentos determinados pela NBC T -15. Importante destacar que tal evidenciação, quando realizada, deve ser divulgada de maneira complementar às demonstrações contábeis das empresas (CFC, 2004).

Deste modo, classificam-se como informações de natureza social e ambiental: a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com a comunidade e a interação com o meio ambiente. Observa-se que o último indicador é o que discorre, especificamente, a respeito de fatos ambientais. As informações relativas à interação da empresa com o meio ambiente a serem evidenciadas são:

- a) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e, h) passivos e contingências ambientais. (NBC T - 15, 2004)

2.4 Relatório de Sustentabilidade

Elaborar relatórios de sustentabilidade que visam de mensurar e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas das organizações vem sendo uma prática incorporada por diversas empresas. As empresas, cada vez mais, têm percebido os benefícios de divulgar este relatório, que transmite maior transparência e integridade sobre o envolvimento com a sustentabilidade das organizações, transformando-o em uma forma de melhorar a relação entre a sociedade e meio ambiente (ROSSELTTO; COELHO; DALFOVO, 2013).

A divulgação destes relatórios tem por objetivos: apoiar e facilitar a gestão das questões de sustentabilidade das empresas de maneira sistemática, divulgar os riscos e oportunidades e construir uma reputação corporativa mais transparente. Estas informações também podem servir às demandas crescentes da sociedade e como resposta às cobranças para que as empresas explicitem suas ações de responsabilidade socioambientais e atuações no ambiente em que estão inseridas, visto que posturas consideradas ambientalmente corretas estão sendo valorizadas em muitos mercados consumidores (BASSETTO, 2010).

As organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou aderir a um já elaborado, como exemplo da GRI - Global Reporting Initiative, do Ethos, do Ibase e do Akatu. Entre estas pode-se destacar a adesão à GRI pois, das 250 maiores corporações do mundo, 93% relatam seu desempenho em sustentabilidade e 82% delas usam os padrões da GRI para fazê-lo ou informalmente utilizam as diretrizes para divulgação de suas práticas de sustentabilidade (GRI, 2017).

3 METODOLOGIA

Já quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa documental na qual propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. E preciso interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. Uma vez que, os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido (MAY, 2004).

A pesquisa tem como escopo de estudo uma pesquisa descritiva, que de acordo com Lehman e Mehrens (1971) é a investigação que procura determinar natureza e grau de condições existentes. Uma vez que há possibilidade de poder coletar dados de uma única amostra ou de mais de uma amostra, como também poder trabalhar com uma ou mais variáveis, sem o intuito de estabelecer relações ou fazer predições. Tem como único propósito descrever condições existentes (LEHMAN; MEHRENS, 1971; DA SILVA, et al, 2019).

Os parâmetros de abordagem é classificado como uma pesquisa qualitativa, na qual, não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997).

Como parâmetros para avaliações individuais dos critérios de evidenciação, serão atribuídas notas de zero a cinco, onde 0 será atribuído quando o quesito não for cumprido e cinco quando o quesito for totalmente completado. Os dados podem ser verificados na tabela 7, sendo, na última linha, indicado o percentual individual da divulgação dos quesitos no Relatório de Sustentabilidade de cada empresa e podem ser comparado entre os períodos, cuja pontuação máxima poderia ser de 40 pontos.

4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados serão extraídos dos Relatórios de Sustentabilidade disponibilizados pelas empresas da amostra. As informações serão avaliadas conforme critérios definidos pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental. O período a ser analisado e comparado será de 2015 a 2018.

No que diz a respeito à aplicação dos conceitos, este estudo utilizará a pesquisa desenvolvida por Faria e Pereira (2009), na qual as autoras, em função do nível de evidenciação, definiram o percentual dos critérios fixados como ruim, regular, bom e ótimo. A empresa que atender até 25% dos critérios irá receber o conceito ruim. Caso a empresa venha atender de 26% até 50%, obterá o conceito regular; atendendo de 51% até 75%, a empresa receberá o conceito bom; e, por último, a companhia que atender de 76% até 100% atingirá o nível de evidenciação de conceito ótimo.

4.1 Amostra Analisada

A amostra foi escolhida de acordo com as empresas do ramo de carnes e derivados que são pertencentes ao novo mercado da B3. São elas: BRF S.A., JBS S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Minerva S.A. A seguir, uma breve apresentação dessas empresas, as quais representam a amostra selecionada para este estudo.

A BRF é uma empresa multinacional brasileira proveniente da fusão da Perdigão e da Sadia. A empresa foi fundada em Santa Catarina em 1934, inicialmente como Perdigão. Atualmente é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas no mercado de capitais há mais de 30 anos, com valor de mercado estimado de R\$ 18,36 bilhões e com uma receita aproximada de R\$ 30,19 Bilhões (BRF, 2018).

A BRF em diversas regiões, trabalha com uma gama de marcas, como: Sadia, Perdigão, Qualy, Kidelli, Golden Foods, Fribo, Claybom, Calchaqui, Chester, entre outras (BRF, 2018).

A JBS S.A. é uma multinacional de origem brasileira de Goiás, fundada em 1953. Atualmente é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas no mercado de capitais, com valor de mercado estimado de R\$ 61,8 bilhões e com uma receita aproximada de R\$ 181.68 bilhões (JBS, 2018).

A companhia opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros. Está presente em mais de 15 países, onde, trabalha com marcas como: Friboi, 1953, Swift, Seara, Seara Gourmet, Dorian, Massa Leve, Pilgrim's Pride, Plumrose, Primo, entre outras (JBS, 2018).

Marfrig Global Foods é uma companhia de alimentos à base de proteína animal fundada em 2000. Uma empresa multinacional brasileira, com sede na cidade de São Paulo, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto e com ações listadas na B3. O valor de mercado estimado da companhia é de R\$ 9,21 bilhões e uma receita aproximada de R\$ 29.71 bilhões (MARFRIG, 2018).

A Marfrig, além de operar no Brasil, se instalou na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Estados Unidos. Atua com algumas marcas nacionais, como: Bassi, Bassi Wagyu, Bassi Cordeiro da Patagônia, Steakhouse, Montana Dia a Dia, Montana Premium Beef, Marfrig Profissional, JG, Pampeano, Palatate, mas também trabalha com diversas marcas internacionais (MARFRIG, 2018).

A Minerva S.A é uma empresa fundada em 1992 em São Paulo. É uma companhia de capital aberto com ações negociadas no mercado de capitais, com um valor de mercado de R\$ 1,49 bilhão e com uma receita de R\$ 16.21 bilhões (MINERVA, 2018).

A empresa atua na comercialização de carne in natura, couros, derivados, na exportação de gado vivo e no processamento de carnes. Por se tratar de uma companhia global, atua diversas localidades como: Argélia, Austrália, Chile, China, Dubai, Egito, Estados Unidos, Hong Kong, Inglaterra, Itália, Líbano, Nova Zelândia, Rússia, Singapura e Taiwan (MINERVA, 2018).

4.2 Análise de Quesitos

A pesquisa utilizará a NBC T.15 - Informações de Natureza Social e Ambiental como base para o desenvolvimento do estudo, observando apenas as informações relacionadas ao meio ambiente. O levantamento de dados foi realizado através dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas escolhidas do período de 2015 a 2018. Os relatórios são publicados pelas empresas, são de fácil acesso e permanecem disponíveis para o público.

Foram retirados desses relatórios os quesitos voltados ao meio ambiente, no qual foram analisados de forma individual e em conjunto para um melhor entendimento. Após a análise, será atribuído uma nota de zero a cinco para verificar a aderência das informações e, também, para realizar a comparação de pesquisa anteriores, mantendo as mesmas métricas.

4.2.1 Quesito A: Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente

O quesito se refere aos gastos com melhorias do meio ambiente. Das quatro empresas analisadas, apenas a JBS deu continuidade à evidenciação desse quesito.

Tabela 1 - Quesito A: Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente

| Empresa | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| BRF | - | - | - | - |
| JBS | 716,6 | 855,2 | 806,5 | 721,1 |
| MARFRIG | 7,73 | - | - | - |
| MINERVA | 8,8 | 14,34 | - | - |

Fonte: Autores

Em, 2015 e 2016, a BRF não evidenciou os valores gastos com melhorias do meio ambiente. Assim como no período de 2017 a 2018 tais investimentos não foram divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade.

A JBS, em 2017, investiu R\$ 806,5 milhões em melhorias ao meio ambiente, o que representa uma diminuição de aproximadamente 6% em relação ao investimento de 2016 no valor de R\$ 855,2 milhões. Em 2018 o investimento foi de R\$ 721,1 milhões, o que representa uma diminuição de aproximadamente 11% em relação ao ano de 2017.

A MINERVA evidenciou os investimentos e gastos apenas no período de 2015 e 2016. Em 2017 e 2018, não houve menção dos valores investidos com manutenção e melhorias do meio ambiente.

A MARFRIG evidenciou os gastos com manutenção e melhorias apenas em 2015, no período de 2016 a 2018 os valores investidos não foram divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa.

4.2.2 Quesito B: Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados

O quesito referente aos valores destinados a preservação e recuperação de ambientes degradados. Das quatro empresas analisadas, apenas a BRF deu continuidade a evidenciação, deixando de apresentar informações apenas nem 2017.

Tabela 2 - Quesito B: Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados

| Empresa | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| BRF | 197,22 | 249 | - | 125,45 |
| JBS | - | - | - | - |
| MARFRIG | 14,09 | - | - | - |
| MINERVA | 3,46 | 7,85 | - | - |

Fonte: Autores

A BRF investiu em 2016 em preservação e recuperação de ambientes degradados aproximadamente 26% a mais em relação a 2015. Em 2017 a empresa não evidenciou os valores gastos com preservação e recuperação de ambientes

degradados. Entretanto, em 2018 foram investidos R\$ 125,45 milhões, o que é aproximadamente metade do valor investido em 2016.

A MINERVA divulgou os valores investidos apenas em 2015 e 2016. Em 2017 e 2018 os valores investidos não foram divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa.

A MARFRIG evidenciou os gastos com manutenção e melhorias apenas em 2015, no período de 2016 a 2018 os valores investidos na preservação e recuperação de ambientes não foram evidenciados nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa.

Em, 2015 e 2016, a JBS não evidenciou os valores gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados. Assim como no período de 2017 a 2018 tais investimentos não foram divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade.

4.2.3 Quesito C: Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade

O quesito inclui todos os investimentos e gastos com educação ambiental interna, ou seja, gastos com treinamentos, cursos e afins, sobre educação ambiental para seus colaboradores internos. Nenhuma das empresas analisadas deram continuidade a evidenciação de valores.

Tabela 3 - Quesito C: Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade

| Empresa | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| BRF | - | - | - | - |
| JBS | - | - | - | - |
| MARFRIG | 0,1 | - | - | - |
| MINERVA | 0,1 | 0,1 | - | - |

Fonte: Autores

De 2015 a 2018 a BRF e a JBS não demonstraram efetivamente em seu Relatório de Sustentabilidade os valores investidos. Entretanto, JBS faz menção a existência programas de educação destinados aos colaboradores internos.

A MINERVA em 2015 e 2016 investiu e evidenciou os valores gastos com educação ambiental interna. Em 2017 e 2018, apresentou programas voltados a educação ambiental interna, mas não dispôs dos valores investidos.

A MARFRIG evidenciou os gastos com educação ambiental interna apenas em 2015. No período de 2017 a 2018 os valores gastos em educação interna não foram evidenciados nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa, entretanto há a menção da existência de tais programas.

4.2.4 Quesito D: Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade

O quesito inclui todos os investimentos e gastos com a educação ambiental externa, ou seja, gastos com treinamentos, cursos e afins, sobre educação ambiental voltado para a comunidade.

Tabela 4 - Quesito D: Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade

| Empresa | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| BRF | 121,68 | 76,84 | - | - |
| JBS | - | - | - | - |
| MARFRIG | 7,04 | - | - | - |
| MINERVA | 1,12 | 0,18 | - | - |

Fonte: Autores

A BRF evidenciou os valores investidos com educação ambiental externa nos anos de 2015 e 2016. Em 2017 não há menção de valores gastos ou programas. Entretanto, em 2018 a empresa cita programas existentes desde 2013, mas sem evidenciar quaisquer valores.

JBS não demonstrou efetivamente em seu Relatório de Sustentabilidade o valor gasto em educação ambiental externa, mas apresenta a existência de programas de educação ambiental voltados a sociedade no período de 2015 a 2018.

A MARFRIG evidenciou os gastos com educação ambiental externa apenas em 2015. No período de 2017 a 2018 empresa fala sobre a existência de programas de educação ambiental externa, mas deixou de evidenciar os valores investidos.

A MINERVA evidenciou os gastos com educação ambiental externa em 2015 e 2016. Em 2017 e 2018, a empresa mencionou a existência de programas voltados a educação ambiental externa, mas não dispôs dos valores investidos.

4.2.5 Quesito E: Investimentos e gastos com outros projetos ambientais

O quesito se refere aos investimentos e gastos relacionados a outros projetos ambientais. Dentre as empresas analisadas, nenhuma apresentou evidenciação de gastos com outros projetos ambientais.

Tabela 5 - Quesito E: Investimentos e gastos com outros projetos ambientais

| Empresa | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| BRF | - | - | - | - |
| JBS | - | - | - | - |
| MARFRIG | 0,61 | - | - | - |
| MINERVA | - | - | - | - |

Fonte: Autores

A BRF não evidenciou os valores gasto, mas cita a existência de outros projetos ambientais no período de 2015 a 2016. Em 2017 cita o investimento em mais de R\$ 100 milhões em projetos ambientais. Entretanto, em 2018 não há evidenciação de valores, apenas a menção da existência de projetos relacionados ao assunto.

Em 2015 e 2016, não consta a análise do Quesito E das empresas JBS e MINERVA. Entretanto, a JBS apresenta em seus relatórios de sustentabilidade diversos projetos ambientais, porém, não há evidenciação de valores gastos do período de 2017 e 2018. A MINERVA não faz qualquer menção de valores ou existência de outros projetos ambientais.

A MARFRIG evidenciou os gastos com outros projetos ambientais apenas em 2015. Em 2017 e 2018 a empresa apenas citou a existência de projetos ambientais, sem evidenciar quaisquer valores.

4.2.6 Quesito F: Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade

O quesito inclui a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. A JBS e a MARFRIG não evidenciaram em seus Relatórios de Sustentabilidade a existência de processos e autuações no período 2015 a 2018.

A BRF recebeu em 2016, 23 processos ou autuações ambientais, administrativas e judiciais. Em 2017 houve apenas duas autuações administrativas e em 2018 não receberam processos ou autuações ambientais.

A Minerva contabilizou duas ações resultantes em multas significativas no período de 2016 e em 2015 não divulgou nenhum dado a respeito. A empresa divulgou no Relatório de Sustentabilidade de 2017 que contabilizou apenas 1 ação resultante em multa. No ano de 2018 a empresa evidenciou gastos decorrentes de ações protocoladas anteriormente ao período.

4.2.7 Quesito G: Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente

Este quesito se refere aos valores das multas e indenizações relativas a matéria ambiental. A JBS e a MARFRIG não evidenciaram em seus relatórios de sustentabilidade a existência de multas e indenizações ambientais no período de 2015 a 2018.

A BRF não evidenciou em seu relatório de sustentabilidade a existência de multas e indenizações ambientais no período de 2015 e 2016. Entretanto, em 2017 a empresa apresentou R\$ 1,19 bilhões em multas e indenizações e em 2018 R\$ 2,49 bilhões. As multas significativas são consideradas quando seus valores ultrapassam R\$ 150 mil, portanto, as multas consideradas insignificativas foram citadas, mas não houve a evidenciação de valores.

A Minerva não evidenciou em seus Relatórios de Sustentabilidade a existência de multas e indenizações ambientais no período de 2015 e 2016. Em 2017 a empresa citou a existência de apenas uma multa ambiental no valor de R\$ 4 milhões, como o pagamento de uma multa decorrente de um processo protocolado em 2016, no valor de R\$ 12,5 milhões. Em 2018, foi apresentado os valores gastos com multas decorrentes dos anos anteriores, contudo, não houve a incidência de novas multas no período.

4.2.8 Quesito H: Passivos e contingências ambientais

Esse quesito é referente aos passivos e contingências ambientais. Os passivos e contingências, inicialmente, podem ou não ser esperados. Deste modo, é

realizado periodicamente uma avaliação para determinar um potencial saída de recursos e quais valores (CPC 25, 2009).

A BRF, a JBS e a MINERVA não evidenciaram em seus Relatórios de Sustentabilidade se há ou não a existência de passivos e contingentes ambientais no período de 2015 a 2018.

A MARFRIG divulgou em seus relatórios, no período de 2015 a 2018, a existência de planos de contingência, porém não há especificação de valores.

4.3 Análise Final

A partir de uma tabela elaborada após a análise de cada quesito da NBC T 15 do período de 2015 a 2018, é possível identificar a evolução de cada empresa e item entre os períodos. Os dados podem ser verificados na tabela 7, sendo, na última linha, indicado o percentual individual da divulgação dos quesitos no Relatório de Sustentabilidade de cada empresa e pode ser comparado entre os períodos, cuja pontuação máxima poderia ser de 40 pontos.

Tabela 6 - Comparação dos quesitos avaliados conforme NBC T 15 (Escala de 0 a 5)

| Quesitos | BRF | | JBS | | MARFEIG | | MINERVA | | Total | | Variação |
|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
| | 2015-2016 | 2017-2018 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2015-2016 | 2017-2018 | 2015-2016 | 2017-2018 | |
| A | - | - | 4 | 4 | 3 | - | 4 | - | 11 | 4 | -7 |
| B | 3 | 2 | - | - | 4 | - | 4 | - | 11 | 2 | -9 |
| C | - | - | - | - | 3 | - | 4 | - | 7 | 0 | -7 |
| D | - | - | 4 | - | 3 | - | 4 | - | 11 | 0 | -11 |
| E | - | - | - | - | 4 | - | - | - | 4 | 0 | -4 |
| F | 4 | 4 | - | - | 2 | - | 3 | 4 | 9 | 8 | -1 |
| G | - | 3 | - | - | 1 | - | - | 4 | 1 | 7 | 6 |
| H | - | - | - | - | 1 | 1 | - | - | 1 | 1 | 0 |
| Total | 7 | 9 | 8 | 4 | 21 | 1 | 19 | 8 | 55 | 22 | -33 |
| Percentual | 17,5% | 22,5% | 20% | 10% | 52,5% | 2,5% | 47,5% | 20% | 34,4% | 13,8% | -20,6% |

Fonte: Autores

Os quesitos que tiveram melhor evidenciação em 2015 e 2016 foram os quesitos A, B e D, e estes somaram um total de 11 pontos cada um. Isso significa que as empresas priorizaram, em seus Relatórios de Sustentabilidade, informações

e valores dos investimentos, gastos com melhoria ambiental, preservação e recuperação de ambientes degradados e com educação ambiental externa.

Os quesitos que tiveram a maior redução do nível de evidenciação nos Relatórios de Sustentabilidade em 2017 e 2018, foram os itens A, B C e D. Deste modo, chegamos à conclusão que houve uma grande diminuição do interesse das empresas em divulgarem informações e valores dos investimentos, gastos com melhoria ambiental, preservação e recuperação de ambientes degradados e com educação ambiental.

Tendo em vista que, de modo geral, todos os quesitos sofreram uma grande redução no nível de evidenciação, o quesito G se destaca por ser o único item a que obteve uma evolução positiva, mesmo que pequena, passando de 1 ponto em 2015 e 2016, para 7 pontos em 2017 e 2018. Desta maneira, podemos observar um crescimento no interesse em divulgar as multas e indenizações relativas ao meio ambiente.

Tabela 7 - Percentual de evidenciação

| Empresa | 2015 - 2016 | 2017 – 2018 | Variação |
|----------------|--------------------|--------------------|-----------------|
| BRF | 17,5% | 20% | 5% |
| JBS | 20% | 10% | -10% |
| MARFRIG | 52,5% | 2,5% | -50% |
| MINERVA | 47,5% | 20% | -27,5% |

Fonte: Autores

A tabela 8 apresenta os percentuais do nível de evidenciação de cada empresa dividido por períodos. Deste modo, ao comparar o período de 2015 a 2016 com 2017 a 2018, é possível observar que o percentual de evidenciação uma redução significativa.

De modo geral, houve redução no percentual do nível de evidenciação. Entretanto, a BRF se destaca pois foi a única empresa que apresentou um aumento no percentual, que significa uma melhora nas suas evidenciações. A MARFRIG também se destaca pois foi empresa com a maior diminuição no percentual do nível de evidenciação com uma queda e 50%.

Tabela 8 - Padrão de evidenciação (Faria e Pereira)

| Empresa | 2015 - 2016 | 2017 - 2018 |
|----------------|--------------------|--------------------|
| BRF | Ruim | Ruim |
| JBS | Ruim | Ruim |
| MARFRIG | Bom | Ruim |
| MINERVA | Regular | Ruim |

Fonte: Autores

A tabela 8 apresenta os níveis de evidenciação segundo as métricas de Faria e Pereira, que caracterizam como ruim, regular, bom e ótimo. Deste modo, é possível observar que as empresas que já eram consideradas ruins, em relação ao nível de evidenciação ambiental, se mantiveram ruins. As demais que eram consideradas como regular e bom, no período de 2017 a 2018, passaram se ser caracterizadas como ruim. Portanto, mesmo que a BRF tenha melhorado a sua evidenciação ambiental, não atingiu o percentual necessário para sair do nível ruim de evidenciação.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou um estudo sobre a transparência das empresas em relação as pautas ambientais no cenário atual, com base na análise do Relatório de Sustentabilidade perante os quesitos predefinidos na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T-15) - Informações de Natureza Social e Ambiental.

Deste modo, o objetivo geral foi identificar se as empresas de carne e derivados listadas na B3 pertencentes ao novo mercado estão evidenciando de forma efetiva as suas informações relacionadas ao meio ambiente em seus Relatórios de Sustentabilidade, no período de 2015 a 2018.

O objetivo proposto foi atingido, porém, os resultados apresentados não eram esperados. Uma vez que, já foi constatado que as empresas analisadas não evidenciaram, de forma efetiva, as informações necessárias nos anos de 2015 e 2016, os resultados encontrados em 2017 e 2018 foram inferiores a estes períodos.

Os níveis de evidenciação em 2015 e 2016 atingiram menos que 35% do esperado e em 2017 e 2018 caíram para 14% da evidenciação ideal. Deste modo, é nítido que as empresas não divulgam de forma clara quais os valores investidos e a maneira que esses recursos são aplicados. Por fim, acaba sendo uma gama de

informações rasas e superficiais que não colaboram de forma efetiva para a identificação do real posicionamento dessas empresas em relação as pautas ambientais.

Nesse contexto, é possível questionar se as empresas estão publicando os Relatórios de Sustentabilidade por realmente se importarem com os impactos ambientais ou se o fazem apenas por pressão social. Assim como, tentar identificar se há algum motivo, talvez político ou econômico, para esta redução brusca do nível de evidenciação entre os períodos analisados. Dessa maneira, tais questionamentos são passíveis de transfigurarem em temas para pesquisas futuras a partir deste estudo apresentado.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BM & FBOVESPA - A NOVA BOLSA. **Diversos**. 2017. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/. Acesso em: 12 jan. 2021.

BORGES, A. P.; DA ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Produção On Line**, v. 20, n. 3, p. 404-417, 2010.

BRF. **Relatório de Sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <<https://www.brf-global.com/responsabilidade-corporativa/meio-ambiente>>. Acesso em jan. 2021.

CARVALHO, M. C. M. **Construindo o saber: técnicas de metodologia científica**, 2.ed. Campinas: São Paulo, 1989.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04. 16 Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental**. Disponível em: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc. Acesso em: 10 jan. 2021.

CURY, T. **Saiba quais são os maiores importadores da carne brasileira**. 2017. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/economia/saiba-quais-sao-os-paises-que-mais-importam-carne-brasileira/>. 12 jan. 2021.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FARIA, A. C.; PEREIRA, R. S. Disclosure de Informações Socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil, a partir na NBC T-15. Encontro da ANPAD, 33. **Anais...** São Paulo, set. 2009.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diversos**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>. Acesso em: 12 jan. 2021.

IATRIDIS, G. E. Environmental disclosure quality: Evidence on environmental performance, corporate governance and value relevance. **Emerging Markets Review**, Amsterdam, v. 14, n. 3, p. 55-75, 2013.

IUDICIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ISIK, C.; ONGAN, S.; ÖZDEMIR, D. The economic growth/development and environmental degradation: evidence from the US state-level EKC hypothesis1RW1S34RfeSDcfkexd09rT0. **Environmental science and pollution research international**, Heidelberg, v. 26, n. 30, p. 30772-30781, 10 2019.

JBS. **Relatório de Sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <http://jbss.foinvest.com.br/ptb/4069/JBS%20RAS%202016%20PT%20170502%20Final>. Acesso em: jan. 2021.

KOSZTRZEPA, R. **A evidenciação dos eventos relacionados com o meio ambiente**: um estudo em indústrias químicas. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Departamento de Administração, Universidade Vale Dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

KRUGER, S. D. et al. **Práticas de responsabilidade social e ambiental de empresas agroindustriais**. 2012. Disponível em: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/175.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LOURENÇO, A. G.; SCHRÖDER, D. S. Vale investir em Responsabilidade social empresarial: Stakeholders, ganhos e perdas. In: **Responsabilidade social das empresas**. São Paulo: Petrópolis, 2003. cap. 3, p. 77-120.

MARFRIG. **Relatório de Sustentabilidade**. c2018. Disponível em: <http://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MARTINS, E. **Balanco social**: ideia que merece permanecer. Gazeta Mercantil. 18 set. 1997, p. A-3. Disponível em: <<http://www.kmpress.com.br/c0918a3ahtm>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MINERVA, **Relatório de Sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <http://portal.minervafoods.com/sustentabilidade#relatorio>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MORAES, N. R. et al. Responsabilidade social empresarial, dever ou ética? conceitos, evolução e abordagens. **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 1, n. 3, p. 235-257, set-dez. 2017.

MORCERF, S. O. **Responsabilidade social empresarial**: uma ferramenta estratégica de gestão. 2006. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/669_RESPONSABILIDADE_SOCIAL_EMPRESARIAL.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade**: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço Social: avaliação de informações. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, v. 15, p. 21-34, dez. 2004.

PRUDÊNCIO, P. A. et al. Disclosure ambiental negativo e desempenho em empresas listadas na B3. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 58-74, may 2019.

QUINTANA, A. C.; BRANDÃO, C. T.; COELHO, D. M.; PAIVA, E. B.; RASIA, K. A. **Balanço social**: a resposta às novas exigências sociais. 2007. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/acq.htm>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social em ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, J. P. et al. Earnings quality and IFRS: Analysis of Brazilian Companies of the Banking Sector Listed on the B3: GCG. **Revista de Globalización, Competitividad y Gobernabilidad**, Madrid, v. 13, n. 3, p. 34-47, sep. 2019.

SUAVE, R.; KROETZ, M.; BOFF, M. L.; DA ROSA, F. S.; LUNKES, R. J. Evidenciação ambiental: convergências e divergências em diferentes cenários de resultados segundo NBC T.15. **Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí**, v. 1, n. 2, p. 53-64, 2012.

TINOCO, J. P. **Balanço social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

VELLANI, C. L. **Contabilidade e responsabilidade social**: integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011.



O PAPEL DO LÍDER NA GESTÃO DE PESSOAS

THE LEADER'S ROLE IN PEOPLE MANAGEMENT

BONILHA, Daiana Carneiro ¹⁴

FERNANDES, Elisiane Alves ¹⁵

Resumo: Este trabalho teve como objetivo demonstrar a importância do papel do Líder na Gestão de Pessoas. A motivação dos colaboradores é um dos principais benefícios para o bom desempenho de uma organização, pois são estes que dirigem a organização ao sucesso. Um Líder deve conhecer os pontos fortes e fracos de seus colaboradores, dando liberdade para a tomada de decisão para que eles vivenciem o dia a dia da liderança e possam se sentir motivados no ambiente de trabalho. Na intenção de compreender a importância da liderança dentro do ambiente organizacional, bem como analisar a diferença entre Líder e Gestor, foi realizada a presente pesquisa com caráter descritivo e de abordagem quanti-qualitativa. Iniciou-se com a revisão bibliográfica sobre o tema e, posteriormente a pesquisa utilizando como instrumento a coleta de dados, um questionário aplicado aos colaboradores de uma instituição financeira, com o intuito de compreender a seguinte questão norteadora: Qual o papel do Líder na Gestão de Pessoas? Os resultados obtidos demonstram que papel do Líder é motivar e agregar reações coletivas, quando a liderança é praticada da forma correta as pessoas ao seu redor se sentem seguras e confiantes, respeitando e participando dos processos decisórios do dia a dia da instituição. Já o Gestor é responsável por exigir e verificar a execução das tarefas e garantir que as metas propostas sejam atingidas.

¹⁴ Bacharel em Administração, pela Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: daianadacunha@yahoo.com.br

¹⁵ Doutora e Mestre em Educação. Docente da Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: elisiane@saofranciscocodeassis.edu.br

Entendeu-se que o papel do Líder é imprescindível e o mesmo deve estar presente em todas as organizações, independente do seu tamanho, para que os processos organizacionais ocorram conforme planejado, com segurança e garantindo os resultados esperados. Com base nos resultados da pesquisa aplicada com os colaboradores, ficou notável a importância do Líder na Gestão de Pessoas.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Líder. Motivação.

Abstract: This work aimed to demonstrate the importance of the Leader's role in People Management. Employee motivation is one of the main benefits for the good performance of an organization, as they are the ones who drive the organization to success. A Leader must know the strengths and weaknesses of their employees, giving them freedom to make decisions so that they can experience the day-to-day leadership and can feel motivated in the work environment. In order to understand the importance of leadership within the organizational environment, as well as to analyze the difference between Leader and Manager, this research was carried out with a descriptive character and a quantitative-qualitative approach. It began with a literature review on the subject and, later, the research using data collection as an instrument, a questionnaire applied to employees of a financial institution, in order to understand the following guiding question: What is the role of the Leader in Management of people? The results obtained demonstrate that the Leader's role is to motivate and aggregate collective reactions, when leadership is practiced correctly, people around them feel safe and confident, respecting and participating in the institution's day-to-day decision-making processes. The Manager, on the other hand, is responsible for demanding and verifying the execution of tasks and ensuring that the proposed goals are achieved. It was understood that the role of the Leader is essential and must be present in all organizations, regardless of their size, so that organizational processes occur as planned, safely and ensuring the expected results. Based on the results of the survey applied to employees, the importance of the Leader in People Management was remarkable.

Keywords: People Management. Leader. Motivation.

1 INTRODUÇÃO

As empresas estão sentindo cada vez mais a necessidade de possuir um Líder a frente da equipe, pois ele é o responsável pelo desenvolvimento da organização, sendo capaz de estimular e motivar os colaboradores. Muito tem se falado e buscado sobre a importância do papel do Líder e do Gestor dentro do ambiente organizacional.

Quando uma organização possui uma boa gestão de pessoas, os negócios possuem resultados acima da média, evitando prejuízos e mantendo seus funcionários motivados e engajados com os valores da empresa.

As organizações veem buscando desenvolver líderes adotando uma metodologia ligada a Gestão de Pessoas, para garantir um bom relacionamento entre gestores, líderes, colaboradores e instituição. Segundo Chiavenato (1993, p.84): “um líder reduz as incertezas do trabalho e torna-se referência motivacional a medida, em que a expectativa dos colaboradores aumenta de que o esforço leva a satisfação de todas as necessidades”.

Assim um Líder deve conhecer as necessidades de seus colaboradores, criando oportunidades para a troca de experiências e ideias. A liderança está diretamente ligada às pessoas, desta forma, é fundamental que exista uma relação de confiança entre os envolvidos, em prol do desenvolvimento e sucesso pessoal e organizacional.

Dentro deste contexto, o problema a que esta pesquisa busca responder é no sentido de compreender o papel do líder na gestão de pessoas. O objetivo final do estudo consiste em definir através de fundamentação teórica esta importância dentro do âmbito organizacional.

Para alcançá-lo foi abordado inicialmente os conceitos de Gestão de Pessoas, Liderança e Motivação e seus reflexos no ambiente organizacional, especificando as principais diferenças entre Líder e Gestor e o papel de cada um na Gestão de Pessoas. O método de pesquisa utilizado é qualitativo e quantitativo de caráter exploratório, realizado através de pesquisa direcionada ao tema Gestão de Pessoas e Liderança.

Desta forma, este estudo justifica-se na busca de uma análise de competências e habilidades do líder em motivar seus colaboradores e avaliar os fatores motivacionais.

2 MARCO TEÓRICO

Serão apresentados os conceitos de Gestão de Pessoas, Liderança e Motivação, comportamentos e suas teorias e o que as organizações e suas equipes devem esperar de um líder. Têm-se ainda como objetivos analisar a diferença e a importância do tema Gestor x Líder e o que cada um impacta no ambiente organizacional.

Gerenciar pessoas é um desafio constante e exige competência e habilidade, pois envolvem motivação, retenção e capacitação do colaborador com o objetivo de melhorar seu desempenho pessoal e organizacional.

As atitudes e habilidades de um líder são características fundamentais para conquistar a confiança da equipe.

A motivação é vista como um fator decisivo para a otimização do relacionamento entre pessoas a alcançar resultados positivos para a organização, sendo estimulada de forma personalizada de acordo com o comportamento e a maturidade de cada equipe.

2.1 Gestão de Pessoas

O conceito de Gestão de Pessoas foi estruturado sobre a base da otimização de recursos, quando as organizações viam as pessoas apenas como parte da engrenagem. Sendo assim, Milioli (2002) define Gestão de Pessoas:

Como um conjunto de estratégias, técnicas e procedimentos focados na mobilização de talentos, potenciais, experiências e competências do quadro de colaboradores de uma organização, bem como a gestão e a operacionalização das normas internas e legais incidentes. (MILIOLI, 2002, p.318).

Para Gil (2006) e Chiavenato (2009), Gestão de Pessoas é a função gerencial que determina o relacionamento entre pessoas e organização, em busca dos objetivos destes indivíduos.

Para existir a Gestão de pessoas é fundamental a relação entre pessoas e organização, pois as pessoas representam a empresa, as quais são consideradas o seu principal ativo, o futuro e o desenvolvimento da empresa dependem do seu relacionamento com os funcionários. Para Chiavenato (1999): “As pessoas passam boa parte de suas vidas trabalhando dentro de organizações, e estas dependem daquelas para poderem funcionar e alcançar sucesso.” (CHIAVENATO, 1999, p. 4).

Segundo Chiavenato (1999) o trabalho detém um considerável tempo de vida das pessoas, que dele dependem para sua subsistência e sucesso profissional e pessoal. Separar o trabalho da existência das pessoas é muito difícil, praticamente impossível, pela importância que o trabalho exerce na vida de cada pessoa.

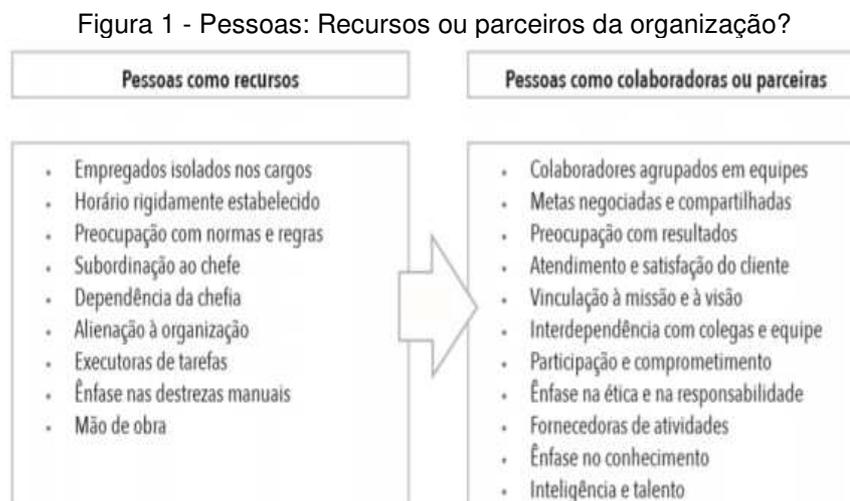
Ainda conforme Chiavenato (1999) as organizações sempre buscaram a maximização dos recursos, produtividade, lucratividade e redução de custos, com o passar do tempo as pessoas deixaram de ser ferramentas secundárias e passaram a ser vistas não apenas como primordiais, mas também como parceiros organizacionais.

Davel e Vergara (2009) destacam a importância das pessoas para as organizações, pode-se afirmar que elas fazem parte da vida produtiva de uma empresa, pois conferem vitalidade aos processos e atividades, inovando, criando e recriando contextos, que levam a organização a posicionar-se de forma diferenciada, cooperativa e competitiva frente a outras organizações e no ambiente de negócios em geral.

As pessoas são fonte verdadeira de vantagem competitiva, por causa de seu valor, sua raridade, suas inimitáveis e insubstituíveis qualidades humanas, ou seja, por causa da capacidade original de combinarem emoção com razão, subjetividades com objetividade, quando concebem situações, quando desempenham tarefas, interagem e decidem (DAVEL; VERGARA, 2009, p. 31).

Diante disso pode-se ver a importância deste conceito apresentado por Davel e Vergara (2009), onde as organizações passaram a enxergar os valores e as insubstituíveis qualidades humanas, tratando-as como verdadeiros parceiros organizacionais. As empresas que desejam manter uma grande vantagem competitiva, precisam reformular a sua cultura organizacional e adequar a sua visão voltada para as pessoas.

Pode-se verificar na figura 1 essa diferenciação entre parceria x recursos:



Fonte: Dutra (2014).

De acordo com Dutra (2014), anteriormente a estrutura organizacional de uma empresa tratava o fator humano apenas como um recurso, com rigor e absoluto controle hierárquico e sem racionalidade. Hoje a mesma, pela necessidade e competitividade, precisou se reinventar e gerir de modo diferente. Com estruturas e culturas adaptadas para compreender o que seus colaboradores pensam.

Ainda de acordo com Dutra (2014) as organizações estão ampliando sua visão, missão e planejamento estratégico. A Gestão de Pessoas executa suas tarefas baseada em aspectos fundamentais que valorizam as características das pessoas, os recursos organizacionais, a qualificação dos colaboradores, estabelecendo uma relação de parceria entre organização e empregados. O sucesso individual está diretamente ligado ao crescimento organizacional.

A ausência de pessoas qualificadas e preparadas para gerir qualquer processo resulta em perdas, podendo estas ser financeiras ou não. O treinamento atua diretamente nos resultados esperados para a organização.

Para Chiavenato (2004) a gestão estratégica de pessoas baseia-se em três aspectos fundamentais, as pessoas como seres humanos, as pessoas como ativadores inteligentes de recursos e as pessoas como parceiros da organização.

Ainda de acordo com Chiavenato (2004), o principal objetivo da Gestão de Pessoas, é fazer com que as organizações compreendam que as pessoas formam o principal ativo da organização, e estas estão percebendo que só poderão crescer, se desenvolver e se tornar sustentáveis se forem capazes de otimizar o retorno do investimento de seus associados. Principalmente das pessoas que fazem o dia a dia da organização.

Quando as organizações estão voltadas para as pessoas, a cultura e o clima organizacional passam a refletir uma doutrina diferente, onde o processo humano é a base do negócio. É importante ressaltar que as pessoas podem diminuir ou aumentar as fraquezas e forças de uma organização.

Uma vez que a empresa reconhece as forças do comportamento humano relacionado ao gerenciamento pela qualidade, caberá ao gestor examinar como essas forças promovem ou dificultam a obtenção de alta qualidade estabelecendo ações para conduzir essas forças comportamentais em direções construtivas.

A gestão de pessoas é uma área sensível à mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características do contexto ambiental, o negócio da organização, a tecnologia utilizada, os processos internos e uma infinidade de outras variáveis importantes. (CHIAVENATO, 1999, p. 6).

Gerir pessoas consiste em promover políticas e práticas necessárias para conduzir os aspectos relacionados as “pessoas” dentro de uma organização.

2.2 Liderança

Liderança é a arte de atrair e comandar pessoas, servir e influenciar de forma positiva para se alcançar um objetivo em comum. Para Fiorelli (2004, p. 126), liderança é “a capacidade de influenciar as pessoas”.

Ser líder é um grande desafio, exige muita dedicação, paciência, determinação, respeito, compromisso, humildade e diversas outras características que o ser humano deve ter. Para Chiavenato (2006):

A liderança é necessária em todos os tipos de organização humana, seja nas empresas, seja em cada um de seus departamentos. Ela é essencial em todas as funções da administração: o administrador precisa conhecer a natureza humana e saber conduzir as pessoas, isto é, liderar. (CHIAVENATO, 2006, p. 18-19).

De acordo com Chiavenato (2006) para liderar com excelência, é necessário também focar no cotidiano e procurar seguir os seguintes aspectos:

Para Chiavenato (2006) Na comunicação sem ruídos seus colaboradores devem entender de forma clara as metas, diretrizes e seu modo de gestão. Já na distribuição coerente das tarefas deve-se acompanhar a atividade de cada colaborador a fim de identificar os que estejam sobrecarregados, redistribuindo caso necessário, e também compreender seu estado emocional, que é fator fundamental no atingimento de resultados.

Ainda conforme Chiavenato (2006) um bom clima organizacional mantém a equipe unida, sem sobrecarregar as tarefas, incentiva a colaboração e não a competitividade e reconhecimento são alguns fatores que ajudam a manter o clima dentro da equipe e garantir o desempenho tanto individual quanto operacional. O aumento da segurança psicológica, incentiva seus colaboradores a tomar decisões

pertinentes a seus cargos, dentro das políticas organizacionais, aumentando o engajamento.

De acordo com Chiavenato (2006) a qualificação incentiva seus colaboradores a continuar se aperfeiçoando, agregando intelectualmente e profissionalmente. Através disto, a empresa inicia e prepara novos líderes, já adaptados aos métodos de gestão, visão e valores organizacionais.

2.2.1 Estilos de Liderança

Cada pessoa possui um método de lidar com as situações, pessoas e oportunidades. Segundo Chiavenato (2005), existem três estilos de lideranças:

Liderança autocrática onde o próprio líder que toma as decisões, programa e distribui os trabalhos, sendo apenas o líder que elogia e critica.

Na liderança liberal as decisões são individuais ou em grupo, ele participa minimamente e de forma limitada, os próprios colaboradores que dividem as tarefas e programam. O líder não se envolve de forma direta nas atividades do cotidiano, apenas quando é questionado.

Já na liderança democrática o líder estimula a equipe a tomar decisões, os próprios colaboradores que dividem as tarefas, métodos de realizar e definir as providencias, com seu aconselhamento. O líder é visto como um membro dentro de seu próprio time, estimula, cita e agrega com seu conhecimento.

Atualmente, conforme cada organização, segmento, cultura e nível de escolaridade, não é possível citar qual o melhor estilo de liderar. Este estilo acaba sendo direcionado através da missão, valores e visão, onde as pessoas necessitam adaptar-se conforme suas necessidades e conceitos para seguir seu sucesso.

2.3 Motivação

A motivação é o principal fator que faz o colaborador se sentir parte da empresa, aumenta seus resultados, engajamento e seu sucesso pessoal e profissional. Para Robbins (2005), a motivação é fator fundamental para direcionamento, continuação e direção de um colaborador para mitigar uma melhor performance.

Intensidade se refere a quanto esforço a pessoa despende. Contudo, a intensidade não é capaz de levar a resultados favoráveis a menos que seja conduzida em uma direção que beneficie a organização. Precisamos considerar a qualidade do esforço, tanto quanto sua intensidade. A motivação tem uma dimensão de persistência, os indivíduos motivados se mantêm na realização da tarefa até que seus objetivos sejam atingidos. (ROBBINS, 2005, p. 132).

Quando o assunto é motivação, é possível encontrar diversos tipos de entendimentos e abordagens. Para Gil (2008), motivação inicia de diversos princípios, conforme oportunidades e inspirações.

Para Vergara (1999), a motivação é a força que nos impulsiona em direção aquilo que desejamos, ela é oriunda de necessidades interiores e se refere ao processo de obtenção de recompensa.

A Teoria de Maslow (1943) tornou-se um modelo muito utilizado nas últimas décadas. Sua teoria aborda, que um indivíduo após satisfazer suas necessidades conforme grau de importância, já não é um fator motivacional.

Figura 2: Pirâmide de Maslow



Fonte: Robbins (2002)

Robbins (2002) pondera que as necessidades humanas são classificadas conforme uma hierarquia de importância para cada pessoa:

- Fisiológicas: remuneração, benefícios, alimentação.
- Segurança: ter emprego estável, saúde, recursos.
- Sociais: amigos, família, amor.
- Estima: conquista, autoestima, respeito na sociedade.
- Autorrealização: crescimento, independência, realização.

De acordo com Robbins (2008) a Teoria de Maslow está ligada a “realização de objetivos e na busca de satisfação de necessidades humanas. Ela é conhecida como uma das mais importantes teorias de motivação, segundo ele, as

necessidades dos seres humanos obedecem a uma rígida hierarquia, isso significa que sempre que um indivíduo satisfaz uma necessidade surge outra em seu lugar, fazendo com que haja uma busca constante para satisfazê-la.

3 MARCO METODOLÓGICO

Este estudo tem como objetivo analisar como os colaboradores de uma instituição financeira X se relacionam com sua liderança e como a classificam. Qual o entendimento que as pessoas possuem em relação ao tema Gestor x Líder.

Para isto, foi aplicado um questionário para 35 colaboradores de uma instituição financeira, para avaliarem como seus superiores fazem a gestão de suas equipes. O método de pesquisa utilizado é qualitativo e quantitativo de caráter exploratório, realizado através de pesquisa direcionada ao tema Gestão de Pessoas e Liderança.

Após consolidar este questionário, serão analisadas conforme o tipo de questão, as quais serão descritos e representados por meio de gráficos proporcionando maior clareza na interpretação das respostas. Para as questões fechadas: múltipla escolha que possuem três ou mais respostas possíveis, escala likert onde o entrevistado declara que concorda ou discorda, já para questão aberta, será aplicada a nuvem de palavras, onde será analisado o grau de frequência de determinadas palavras.

Para compreensão do assunto, serão tratados os tópicos que norteiam os processos de Gestão de pessoas, estilos de Liderança, Motivação, qualidades de um líder e o papel do líder na gestão de pessoas.

Dentro deste contexto foi aplicada uma pesquisa direcionada aos colaboradores sobre a relação Gestor x Líder. O método utilizado foi o de levantamento de campo por considerar que este atende as características desta pesquisa o objetivo é obter uma visão abrangente do problema em estudo.

De acordo com Zamberlan et al (2014) o questionário é um conjunto de perguntas formalizadas com a finalidade de obter informações do entrevistado, tendo foco a coleta de dados necessária para o alcance de objetivos específicos da pesquisa. E neste caso saber dos liderados a sua satisfação quanto as práticas de liderança, se cada colaborador sabe identificar a diferença entre Gestor e Líder, e o papel de um na Gestão de Pessoas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A pesquisa foi realizada com colaboradores de uma instituição financeira X que atua no foco estratégico da Gestão de Pessoas, onde tem sua base para o crescimento da organização. O principal valor da instituição não é apenas oferecer soluções financeiras e agregar renda, mas desenvolver pessoas, criando líderes.

O questionário tem como objetivo avaliar e identificar a importância da Gestão de Pessoas e a diferença entre Gestor e Líder. Os colaboradores de maneira anônima responderam as questões predeterminadas. Com a realização deste questionário se realizou o levantamento de dados observando à importância do Gestor e como esta é exercida.

4.1 Coleta de Dados

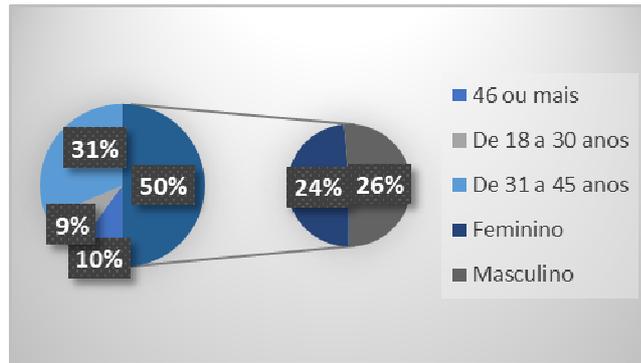
Mediante a coleta de dados foi possível verificar o que cada indivíduo entende sobre o tema e também como cada superior coordena e direciona seus liderados. Desta forma foi possível identificar oportunidades a serem melhoradas em relação a Liderança e a Gestão de Pessoas.

Os dados coletados foram analisados através de uma tabulação organizada, referente ao questionário respondido, sendo descritos e representados por meio de gráficos proporcionando maior clareza na interpretação das respostas. O objetivo principal foi constatar se os colaboradores sabem identificar a diferença entre Gestor e Líder e o papel de cada um na Gestão de Pessoas.

4.2 Análise dos Dados

Entre os dados analisados buscou-se conhecer o entrevistado com informações gerais de sexo e faixa etária, identificando que 51% são do sexo masculino e 49% do sexo feminino. Quanto a faixa etária identificou-se que 63% têm entre 31 e 45 anos, 20% com 46 anos ou mais e 17% entre 18 e 30 anos conforme se pode verificar no gráfico 1.

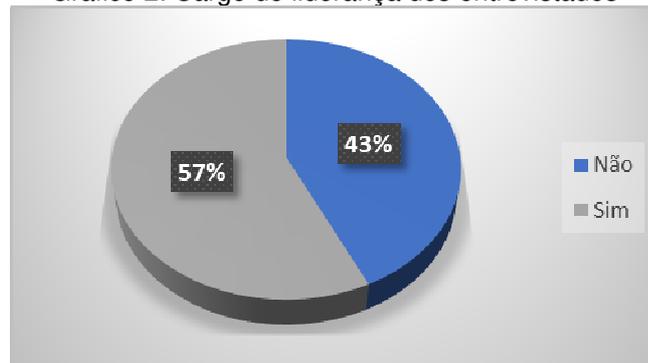
Gráfico 1: Gênero e Faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Após conhecer os dados genéricos, analisou-se o perfil dos entrevistados com relação ao seu cargo, onde 57% possuem cargo de liderança e 43% são colaboradores subordinados, conforme observa-se no gráfico 2.

Gráfico 2: Cargo de liderança dos entrevistados

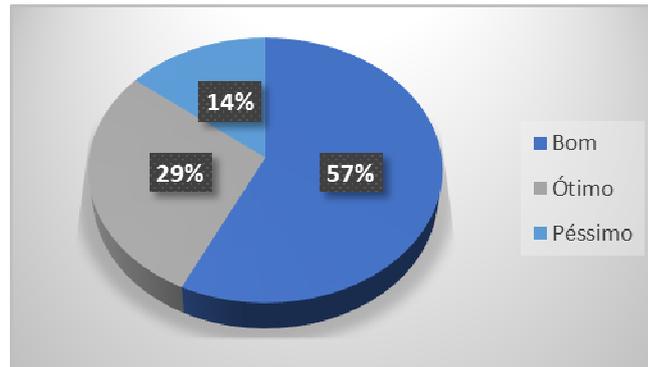


Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Conforme Chiavenato (2004), liderança é o processo de coordenar o desempenho das pessoas, contribuindo ao alcance de alguns objetivos estabelecidos. É a capacidade de conduzir e dirigir os colaboradores em busca de resultados a partir de seu comportamento.

Ao abordar os entrevistados quanto ao relacionamento com seu gestor, apenas 29% responderam “Ótimo”, 57% avaliaram “Bom” e 14% dos entrevistados declararam que possuem um péssimo relacionamento com seu superior, conforme observa-se no gráfico 3.

Gráfico 3: Relacionamento entre colaborador e Gestor

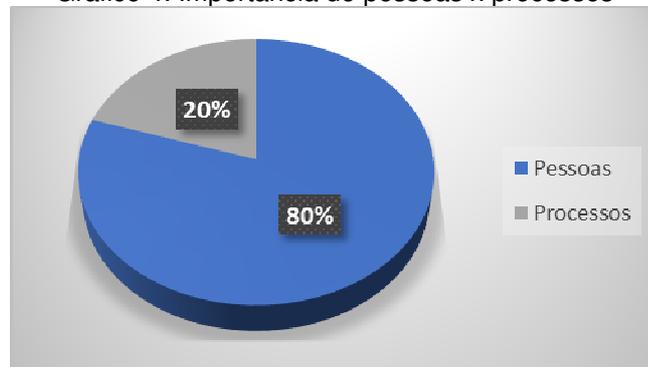


Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Kinicki e Kreitner (2006) definem o relacionamento como um campo interdisciplinar dedicado à compreensão e gestão de pessoas no ambiente organizacional.

Quanto a importância da Gestão de Pessoas, identificou-se que 80% consideram Pessoas como o fator mais importante e apenas 20% declararam Processos, conforme observa-se no gráfico 4.

Gráfico 4: Importância de pessoas x processos

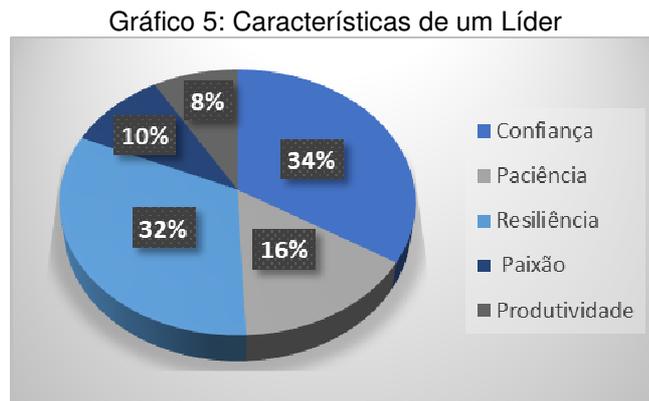


Fonte: Elaborado pela autora, 2021

De acordo com Cassol *et al* (2014) o colaborador não deve ser visto apenas como um funcionário, mas como uma pessoa capacitada e com habilidades únicas que possui o capital intelectual para gerar resultados esperados para a organização.

Já para Chiavenato (2004), processo é meio pelo qual é possível alcançar resultados, ou seja, um processo pode ser o desenvolvimento de qualquer atividade que utiliza recursos para transformar insumos em produtos, e também um conjunto de políticas e práticas deliberadas por uma organização para conduzir o processo de gestão de pessoas.

Em relação ao foco da liderança foi questionado aos entrevistados quais características eram essenciais ao perfil de um Líder, foi apresentada uma questão de múltipla escolha com cinco opções. Percebe-se que 34% apontam confiança, 32% resiliência, 16% paciência, 10% paixão e 8% produtividade. Conforme observa-se no gráfico 5.

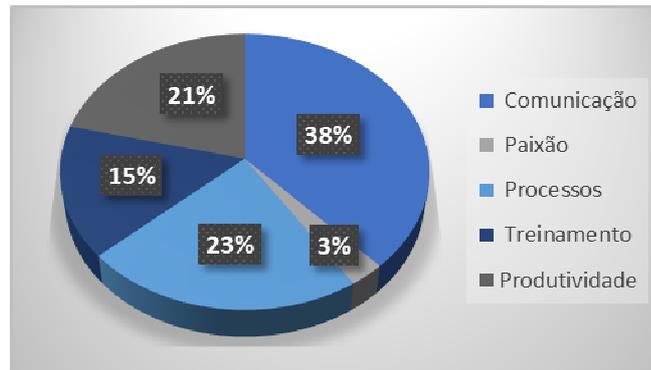


Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Segundo Bergamini (1994) um líder deve perceber o que motiva os colaboradores e quais são as suas expectativas dentro do ambiente de trabalho e simultaneamente saber trabalhar e se relacionar com as diferenças motivacionais de cada um, respeitando e aceitando a maneira própria de cada empregado.

Ao questionar os entrevistados quais características eram essenciais ao perfil de um Gestor, percebe-se que 38% apontam comunicação, 23% processos, 21% produtividade, 15% treinamento e apenas 3% paixão. Conforme se verifica no gráfico 6.

Gráfico 6: Características de um Gestor

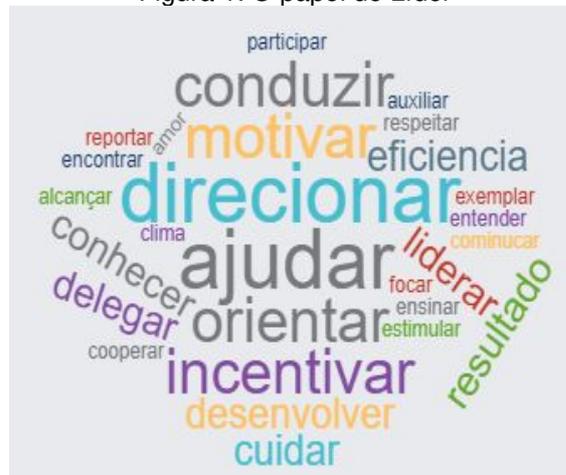


Fonte: Elaborado pela autora, 2021

De acordo com Andrade (1999) um gestor deve valorizar a comunicação e a participação, buscando o aperfeiçoamento contínuo.

Foi proposto aos entrevistados durante a pesquisa, questões abertas onde foi questionado o que cada participante entende ser o papel de um líder. Para a análise foi utilizada a nuvem de palavras, destacando as palavras mais importantes conforme sua frequência nas respostas. Percebe-se que direcionar, motivar, ajudar, orientar, conduzir, incentivar, são as mais usadas pelos entrevistados. Conforme observa-se na figura 1.

Figura 1: O papel do Líder

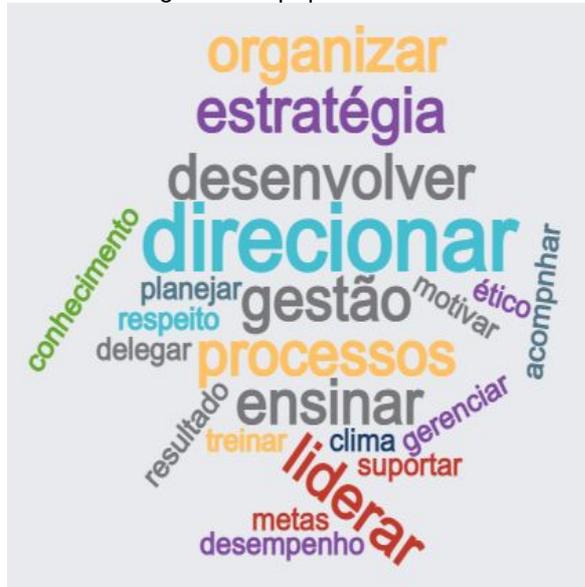


Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Segundo Fleury (2002) o Líder deve possuir um papel inspirador, sendo exemplo para os seus liderados. Já para Chopra (2002) destaca que as pessoas precisam gostar e respeitar seu Líder, e o mesmo deve agir conforme seus liderados esperam, despertando o sentimento de admiração.

Quanto a questão direcionada ao papel do Gestor, percebe-se que as palavras mais frequentes foram direcionar, desenvolver, organizar, gestão, ensinar e liderar. Conforme observa-se na figura 2.

Figura 2: O papel do Gestor



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Segundo Chiavenato (2010) o Gestor deve desempenhar as funções de organizar, controlar, administrar e dirigir, através da participação da sua equipe, é através destes que o Gestor executa suas tarefas e alcança metas e objetivos.

Após analisar a pesquisa, foi possível constatar que muitos entrevistados utilizaram os mesmos termos para descrever o papel entre Líder e Gestor. É muito comum as pessoas de modo geral terem dúvidas sobre as diferenças em relação a diversos conceitos. No cotidiano de uma empresa isso se torna cada vez mais difícil, a rotina colaborativa é um verdadeiro quebra cabeça, pois estes dois conceitos se confundem gerando ainda mais dificuldade no entendimento.

O principal problema encontrado se dá pelos colaboradores não conseguirem identificar as atribuições de um Líder e de um Gestor. Independente do entendimento, cada um exerce uma função específica, pois não se trata da mesma coisa, mesmo sendo muito parecidas.

Moreira (2009) destaca que um Líder deve cativar e motivar as pessoas.

Liderar é priorizar as pessoas, a sua capacitação e a relação de trabalho com elas. Portanto, você lidera quando facilita um bom clima organizacional, preocupa-se com o bem-estar de todos e inspira os colaboradores a oferecerem o melhor de si para a companhia. Quando faz com que as pessoas não trabalhem apenas por dinheiro e vejam em você alguém no qual possam confiar. (MOREIRA, 2009, n. p.).

O autor ainda destaca que um Gestor é responsável por cuidar de processos e pessoas, sempre buscando os melhores resultados para a empresa.

Gerenciar é cuidar das coisas, dos processos, das atividades e do bom desempenho daquilo que precisa ser feito, isto é, garantir a execução das tarefas que estão sob o guarda-chuva de seu cargo. Sendo assim, quando você consegue finalizar um projeto dentro do prazo e com sucesso, é um gestor eficaz. (MOREIRA, 2009).

Os Gestores normalmente são mais objetivos e focados em resultados, priorizam as atividades, trabalham com metas e processos. Por outro lado, os Líderes estão preocupados com as pessoas, focam na equipe, trabalham com a cultura e visão da instituição e desenvolvem as pessoas, pois para se alcançar os resultados esperados pela organização seus colaboradores precisam estar bem e motivados a desenvolver o seu trabalho.

5 CONCLUSÃO

O trabalho abordou a importância do papel do Líder na Gestão de Pessoas, tendo como principal objetivo compreender e analisar através da pesquisa com os colaboradores, se estes sabem a diferença entre o papel de um Líder x Gestor. Foi possível perceber que o exercício da liderança é extremamente importante para o desenvolvimento e sucesso de uma organização.

As ações de um gestor desempenham um papel decisivo em como seus colaboradores se sentem e executam suas funções, e estes comportamentos afetam os demais membros da organização.

É importante enfatizar que cada colaborador deve estar ciente que a organização possui sua cultura, visão e seus próprios valores, os quais ele deve adaptar-se, buscando se tornar parte da mesma.

O Gestor de uma organização tem a responsabilidade de orientar e conduzir a equipe para o alcance dos resultados esperados, sempre se mantendo atento as mudanças e ao comportamento dos membros de sua equipe. O Líder deve motivar, guiar, incentivar, valorizar e saber ouvir as necessidades de cada colaborador.

Os Líderes de hoje devem estar sempre atentos, buscar o conhecimento e a motivação, pois esta é a base para o desenvolvimento do trabalho de sua equipe e respectivamente o alcance dos resultados esperados.

Ainda neste contexto, foi possível verificar que o Líder possui características marcantes, entre elas, a empatia e o conhecimento para lidar com seus colaboradores, saber identificar o potencial e talento de cada um, além de saber o momento correto de motivar, cobrar e reavaliar os objetivos e metas da organização.

Hoje as pessoas não são mais consideradas apenas como instrumento de trabalho, as organizações perceberam que os colaboradores são seu principal ativo, desta forma é necessário que os Gestores e Líderes possuam treinamento para lidar com cada tipo de pessoa, cada estilo de vida e os diversos temperamentos. Para o Líder conhecer o seu funcionário é a chave para uma liderança de sucesso. O Líder é um grande influenciador, ele tem o poder de encorajar e potencializar a capacidade individual de cada colaborador.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. O. B. **O coordenador gestor**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- BERGAMINI, C. W. **Liderança: administração do sentido**. São Paulo: Atlas, 1994.
- CASSOL, A.; GONÇALO, C. R.; SANTOS, A. M.; RUAS, R. L. **A Administração estratégica do capital intelectual: um modelo baseado na capacidade absorptiva para potencializar inovação**. SEMEAD, 2014.
- CHIAVENATO, I. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. 7.ed. Barueri, SP: Manole, 2009.
- CHIAVENATO, I. **Gerenciando com pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1999.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CHIAVENATO, I. **Introdução a moderna gestão de pessoas**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: Makron Books, 1993.
- CHIAVENATO, I. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. São Paulo: Atlas, 2006.
- CHOPRA, D. A alma da liderança. **HSM Management**, n. 33, jul-ago. 2002.

DAVEL, E.; VERGARA, S. C. **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DUTRA, A. **Gestão estratégica de pessoas**. 2.ed. [S.l.]: [s.n.], 2014.

FIORELLI, J. O. **Psicologia para administradores**. São Paulo: Atlas, 2004.

FLEURY, M. T. L. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2006.

KINICKI, A.; KREITNER, R. **Comportamento organizacional**. 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

MASLOW, A. H. **A Theory of Human Motivation**. 1943. Disponível em: <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MAXIMIANO, A. C. A. **Fundamentos de administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

MILIOLI, B. **Glossário de termos e expressões de gestão de recursos humanos**. In: CASTRO, A. P. et al. **Manual de gestão de pessoas e equipes: estratégias e tendências**. São Paulo: Gente, 2002.

MOREIRA, W. **Qual a diferença entre gestão e liderança?** Disponível em: <https://www.bonde.com.br/mundo-corporativo/gerenciar-e-liderar-114636.html>. Acesso em: 23/05/2021.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008.

VERGARA, S. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ZAMBERLAN, L. et al. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Unijuí, 2014.



PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NAS EMPRESAS DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY PRACTICES IN COMPANIES IN THE PAPER AND CELLULOSE SECTOR

AVILA, Adrieli ¹⁶

GALANTE, Celso ¹⁷

DI DOMENICO, Daniela ¹⁸

Resumo: Este artigo objetivou identificar as práticas de ações de responsabilidade social empresarial das empresas do segmento de Papel e Celulose. A escolha do tema justifica-se pela relevância que a responsabilidade social tem para a ascensão das empresas tanto no seu desenvolvimento sustentável quanto em seu desempenho econômico, além de ser um assunto atual. Quanto aos procedimentos metodológicos o estudo caracteriza-se como descritivo, qualitativo e documental. As empresas que fazem parte da amostra são: Irani papel e embalagem S.A., Klabin S.A. e Suzano S.A. Em meio a diversas práticas de responsabilidade social corporativa e ambiental relatadas nesta pesquisa, é possível afirmar que todas têm como principais razões, destacar a empresa no mercado e elevar seus desempenhos econômicos. Ressalta-se as práticas referente aos treinamentos e incentivos para os seus colaboradores e as ações do consumo consciente da água e

¹⁶ Graduada em Ciências Contábeis (UNOCHAPECÓ). E-mail: adrieli.avila@unochapeco.edu.br

¹⁷ Mestre em Contabilidade (FURB). E-mail: galante@unochapeco.edu.br

¹⁸ Mestre em Ciências Contábeis (FURB). E-mail: didomenico@unochapeco.edu.br

energia. Os principais resultados da pesquisa apontam que as instituições então analisadas, são socialmente responsáveis.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa. Papel e Celulose. Sustentabilidade.

Abstract: This article aimed to identify the practices of corporate social responsibility actions of companies in the Pulp and Paper segment. The choice of the theme is justified by the relevance that social responsibility has for the rise of companies both in their sustainable development and in their economic performance, in addition to being a current issue. As for the methodological procedures, the study is characterized as descriptive, qualitative and documentary. The companies that are part of the sample are: Irani papel e embalagem S.A., Klabin S.A. e Suzano S.A. In the midst of several corporate and environmental social responsibility practices reported in this research, it is possible to state that all of them have as their main reasons, to highlight the company in the market and to increase its economic performance. The practices referring to training and incentives for its employees and the actions of conscious consumption of water and energy are highlighted. The main results of the research show that the institutions then analyzed are socially responsible.

Keywords: Corporate Social Responsibility; Paper And Cellulose; Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Responsabilidade Social Corporativa é um processo no qual os atores corporativos integram interesses econômicos, sociais e ambientais em suas atividades principais, além de requerer a necessidade de reconhecer os múltiplos interesses de diversas partes envolvidas que moldam esse desenvolvimento (KNORRINGA; NADVI, 2016).

A boa prática de uma gestão socialmente responsável inclui investimentos em ações, correspondem a valores consistentes e importantes para a sociedade e que são motivadores de capital social direcionadas aos clientes, a comunidade, aos funcionários e aos acionistas da organização (SILVA et al., 2015).

Da mesma forma, Silveira e Pfitscher (2013) afirmam que para que uma empresa seja considerada socialmente responsável, ela precisa ter ética nos seus negócios e ter ações como: não utilizar o trabalho forçado; desenvolver programas internos que cuidem da saúde e da segurança do colaborador, respeitar os horários de cada jornada, promover soluções ambientais e proibir o trabalho infantil.

Para Tinoco (2010) garantir o sucesso da organização e a sustentabilidade empresarial é um grande desafio, sendo esta, a principal razão para aderir a

responsabilidade social corporativa, visto que, as obrigações ambientais e sociais são implementadas sequencialmente nas demandas da gestão empresarial. A questão da responsabilidade social corporativa está diretamente relacionada ao da governança corporativa.

Nesse sentido, Governos, organizações e cada cidadão são responsáveis pelo desenvolvimento de um sistema sustentável. Políticas de sustentabilidade devem ser inseridas nas instituições. As empresas têm um importante papel nesse objetivo, pois é necessário debater o assunto, dar o exemplo e estimular as ações sustentáveis dentro do espaço empresarial (WILDHAGEN et al., 2015).

John Elkington esclareceu muito bem essa conduta com o termo Tripé da Sustentabilidade, o então chamado Triple Bottom Line (TBL), que engloba uma postura com três dimensões em relação a valores e a resultados corporativos, determinada em termos sociais, ambientais e econômicos. Doravante, as empresas passaram a ser protagonistas no desenvolvimento sustentável, de forma estratégica, a fim de contribuir para o alcance de objetivos e atender aos requisitos da sustentabilidade (ELKINGTON, 2004).

A meta de gerar lucros é sem dúvida relevante para qualquer empresa, mas, para que a organização seja considerada socialmente responsável, o valor da satisfação dos seus funcionários, dos seus consumidores, dos seus acionistas e das suas comunidades não pode ser secundário, ele deve estar alinhado com o objetivo financeiro (DELOITTE, 2019).

Dessa forma, Machado e Ott (2015) mencionam que a evidenciação de ações sustentáveis é uma aliada importante diante do mercado competitivo, visando ganho de legitimação e sustentabilidade da empresa e elevando assim, seus resultados econômicos. Para alcançar esse objetivo, uma das formas utilizadas pelas empresas é a participação em índices de sustentabilidade como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que contempla as empresas listadas na bolsa de valores brasileira.

Diante do contexto tem-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as práticas de responsabilidade social corporativa nas empresas do setor de papel e celulose listadas na B3? O objetivo do artigo é examinar quais práticas de responsabilidade social corporativa são adotadas nas empresas do setor de papel e celulose listadas na B3.

Justifica-se a escolha do tema pela relevância que a responsabilidade social corporativa tem para a ascensão das empresas tanto no seu desenvolvimento sustentável quanto em seu desempenho econômico, além de ser um assunto atual, visto que as organizações que adotam essas estratégias, sabem que é possível potencializar os lucros e conquistar um grande espaço no mercado. Baseando-se nas afirmações de Di Domenico (2015) uma vez que a qualidade nos produtos e nos serviços deixou de ser um diferencial há muito tempo e passou a ser uma obrigação, as empresas encontram-se em um cenário onde é fundamental inovar para ampliar a competitividade.

Por meio de boas práticas da responsabilidade social corporativa, propicia-se o avanço sustentável, promovendo a igualdade social e reduz a devastação ao meio ambiente. Do mesmo modo, em conformidade com os estudos de Silveira e Pfitscher (2013) espera-se que esta pesquisa seja capaz de servir como guia de boas práticas da gestão de responsabilidade social corporativa para todos os gestores que tenham em seus valores, o comprometimento com o desenvolvimento de uma empresa mais justa e solidária. Sendo assim, evidencia-se a importância deste estudo, devido ao vasto levantamento de informações enriquecedoras em relação a responsabilidade social empresarial.

O estudo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira de caráter introdutório, na segunda seção apresenta-se a revisão de literatura, destacando os conceitos da Responsabilidade Social Corporativa das empresas listadas no setor de papel e celulose da B3. Na terceira seção destacam-se os procedimentos metodológicos. A análise de dados e resultados é explorada na quarta seção e por fim, as considerações finais do estudo são relatadas na quinta seção.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção destaca os conceitos sobre o tema da pesquisa e serve de base para análise das informações levantadas, apresentando inicialmente o histórico, conceitos e evoluções da responsabilidade social corporativa e o desempenho econômico-financeiro das empresas do setor de papel e celulose da B3.

2.1 Históricos da responsabilidade social e seus conceitos

Pode-se afirmar que a Responsabilidade Social Corporativa consiste na adoção de boas práticas empresariais, sociais e ambientais para se obter sucesso, gerar negócios, promover o crescimento econômico e o reconhecimento da Organização (DI DOMENICO et al., 2015).

Existem muitas polêmicas acerca do termo responsabilidade social corporativa, notadamente até meados do meio do século XX, a visão das empresas referente a esse tema, em resumo, era a geração de lucro. Com o protesto da sociedade e a pressão do Mercado, esse aspecto mudou e as organizações passaram a agir de forma responsável em prol da comunidade, seguindo as novas exigências em relação ao ambiente (SILVÉRIO, 2018).

O termo Responsabilidade Social surgiu nos anos de 1950, Bowen foi um dos pioneiros com o seu livro *Social responsibilities of the businessman*, onde afirma que os negócios são centros vitais de poder e decisão e suas ações influenciam na vida dos cidadãos, questiona o papel da empresa perante a sociedade e concluiu que o desempenho social e ético das empresas deve ser auditado e incorporado a gestão de negócios (JUNIOR RAMOS, 2019).

Nos estudos de Bertonecello e Chang (2007) a Responsabilidade Social teve início em 1950 e após uma década, suas práticas e seus conceitos alastraram-se pelo mundo. Posteriormente as vantagens e os benefícios de uma postura ética começaram a ser percebidos pelos gestores organizacionais e aos poucos foram deixando de visar apenas o lucro da empresa.

A partir de 1970 houve modificações no contrato social entre os negócios e a sociedade envolvendo as organizações com os propósitos ambientais, a preocupação com a segurança do trabalho e a regulamentação governamental. O relatório *Social Responsibilities of Business Corporation Report*, organizada pelo *Comitee for Economic Development*, apresentou essa alteração (CARROL, 1999).

Viegas e Cabral (2015) mencionam que a ciência das práticas sustentáveis nas empresas tem como objetivo verificar se a ética e a sustentabilidade são valores instituídos na administração dessas organizações, deve-se ainda, analisar se essas ações superam os impactos causados pelas atividades da instituição.

Há mais de 70 anos, as empresas vêm adotando as boas práticas da responsabilidade social corporativa, a fim de aprimorarem seus resultados,

promovendo, uma imagem positiva perante os seus consumidores, seus acionistas e seus colaboradores, elevando a sua reputação e demonstrando um dos maiores benefícios da responsabilidade social corporativa (BRZESZCZYNSKI et al., 2014).

Uma empresa só pode ser considerada socialmente responsável quando possui ações especialmente direcionadas para atividades benéficas da comunidade, sem deixar de focar nos interesses dos *stakeholders* internos, que são todas as pessoas e organizações que de alguma maneira estão envolvidas com a empresa em questão, visto que referido termo passou a ser conhecido no Brasil no final da década de 1990 (FERRELL, et al., 2001).

Dias (2020) define *stakeholder* como todos que estão ligados direta ou indiretamente com a organização, como colaborador, acionista, consumidor ou qualquer indivíduo ou instituição, que possa atingir ou ser atingido positivamente ou negativamente, pelos negócios da organização.

A prática das ações de responsabilidade social deve ser executada com propósitos claros, não apenas dos gestores, como também dos demais funcionários da empresa, tomando ações de forma deliberada e objetiva. Portanto, além de ser uma obrigação gerencial, deve também estar presente nas metas das áreas operacionais (RIBEIRO et al., 2015).

Lu e Liu (2014) realizaram um mapeamento com o objetivo de entender os papéis essenciais da expansão da ciência da Responsabilidade Social Corporativa, como: relação entre responsabilidade social e resultado financeiro empresarial, incluindo assuntos sociais, tais como a habilidade de resposta social, responsabilidade social que engloba medidas econômicas, jurídicas, éticas e discricionárias do negócio da empresa. O resultado mostrou que sustentabilidade empresarial está em constante difusão e muitos estudos ainda surgirão para aprofundamento do tema.

As discussões e pesquisas sobre o tema Responsabilidade Social Corporativa cresceram muito nos últimos anos e tem surgido com bastante frequência em estudos de grande importância. O comportamento das organizações, referente a esse assunto, também se transformou, essas mudanças são fundamentais para a criação de melhores ambientes nas empresas e na sociedade como um todo (ZACARIOTTO et al., 2015).

2.2 Boas práticas da responsabilidade social corporativa e o desempenho econômico financeiro

A responsabilidade social corporativa auxilia imediatamente no desempenho econômico das empresas, mesmo em grandes organizações, que fazem altos investimentos em ações direcionadas aos aspectos ambientais, elas investem com a ciência de que terão retorno, devido ao impacto extremamente positivo na relação com a sociedade (DEGENHART et al., 2018).

Brandão et al. (2017) descrevem que a movimentação financeira está diretamente relacionada aos benefícios socioambientais, refletindo nos indicadores de desempenho econômico, em consequência disso destacam-se os números de crescimento, giro, retorno de ativos, eficiência e rentabilidade, na análise de competitividade.

Para Montana e Charnov (1999) existem três níveis de envolvimento da organização com as ações de responsabilidade social: (1) Abordagem da obrigação social, onde o principal objetivo de uma empresa é o sucesso financeiro, portanto a empresa deveria apenas adotar as práticas sociais mínimas impostas pela legislação. (2) Abordagem da responsabilidade social, menciona que a empresa não visa somente retorno financeiro, mas sim que também apresenta legítimas preocupações sociais e, desta forma, aloca seus recursos em ações do gênero. (3) Sensibilidade social, quando a empresa possui metas econômicas e sociais, como a necessidade de antecipar-se aos problemas sociais do futuro e agir sem demora.

Carrol (1999) menciona quatro tipos básicos de expectativas da sociedade que refletem a visão de responsabilidade social, são elas: econômica, legal, ética e discricionária ou filantrópica. As dimensões quanto a responsabilidade econômica nas empresas produz bens e serviços que a sociedade deseja e os vende para obter lucro, ela é a base do funcionamento do sistema capitalista. Já na responsabilidade legal, as empresas devem oferecer os produtos que atendam os padrões de segurança e obedecer às regulamentações ambientais estabelecidas pelo governo. Quanto a responsabilidade ética, o comportamento e as atitudes das empresas nos negócios devem ser éticos e ultrapassar as exigências mínimas legais. Por fim, a responsabilidades discricionária ou filantrópica, são as ações voluntárias das empresas, tomadas de decisão movidas pelo desejo de se engajar em papéis

sociais não legalmente obrigatórios, de forma estratégica, surpreendendo positivamente a sociedade (CARROLL, 1999).

As ações de sustentabilidade e de responsabilidade social nas empresas têm se mantido estável e pelo que indica o aumento da produção e da divulgação de relatórios globais, está expandindo, afinal, por meio destes, a organização comprova para os *stakeholders* suas práticas de responsabilidade social corporativa, com o objetivo de promover uma imagem positiva e conquistar o reconhecimento da sociedade (FREITAS, 2019).

A avaliação de desempenho compõe e divulga o conhecimento sobre certo contexto, além de assessorar a administração empresarial no processo de tomada de decisão e na determinação de estratégias. A identificação de elementos e o conhecimento de determinado cenário, tal como o contexto no qual a organização está inserida, faz com que a avaliação de desempenho financeiro ou não-financeiro, venha ser necessária para o alcance das atividades empresariais. Sendo assim, para sua eficácia, é preciso conhecer a fundo o cenário em que a organização se encontra e optar pela ferramenta ideal para avaliação (BORTOLUZZI et al., 2012).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é uma ferramenta para análise comparativa do desempenho das organizações listadas na Bolsa Brasil Balcão (B3) no que diz respeito a sustentabilidade empresarial, fundamentada em eficiência econômica, justiça social, equilíbrio ambiental e governança corporativa. Também dinamiza a compreensão de organizações e grupos envolvidos com a sustentabilidade, que assim, ganham seu devido destaque (B3, 2020).

Uma empresa é extremamente relevante para o desenvolvimento da sociedade, tem participação direta e indireta na comunidade, gera empregos e fomenta a economia. A sociedade como um todo, vem demonstrando preocupação com as questões socioambientais, como aspectos relacionados ao desemprego, trabalho infantil, aquecimento global, consumo de água e energia, poluição e uso indevido de recursos naturais (HORZ et al, 2010).

Diante disso, as organizações passam a ser cobradas por atitudes que correspondam as expectativas em relação a responsabilidade social corporativa, ela precisa comprovar por meio de ações e decisões dentro desse contexto. É possível afirmar que as ações socioambientais comprovam o aumento de produtividade pelos funcionários, no momento em que são ofertados benefícios a estes e às suas respectivas famílias e, assim, potencializam o negócio, ao atrair consumidores e

stakeholders que são influenciados por questões do gênero (SILVA; LIMA FILHO, 2014).

Melo et al (2019) mencionam que para manter uma sólida sustentabilidade corporativa, é preciso que haja uma gestão economicamente realista e responsável, devidamente justa com seus funcionários, acionistas, clientes e toda a comunidade em questão, a melhor maneira de controlar as ações da responsabilidade social é instituindo a colaboração, sem deixar de seguir corretamente as normas ambientais, pensando sempre na qualidade de vida do planeta, respeitando também as obrigações socioambientais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta as especificações referentes à forma de realização do estudo, sendo assim, trata da metodologia utilizada na pesquisa, englobando a tipologia, a coleta e a análise de dados, com o objetivo de alcançar a meta estipulada para o trabalho (RAUPP; BEUREN, 2012).

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Raupp e Beuren (2012) afirmam que a pesquisa descritiva se caracteriza quando há etnografia, pesquisa-ação, história de vida, documental. É preciso relatar a conclusão dos dados documentais e verificar ainda, no caso deste estudo, a relação estabelecida entre as boas práticas de responsabilidade social corporativa e o desempenho econômico-financeiro das empresas listadas no setor de papel e celulose da B3.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como documental, pois como afirma Yin (2015) os elementos que são considerados ainda não foram analisados ou permitem a adequação do conteúdo conforme o que objetiva a pesquisa.

Quanto a abordagem do problema, Kauark (2010) menciona que a pesquisa possui natureza qualitativa, por analisar com maior profundidade os dados e os relatórios das empresas pesquisadas, os estudos que empregam uma metodologia qualitativa são capazes de discorrer as particularidades de um problema específico, avaliar as variáveis, entendendo e qualificando diferentes processos vivenciados por conjuntos de pessoas.

A população da pesquisa engloba as empresas do setor de papel e celulose da B3 e a amostra consiste nas empresas do segmento de papel e celulose que apresentaram suas informações ambientais em seus relatórios de sustentabilidade e publicaram em seus websites e no site da B3 nesses respectivos anos, foram excluídas as empresas que não apareceram em todos os anos apresentados. O segmento de papel e celulose foi escolhido por possuírem processos que impactam diretamente na natureza.

As informações a serem coletadas referem-se aos anos de 2017, 2018 e 2019 e definiu-se o período de análise em três anos, a fim de compreender seus progressos. Primeiramente, foram levantadas as empresas do ramo de Papel e Celulose, na sequência verificou-se quais destas, divulgaram seus dados nos relatórios de sustentabilidade dos respectivos anos deste estudo. Por fim, a amostra foi composta por 3 empresas do segmento de papel e celulose que optaram pela carteira B3 nos referidos períodos e foi realizada uma análise de suas boas práticas de responsabilidade social corporativa. São elas: Irani Papel e Embalagem S.A.; Klabin S.A.; Suzano S.A.

O Quadro 1 apresenta os três indicadores: ISI, ISE, IA e seus respectivos significados.

Quadro 1 - Variáveis da responsabilidade social

| Indicador | Variável |
|--------------------------------|--|
| Indicador Social Interno (ISI) | Representa a razão entre os investimentos internos da companhia em participação nos resultados, alimentação, saúde, capacitação e seus totais de ativos. |
| Indicador Social Externo (ISE) | Representa a razão entre os investimentos externos da companhia em participação em ações sociais e os seus totais de ativos. |
| Indicador Ambiental (IA) | Representa a razão entre os investimentos ambientais da companhia e seus totais de ativos. |

Fonte: Adaptado de Ribeiro et al (2017)

No Quadro 1 tem-se a explicação de cada indicador das variáveis da responsabilidade social para análise das práticas de responsabilidade social das empresas que contemplam a amostra.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este tópico apresenta as práticas de responsabilidade social corporativa das empresas Irani Papel e Embalagem S.A., Klabin S.A. e a Suzano S.A., que

apresentaram nos anos de 2017, 2018 e 2019 seus relatórios de sustentabilidade. Destacam-se neste tópico, as práticas voltadas aos treinamentos dos funcionários e o consumo responsável de água e energia.

O setor de papel e celulose utiliza como matéria prima diversos recursos naturais, portanto, não pode faltar ações sociais e ambientais nas empresas desse segmento. O compromisso com a sustentabilidade fica evidente em seus relatórios de sustentabilidade, onde estão descritos os projetos e a preocupação com o consumo responsável de água e energia.

A Tabela 1 apresenta os investimentos ambientais das empresas que fazem parte da amostra desta pesquisa.

Tabela 1 - Investimentos ambientais

| Indicadores | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| Irani | 29,92 | 46,73 | 53,84 |
| Klabin | 0,77 | 0,45 | 0,90 |
| Suzano | 0,38 | 0,36 | 0,49 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a Tabela 1 é possível destacar que os investimentos e gastos ambientais da empresa Irani tiveram crescimento relevantes de 2017 a 2019. Ao coletar as informações no seu website, observa-se que foi considerado o total das ações de monitoramento e conservação dos recursos naturais e biodiversidade, restauração do meio ambiente, atendimentos a demandas de certificação, projetos de educação ambiental e desenvolvimento sustentável da região.

A empresa Irani por exemplo, relatou em seu relatório que a água utilizada em seus processos produtivos é doce, possuem outorga para lançamento de efluente em corpos receptores não localizados em áreas de estresse hídrico. Parte da água que abastece as unidades da região, é utilizada para geração de energia. A Instituição informa também, que todas as fontes de água de suas unidades de negócios, exceto concessionária, são outorgadas por órgão responsável, garantindo que não há impacto significativo nos respectivos corpos hídricos devido ao volume captado.

A outorga é um direito de uso do recurso hídrico e tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, bem como o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos, ou seja, é um instrumento de

comando e controle administrativo e legal do poder público de facultar o uso da água em uma determinada quantidade por um determinado intervalo de tempo, durante um prazo fixo (ANA, 2016).

A Klabin tem projetos de redução de consumo de água e trabalha anualmente para atingir esse objetivo. Uma de suas ações tornou-se benchmarking internacional no assunto. A Unidade Otacílio Costa, localizada a 223 km da capital catarinense, atingiu o índice de 28 metros cúbicos de água para cada tonelada de papel para embalagem produzido – uma redução 54% num período de 10 anos, a Empresa investiu R\$ 2 milhões para alcançar essa meta. A Organização fez aquisição de equipamentos para o ciclo de água se tornar fechado, realizou treinamentos periódicos com seus colaboradores sobre o assunto e implementou torres de resfriamento de água com capacidade de 1.500 m³/h.

A energia é fundamental para diversas áreas da comunidade, a escassez da água e os impactos das mudanças climáticas no setor energético refletem diretamente na economia. Sendo assim, a demanda de água doce é uma questão de extrema importância, ainda há uma estimativa de que a disponibilidade de água num futuro próximo torne-se incerto, com a mudança climática e os maus hábitos adotados pelos seres humanos (ARROYO, 2018).

A Companhia Suzano, quando o assunto é o consumo consciente de água, relata em seus relatórios de sustentabilidade que direciona uma atenção especial à essa questão. Segundo a empresa, as unidades têm curvas distintas de redução de captação nos próximos 12 anos, considerando que estão inseridas em realidades diferentes, porém, integram todas as operações em um único objetivo: chegar a 25,3 metros cúbicos por tonelada de produto (celulose e papel), que correspondem às melhores práticas internacionais de acordo com o *Integrated Pollution Prevention and Control* (IPPC). Algumas unidades também participam de comitês locais de bacias hidrográficas, que reúnem representantes do Poder Público, das empresas e da sociedade civil para discutir o tema água.

Len Zen, (2018) afirma que estudos associaram também, os impactos negativos no ambiente ao turismo, que promove o crescimento desordenado do número de pessoas, que resultam nas alterações nas paisagens e na destruição do patrimônio cultural e natural, bem como o alto consumo de energia e água, resultando na falta destes recursos, além disso, há um aumento nas emissões de gases do efeito estufa e conseqüentemente, maior poluição do ar e da água bem

como o uso e ocupação do solo de modo inadequado e nocivo, o que provoca a desmatamento da natureza para construção e operação de infraestrutura turística e em consequência disso, os resíduos sólidos e líquidos gerados nesse processo, contaminam solo, ar e água.

A Tabela 2 apresenta os investimentos realizados com projetos em prol da sociedade das organizações que fazem parte da amostra da pesquisa.

Tabela 2 - Indicador Social Externo

| Indicadores | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| Irani | 7,65 | 8,36 | 8,76 |
| Klabin | 0,73 | 0,41 | 0,78 |
| Suzano | 0,91 | 0,08 | 0,31 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a análise das informações da tabela 2, foi feita uma avaliação nos relatórios de sustentabilidade das instituições aqui descritas, é possível destacar a Empresa Suzano que, em 2017, foi eleita a melhor empresa do ranking “As Melhores Empresas para Começar a Carreira”, elaborado pela revista Você S/A, que avalia as práticas de gestão direcionadas para os colaboradores com até 26 anos de idade.

A avaliação do desempenho socioambiental das empresas pode ser feita de diversas formas, as bolsas de valores utilizam o indicador social externo para comparação entre empresas e os stakeholders tomam como base para um direcionamento das tomadas de decisão, pois assim, é possível analisar o comprometimento das empresas listadas no mercado de capitais, com a responsabilidade social voltadas para a comunidade (ORSATO et al, 2015).

No início de 2019, a instituição Suzano, investiu no mapeamento dos projetos e no estreitamento do relacionamento com as comunidades da região, incluindo um diálogo frequente, o que se tornou padrão em mais de 200 localidades. Neste mesmo ano, o trabalho de desenvolvimento social da Suzano, atingiu 32 mil pessoas fora da linha de pobreza, abordando temas de educação e geração de renda, as atividades foram desenvolvidas por 30 colaboradores próprios e 100 profissionais terceirizados nas diferentes localidades do Brasil.

Na visão de Pinho et al (2019) a sustentabilidade é o equilíbrio de boas práticas da responsabilidade social, que incluem ações para o desenvolvimento das

comunidades, não apenas numa perspectiva ecológica, mas também com foco na viabilidade econômica, social e cultural, em outras palavras, é uma governança ambiental que proporciona soluções para os problemas ambientais com a engajamento da sociedade como um todo.

A Empresa Klabin aderiu ao programa Empresa Cidadã do Governo Federal, o qual sugere estender a licença parental, é opcional para as empresas, mas a instituição assumiu esse compromisso com seus colaboradores, prorrogando a licença maternidade para 180 dias e a licença paternidade para 20 dias, incluindo os processos de adoção. Essa postura proporciona aos seus funcionários mais qualidade de vida, consentindo que os pais e mães permaneçam com os seus filhos recém chegados nesse período que é fundamental para toda a família.

No Relatório de Sustentabilidade da empresa Irani, destaca-se as iniciativas promovidas e/ou apoiadas pela organização nas suas comunidades, como o Programa Aluno Destaque que oferece orientação pedagógica elaborada pela empresa e são cedidas bolsas de estudos mensal para os cinco melhores alunos da Escola de Educação Básica Galeazzo Paganelli, em Campina da Alegria – Vargem Bonita (SC) considerando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares. São realizados ainda, encontros dos profissionais com os alunos do ensino médio desta escola para compartilharem suas histórias de superação, como conquistaram suas graduações, abordam também a importância da educação continuada e como a formação obtida contribui com os processos da Empresa.

A Tabela 3 apresenta os investimentos internos, obrigatórios e voluntários que a empresa realiza para atender às necessidades dos seus colaboradores.

Tabela 3 - Indicador Social Interno

| Indicadores | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| Irani | 0,59 | 0,71 | 0,78 |
| Klabin | 0,02 | 0,01 | 0,02 |
| Suzano | 0,03 | 0,02 | 0,01 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Avaliando os dados da tabela 3, buscou-se evidenciar as ações das empresas aqui pesquisadas. Referente à promoção do aprendizado contínuo dos colaboradores da Suzano, observou-se que são realizados diversos treinamentos e atividades de ambientação para os recém-contratados, bem como são ofertados,

desde 2017, incentivos e subsídios para realização de cursos de idiomas, graduação e pós-graduação, benefícios que fortalecem o vínculo de seus colaboradores com a empresa criando uma equipe mais comprometida. Junto a isso, os líderes são frequentemente capacitados, buscando expandir a estratégia de atuação conforme o perfil exigido pela organização e assim desenvolver os jovens talentos conectando à realidade do negócio da empresa.

Segundo Horz et al (2019) uma das maneiras das empresas comprovarem o engajamento com a responsabilidade social, é focar em possibilitar um ambiente mais saudável para os seus funcionários, investindo em treinamentos e lazer para seus colaboradores. Os autores relatam que o processo de aceitação da responsabilidade social com o meio ambiente foi lento a ser aceito pelas organizações.

A Klabin fortaleceu a partir de 2017 os processos de desenvolvimento das pessoas e do mercado de atuação, para incentivar a inovação como integrante da nova cultura da empresa. A meta é construir um ecossistema interno que estimule e dê voz para as novas ideias dos profissionais e assim fazerem uma autoanálise das suas atitudes, a fim de enxergar seus métodos sob um novo ângulo, sempre em equipe fomentando dessa forma, a colaboração. O projeto leva em consideração a meritocracia com uma visão humana e sustentável, o objetivo é potencializar a atração, levantando o interesse dos profissionais de trabalharem na empresa, revigorar a retenção e o reconhecimento de colaboradores, provando que a empresa identifica e honra seus talentos internos.

Os investimentos na qualificação dos profissionais da empresa, eleva a produtividade em todos os aspectos, colaborando para uma qualidade de vida no trabalho, responsabilidade com o meio ambiente, agrega no resultado da produção, refletindo também nos lucros da organização, cria oportunidades e gera valor para a sociedade, com o objetivo de promover a sustentabilidade humana (TINOCO, 2010).

A empresa Irani acompanha toda a trajetória profissional dos funcionários desde os processos de atração até a motivação e reconhecimento de desempenho. Possuem um alinhamento cultural chamado empoderamento dos colaboradores, incentivando-os a serem protagonista de suas carreiras profissionais. Os processos seletivos são conduzidos por analistas de treinamento internos. Em 2019, assumiram um novo módulo sistematizado, onde é possível moderar on-line, todos os passos de seleção dos candidatos e admissão e integração dos escolhidos,

proporcionando transparência e agilidade no retorno aos participantes. Em 2017, 45,76% das vagas foram fechadas por recrutamentos internos, em 2018 foram 59,00% e no ano de 2019 o número subiu para 68,09%.

A ideia de desenvolvimento no trabalho é a união de projetos de educação empresarial e capacitações, com experiências profissionais do indivíduo, em outras palavras, não é necessário aplicar um modelo de treinamento formal, a simples vivência de uma experiência inovadora e enriquecedora dentro da organização, com uma cultura de liderança servidora e atitudes guiadas pelo exemplo, viabiliza o momento de qualificação (MOURÃO, 2009).

As empresas de modo geral, precisam se preparar para adequar-se às políticas de gestão ambiental e social, necessitam compreender que aquelas que focarem somente na lucratividade, estarão fadadas ao fracasso, uma vez que os *stakeholders* visam com cada vez mais afinco, as instituições que possuem e atuam conforme os valores da responsabilidade social corporativa e utilizam essas ações como recursos enriquecedores para a competitividade (BATISTA, 2018).

Cristófolo et al (2016) objetivou avaliar o desempenho de empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, e comparar com instituições do mesmo segmento econômico fora do índice, com a intenção de comparar as ações de sustentabilidade empresarial. A amostra foi composta por oito empresas nos anos de 2006 a 2014. Por meio de pesquisa quantitativa, foi observado que as empresas participantes do ISE do setor de bancos e petroquímicos apresentaram melhores resultados que as empresas do segmento de energia elétrica e de papel e celulose.

A pesquisa de Junior et al., (2020) verificou quais organizações do setor de papel e celulose, listadas na B3 S.A., integrantes da carteira do ISE 2019, investiram em sustentabilidade corporativa nos anos de 2016, 2017 e 2018, por meio de pesquisa documental. Os autores concluíram que, de fato, as empresas que mais investiram em sustentabilidade empresarial no triênio pesquisado, fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e que a qualidade da Governança Corporativa tem ligação direta com a evidenciação ambiental.

Ao analisar os relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra desta pesquisa, foi possível concluir que eles são ótimas ferramentas para que a sociedade fiscalize e cobre uma efetiva participação das empresas nos aspectos socioambientais, uma vez que os resultados destas práticas favorecem diretamente

a população e devem ser controlados e levados cada vez mais em consideração na hora de tomar decisões quanto como consumidor, acionista, funcionário ou candidato.

5 CONCLUSÕES E PESQUISAS FUTURAS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as práticas de responsabilidade social corporativa nas empresas do setor de papel e celulose listadas na B3 nos anos de 2017, 2018 e 2019. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo, qualitativo e documental, tendo como amostra três empresas do ramo de papel e celulose, listadas na B3, por meio de relatórios de sustentabilidade, nos sites das empresas.

É possível ressaltar ainda que, as informações de desempenho das empresas Irani, Klabin e Suzano estudadas nesta pesquisa, por meio dos relatórios de sustentabilidade publicados em seus respectivos sites, estão apresentadas de forma clara, detalhada e esclarecedora, todas possuem certificados que determinam responsabilidade e compromisso social. Suas boas práticas vêm em constante crescimento ano a ano, principalmente com questões ambientais e sociais como reflorestamento, consumo consciente de água e energia e educação ambiental e corporativa.

No que diz respeito às ações de desenvolvimento de pessoas, observou-se um cuidado diferenciado com a saúde, bem-estar e a qualidade de vida de seus colaboradores, sendo evidenciado em seus projetos de qualificação profissional e reconhecimento de talentos internos, bem como políticas de inovação e transformação de clima e cultura.

Por meio dos dados levantados, conclui-se que as empresas que mais investem em responsabilidade social são aquelas que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Sendo assim, as informações aqui apresentadas, permitem afirmar que as instituições consideradas como sustentáveis (listadas no ISE), são as que possuem maior preocupação com a divulgação de seus relatórios de sustentabilidade, levando em consideração que nestes documentos, há uma apresentação detalhada das ações sustentáveis, tanto a nível de qualidade das práticas quanto de valores investidos em cada área dos indicadores avaliados.

Esta pesquisa, buscou contribuir com o meio acadêmico, sendo possível destacar que houve uma ascensão evidente na divulgação das informações socioambientais das empresas brasileiras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), apesar de não existir uma padronização dos relatórios, o que dificultou a busca pelos dados estudados, sendo esta, uma sugestão de melhoria para as empresas, que poderiam organizar suas informações a fim de facilitar as futuras pesquisas e avaliações dos seus dados e até mesmo para a elaboração dos relatórios.

Algumas recomendações para os próximos estudos, sugerem-se pesquisas do tipo estudo de caso nas empresas aqui estudadas, com o objetivo de aprofundar a análise das ações de sustentabilidade empresarial apresentadas em seus relatórios, a fim de fazer uma comparação da teoria com a prática.

Por fim, é possível afirmar que as instituições analisadas nesta pesquisa, são socialmente responsáveis e servem de exemplo para outras organizações do Brasil, bem como uma inspiração para as instituições que pretendem abrir capital e buscarem ascensão e visibilidade no mercado.

REFERÊNCIAS

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. 2016. **Mapa Digital Demandas Hídricas Consuntivas**. Disponível em: <http://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/webappviewer/index.html?id=ff60fc3bec2a4e8b988987df9444b3c2>. Acesso em: 08 out. 2020.

ARROYO, E. M. V. **Incorporação do Nexo Energia-Água em um Modelo de Otimização da Expansão do Sistema Energético Brasileiro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BATISTA, A.; FRANCISCO, A. Organizational sustainability practices: A study of the firms listed by the Corporate Sustainability Index. **Sustainability**, v. 10, n. 1, p. 226, 2018.

BERTONCELLO, S. L. T.; CHANG JR, J. A Importância da Responsabilidade Social Corporativa como Fator de Diferenciação. **Revista de Comunicação da FAAP**, v. 1, n. 17, 2007.

B3. **Índices de sustentabilidade empresarial**. Disponível em: <http://www.b3.com.br>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BORTOLUZZI, S. C.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; VALMORBIDA, S. M. I. Avaliação de desempenho em redes de pequenas e médias empresas: estado da arte para as delimitações postas pelo pesquisador. **Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**. Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 202-222, 2011.

BRANDÃO, I. DE F.; DIÓGENES, A. S. M.; ABREU, M. C. S. DE. Value allocation to stakeholder employees and its effect on the competitiveness of the banking sector. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 19, n. 64, p. 161–179, 2017.

BRZESZCZYNSKI J.; MCINTOSH, G. Performance of portfolios composed of British SRI stocks. **Journal of Business Ethics**, n. 120, p. 335-362, 2014.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: Evolution of a Definitional Construction. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

CRISTÓFALO, R. N.; AKAKI, A. S.; ABE, T. C.; MORANO, R. S.; MIRAGLIA, S. G. E. K. Sustentabilidade e o Mercado Financeiro: Estudo do Desempenho de Empresas que Compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista de Gestão**, São Paulo, 2016.

DELOITTE GLOBAL HUMAN. **Leading the social enterprise**: reinveint with a human focus. Disponível em: www2.deloitte.com. Acesso em: 31 mar. 2020.

DIAS, D. O.; RENKS, J. A.; ROSSATO, I. DE F. A Gestão Ambiental como Atração Para os Stakeholders. **Revista Gestão Sustentável Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 3-22, 2020.

DEGENHART, L.; VOGT, M., HEIN, N. Relação do Desempenho Econômico-Financeiro com a Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Brasileiras. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, 2018.

DI DOMENICO, D.; MAZZIONI, S.; GUBIANI, C. A.; KRONBAUER, N.; VILANI, L. Práticas de Responsabilidade Socioambiental nas Empresas de Capital Aberto de Santa Catarina Listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 14, n. 42, p. 70-84, 2015.

ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In A. Henriques & J. Richardson (Eds.), *The triple bottom line, does it all add up?* London: **Earthscan**, p. 1-16, 2004.

FERREL, O. C., FRAEDRICH J.; FERREL, L. **Ética Empresarial**: dilemas, tomadas de decisão e casos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FREITAS, M. R. DE. O. **Avaliação de Índices de Responsabilidade Social Corporativa e Conduta Socialmente (ir)responsável**: um estudo na Empresa Brasileira. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.

HORZ, V.; FRARE, A. B.; NORA, L. D. D.; QUINTANA, A. C. **Correlação Entre Investimentos em Qualificação Profissional e o Desempenho Econômico-Financeiro Empresarial**. Guaratinguetá: Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá, 2019.

JUNIOR RAMOS, M. A. C. Maximização do Lucro e Responsabilidade Social: A criação de valor Compartilhado como uma síntese Conciliatória. **Revista Pensamento e Realidade**, v. 34, n. 2, p. 23-42, 2019.

JUNIOR, C. I. A. L.; MIRANDA, M. C.; NASCIMENTO, I. C. S.; MELO, G. C. V. Sustentabilidade Corporativa: Estudo Comparativo das Empresas do Segmento de Papel e Celulose Listadas na B3. **Revista Conhecimento Contábil**, Natal, 2020.

KAUARK F., MANHÃES F.; MEDEIROS C. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Lisboa: Via Litterarum, 2010.

KNORRINGA, P.; NADVI, K. (2016). Rising power clusters and the challenges of local and global standards. **Journal of Business Ethics**, v. 133, n. 1, p. 55-72, 2016.

LEN ZEN. Manfred et al. The carbon footprint of global tourism. **Nature Climate Change**, n. 8, p. 522-528, 2018.

LU, L. Y. Y.; LIU, J. S. The knowledge diffusion paths of corporate social responsibility: from 1970 to 2011. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 21 n. 2, p.113-128, 2014.

MACHADO, D, P.; OTT, E. Estratégias de Legitimação Social Empregadas na Evidenciação Ambiental: Um Estudo à Luz da Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 136-156, 2015.

MELO, M. F. DE. S.; PIÃO, R. S.; SILVA, W. L. C.; VIEIRA, J. G. V. A Relação entre Responsabilidade Social Corporativa e Competitividade: Proposição de Modelo Teórico Moderado pela Participação em Cadeias Globais de Valor. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 21, n. 4, 2019.

MONTANA, P. J; CHARNOV, B. H. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1999.

MOURÃO, L. Oportunidades de Qualificação Profissional no Brasil: Reflexões a partir de um Panorama Quantitativo. **Revista Administração Contemporânea - RAC**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 136-153, 2009.

ORSATO, Renato; GARCIA, Alexandre; MENDES-DA-SILVA, Wesley; SIMONETTI, Roberta; MONZONI, Mario. Sustainability indexes: why join in? A study of the 'Corporate Sustainability Index (ISE)' in Brazil. **Journal of Cleaner Production**, v. 96, p. 161-170, 2015.

PINHO, T. R. R.; DANTAS, E. W. C.; SANTOS, J. O. Turismo e sustentabilidade em comunidades costeiras: reflexões sobre mudanças socioambientais em Jericoacoara (CE) e Barreirinhas (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 4, p.531-562, 2019.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 76-97.

RIBEIRO, P. E. C. D.; PALACIOS, K. E. P.; FERREIRA, T. V. A. Responsabilidade Socioambiental nas Organizações: uma Medida de Práticas Organizacionais e Endosso dos Trabalhadores. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 1, p.36-50, 2015.

RIBEIRO, F.; ALVES, T. A.; TAFFAREL, M.; MENO, G. Responsabilidade Social Corporativa e Desempenho Financeiro no Setor de Energia Elétrica: Um Estudo com Modelo de Dados em Painéis. **Gestão e Regionalidade**, v. 33, n. 99, 2017.

SILVA, E. A.; BERNARDO, D. C. DOS. R.; MENDONÇA, F. M.; NASCIMENTO, J. P. B. Investimentos em Ações de Responsabilidade Social no Brasil: uma Análise Quantitativa. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 1, n. 1, p. 53-69, 2015.

SILVA, T. B. D. J.; LIMA FILHO, R. N. **Efetividade da missão e a evidenciação da responsabilidade socioambiental**: uma análise em organizações do segmento de papel e celulose. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2014.

SILVEIRA, M. L. G.; PFITSCHER, E. D. Responsabilidade Socioambiental: Estudo Comparativo ente Empresas de Energia Elétrica da Região Sul do Brasil. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 177-195, 2013.

SILVÉRIO, F. R. M. **Responsabilidade social empresarial e redes sociais na internet**: estudo de caso da Empresa Samarco. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2018.

TINOCO, J. E. P. **Balço social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEGAS, S. F. S.; CABRAL, R. E. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina**. Gual, v. 8, p. 236-259, 2015.

WILDHAGEN, R. O.; TEODÓRIO, A. S. S.; MANSUR, Y. S.; MESA, J. A. P. Novas Fronteiras Teóricas para a Responsabilidade Social Empresarial: O Papel das Empresas no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 3-23, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.



VIVÊNCIAS DE PRÁTICAS ECOPEDEGÓGICAS EM TRILHAS ECOLÓGICAS TEMÁTICAS: CONSTRUINDO VALORES PARA A EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL

VIVENCIAS DE PRÁCTICAS ECOPEDEGÓGICAS EN LOS TEATROS ECOLÓGICOS TEMÁTICOS: CONSTRUYENDO VALORES PARA UNA EDUCACIÓN SOSTENIBLE

PAULA, Ricardo Lima Brum de
OAIGEN, Edson Roberto

Resumo: O estudo realizado analisou os principais resultados obtidos em vivências de práticas ecopedagógicas nas TET, direcionados à possível formação efetiva de valores para a dimensão da educação sustentável, partindo-se da apresentação do problema e objetivos, seguida de aplicação do ICD nº 01, acompanhado de problematização dialógica com apresentação do mapa das áreas temáticas seguida de identificação e definição de demandas sócio-ambientais locais significativas, compondo um inventário de indicadores observáveis. A população alvo constitui-se de 84 educandos do curso técnico profissionalizante do 3º ano de 2007, sorteados entre as três outras turmas da Escola Agrotécnica Federal de Colatina- Espírito Santo- EAT-COL, compareceram integralmente 68 educandos, representando um percentual fidedigno para a realização do estudo. Os dados analisados foram obtidos após aplicação de três instrumentos de coleta: a) ICD nº 01 – Questionário misto, aplicado antes das TET, objetivou a coleta de dados empíricos qualitativos de forma estruturada; b) ICD nº 02 – Ficha de construção do diagnóstico: aplicado durante as TET, buscou levantar as relações sócio-ambientais com a realidade paisagística local, de forma semi-estruturada; c) ICD nº 03 – Questionário misto, aplicado após a execução das TET, objetivou a coleta de dados

quali-quantitativos de forma estruturada. Optou-se por uma metodologia híbrida em função das características do trabalho desenvolvido, sobretudo na necessidade de, na análise dos dados coletados, utilizarem-se procedimentos diversos e específicos. Os métodos foram empírico/experimental, analítico, observacional, descritivo e hermenêutico. As vivências ecopedagógicas nas TET comprovaram as hipóteses de que nelas se permitem construir valores fundamentais para a Educação Ambiental, levando a mudança efetiva de condutas individuais e coletivas, permitem a comunicação em diversas linguagens com abstrações cognitivas significativas, potencializam as relações interpessoais, e ainda a preservação do patrimônio natural e sócio-cultural. O paradigma da ecopedagogia, forneceu suporte didático-pedagógico, metodológico, conceitual e ético para as vivências nas TET, em atividades informais, potencializando um indivíduo capaz de atuar com positividade nessa realidade sócio-ambiental e cultural, com ações essenciais, viáveis e urgentes, para o alunado e gestores, contextualizadas nas demandas do seu dia-a-dia num laboratório vivo de experimentos pedagógicos; simples, de baixo custo que valoriza o exercício da cidadania, a melhora da qualidade de vida e a formação de hábitos para a sustentabilidade planetária.

Palavras-chaves: Trilhas Ecológicas Temáticas. Vivências Ecopedagógicas. Sustentabilidade.

Resumen: El estudio realizado analizó los principales resultados obtenidos en vivencias de prácticas ecopedagógicas en las TET, direccionados hacia la posible formación efectiva de valores para la dimensión de la educación sustentable, partiéndose de la presentación del problema y objetivos, seguida de la aplicación del ICD nº01, acompañado de la problematización dialógica con la presentación del mapa de las áreas temáticas seguida de la identificación y definición de las demandas socio-ambientales locales significativa, componiendo un inventario de indicadores observables. La población estudiada se constituye de 84 educandos del curso técnico profesionalizante del 3º año del 2007, sorteados entre los tres otros grupos de la EAF-COL, se integran totalmente 68 estudiantes, representando un porcentual fidedigno para la realización del estudio. Los datos analizados fueron obtenidos después de la aplicación de tres instrumentos de colecta: a) ICD nº 01 – Cuestionario mixto, aplicado antes de las TET, objetivo de la colecta de datos empíricos cuali-cuantitativos de forma estructurada; b) ICD nº 02 – Ficha de construcción de diagnóstico: aplicado durante las TET, buscó levantar las relaciones socio-ambientales con la realidad paisajística local, de forma semi-estructurada; c) ICD nº 03 – Cuestionario mixto, aplicado después de la ejecución de las TET, tuvo como objetivo la colecta de datos cuali-cuantitativos de forma estructurada. Se optó por una metodología híbrida en función de las características del trabajo desenvuelto, sobre todo, en la necesidad del análisis de los datos recolectados, se utilizaron procedimientos diversos y específicos. Los métodos fueron empírico/experimental, analítico, observacional, descriptivo y hermenéutico. Las vivencias ecopedagógicas en las TET comprobaron las hipótesis de que en ellas se permiten construir valores fundamentales para la Educación Ambiental, llevando el cambio efectivo de conductas individuales y colectivas, permiten la comunicación en diversos lenguajes con abstracciones cognitivas significativas, potencializan las relaciones interpersonales, y además la preservación del patrimonio natural y socio-cultural. El paradigma de la ecopedagogía, fortaleció el soporte didático-pedagógico, metodológico, conceptual y ético para las vivencias en las TET, en

atividades informais, potencializando un individuo capaz de actuar con positividad en esa realidad socio-ambiental y cultural, con acciones esenciales, viables y urgentes, para el alunado y gestores, contextualizadas en las demandas de su día en un relato vivo de experimentos pedagógicos; simples, de bajo costo que valoriza el ejercicio de la ciudadanía, la mejora de la calidad de vida y la formación de hábitos para la sustentabilidad planetária.

Palabras clave: Teatros Ecológicos Temáticos. Vivencias Ecopedagógicas. Sustentabilidad.

1 INTRODUÇÃO

O estudo realizado pesquisou a “Educação para o desenvolvimento Sustentável”, com foco no décimo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. (UNESCO 2006-2015), como objeto de vivências transversais no processo ensino aprendizagem, durante a prática das Trilhas Ecológicas Temáticas- TET, com o intuito básico de criar, a partir do ambiente educativo informal, uma célula consciente e ativa de construção individual e coletiva dos conhecimentos sustentáveis e dos valores éticos a favor do equilíbrio ambiental.

A atividade denominada de Trilhas Ecológicas Temáticas (TET) utilizadas como ferramenta transversal de ensino das Ciências, contribui para a compreensão dos fenômenos sócio-ambientais e de suas interrelações vivenciadas nas TET, possibilitando aos atores envolvidos com a aprendizagem, um contato direto com os fenômenos no ambiente natural, exatamente onde eles ocorrem, aguçando a sua maneira de “olhar em volta”.

Corroborado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNEM), na prática das atividades informais, as TET proporcionam contextualização da realidade, o que parece favorecer a aprendizagem de conceitos e valores básicos potencializando novas perspectivas mais amplas e mais complexas, relacionadas à vida do Planeta, num processo baseado nos fundamentos da Ecopedagogia¹⁹.

A proposta surgiu após observação, dentro e fora da área escolar, acerca da tendência explícita, que as pessoas mostram em não respeitar o espaço público, assinando obras que “não” são de sua autoria, como por exemplo: monumentos²⁰,

¹⁹ Ecopedagogia: Termo cunhado por Francisco Gutierrez no início dos anos 90. como teoria da educação que promove a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana. Teve origem na “educação problematizadora” (Paulo Freire), questionando o *sentido* da própria aprendizagem.

²⁰ As estátuas de Aleijadinho em Congonhas - MG, rabiscadas e assinadas por vários turistas, em todo o corpo dos monumentos esculpidos em pedra sabão.

paredes, carteiras, árvores, rochas, placas de trânsito, pontes, viadutos, enfim tudo que se possa pichar ou grafitar, por todas as áreas até impossíveis de acessar sem equipamentos adequados à escalada.

As TET inseridas no contexto da área geofísica da EAF-COL, município da região Norte do Estado do Espírito Santo, nas coordenadas geográficas: S 19° 29' 51.0"/ W 40° 45' 38.1"; com 41 metros acima do nível do mar, à margem esquerda do Vale do Rio Doce, cortada pela rodovia BR 259 – no Km 70. Abrange uma área de 320 hectares, divididos em cerca de 250 hectares de produção pedagógica, e ainda um resquício de Mata Atlântica com aproximadamente 70 hectares, que ainda guardam alguma diversidade biológica e mineral.

As áreas de traslado e de permanência comunitária, são exemplos da “falta de educação ambiental”, pela pichação ou grafitação irregular do espaço público, pelo excesso de produção de detritos sólidos e efluentes, evidenciando aqui a problematização central desta pesquisa que se traduz na busca por identificar:

Quais são os principais resultados obtidos em vivências de práticas ecopedagógicas nas TET, direcionados à possível formação efetiva de valores para a dimensão da educação sustentável?

Para responder a esta questão, recorreu-se aos teóricos e a documentos oficiais que corroborassem as práticas ecopedagógicas nas TET, como fator efetivo de variação dos conceitos, atitudes e condutas em relação à Educação para a Sustentabilidade. Na pressuposição de que a ecopedagógica associada as TET sejam efetivas para dimensionar o educando na sustentabilidade ambiental, possibilitando solução para a questão central levantada neste estudo, com as hipóteses conceituais que se seguem:

a) As vivências ecopedagógicas nas TET permitem a construção de valores fundamentais para a Educação Ambiental, tais como: respeito à natureza e compreensão transversal do ambiente;

b) As vivências ecopedagógicas nas TET levam a mudança efetiva de condutas individuais e coletivas direcionadas a sustentabilidade e ao correto dimensionamento planetário do cidadão;

c) As vivências ecopedagógicas nas TET permitem a comunicação em diversas linguagens com abstrações cognitivas significativas;

d) As vivências ecopedagógicas nas TET potencializam as relações interpessoais, e a preservação do patrimônio natural e sócio-cultural.

Fundamentados na Educação Ambiental (EA)²¹ formal, não-formal, e informal, recomendada pelos PCNEM, e pelo paradigma da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Busca-se nas práxis ecopedagógicas nas TET, não isolar os objetos de estudo em fragmentações disciplinares, facilitando assim a compreensão daquilo que já se conhece, construindo valores sócio-ambientais sustentáveis e desenvolvendo novos e elaborados conhecimentos significativos.

Vista pelos educadores como enriquecedora dos currículos formais, e pelos educandos como motivadora e envolvente, as atividades informais, são recomendadas pelos PCNEM, pela Lei nº 9795/99, pela UNESCO, pelos teóricos como: Matarezi, Silva, Rohde, Fonseca & Oaigen, respaldando e fortalecendo seu uso como parte importante na formação global do sujeito, destacando sua utilidade, aplicabilidade e urgência no processo pedagógico, potencialmente capazes de relacionar a dimensão planetária da cidadania ambiental, com o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida do cidadão global.

Amparados pelas epistemologias Ausubelianas e Freirianas, na análise e leitura da paisagem, fundamentados em Schier, McDowell, Guimarães, Bellini & Leimig, na interpretação desta linguagem específica, relacionadas aos conceitotemas apontados pela amostra, como sendo as maiores demandas locais, dando dessa forma nova ótica naquilo que parecia desprezível ou insignificante, que agora nas TET, se transformam sob outras perspectivas num material ecopedagógico, respaldado nas teorias da informalidade dos PCNEM, e de Rohde, Fonseca & Oaigen, tornam-se efetivos no processo de construção do conhecimento, corroborando as epistemologias cognitivistas e construtivistas.

As situações de protagonismo oferecida pelo espaço físico informal das TET, essenciais à formação global do sujeito, viáveis (pelas condições geográficas locais da EAF-COL) e urgentes (pelo grande potencial de contextualização da realidade com baixíssimos custos de execução e potencial efetivo de intervenção sócio-ambiental), no processo de desenvolvimento de novos valores éticos e céticos, com fundamentação científica, tecnológica e humanista, que diferenciam, viabilizam e valorizam o uso dos cinco sentidos, a comunicação em diversas linguagens, a preservação do patrimônio natural e sócio-cultural e as relações interpessoais da comunidade escolar.

²¹ EA: Educação Ambiental - Por ser eixo do tema é citada inúmeras vezes, será abreviada daqui por diante.

As demandas manifestadas nessa comunidade escolar oportunizaram a aplicação da experiência Freiriana, por meio da “pedagogia da práxis” vivenciadas nas TET com inserções informais sustentáveis sobre os comportamentos e valores identificados, propondo a descentralização democrática e a racionalidade ambiental, baseadas na ação comunicativa comunitária.

Norteados na metodologia da problematização dialógica com uma abrangência de caráter ecopedagógico, levou-se ascendência e simpatia aos processos educativos informais, onde as ciências da natureza associadas a EA constituem-se sem dúvida, no eixo central do paradigma da “Educação para o desenvolvimento Sustentável” décimo da UNESCO (2006-2015), buscando-se nas vivências das TET o cumprimento das principais tarefas formais da EA, onde segundo Santos (2000, p. 6), destacam-se “o desenvolvimento do senso crítico, a formação de opinião, a responsabilidade comunitária local e global e as soluções ambientais sustentáveis”.

Os resultados podem permitir um melhor planejamento para a dimensão da “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” na escola que conduziram ao alunado, informações, valores e conceitos éticos nas mais variadas linguagens, desenvolvidos a partir do contato direto com o espaço fenomenológico, apontando as eficiências e deficiências nas práxis ecopedagógicas utilizadas nas vivências das TET, e ainda quais os tipos de aprendizagens que elas potencializam ou permitam desenvolver.

Este estudo tem como objetivo geral a identificação dos principais resultados obtidos em vivências de práticas ecopedagógicas nas TET, direcionados à possível formação efetiva de valores para a dimensão da educação sustentável.

Como objetivos específicos destacamos:

a) identificar a presença, e a formação de valores para a dimensão da educação sustentável, desenvolvidos nas vivências ecopedagógicas nas TET, visando a formação de hábitos para a cidadania planetária;

b) identificar alteração de condutas individuais e coletivas, desenvolvidas nas vivências ecopedagógicas, nas TET, voltadas ao desenvolvimento ambiental sustentável e ao correto dimensionamento planetário do cidadão,

c) desenvolver atividades direcionadas à aprendizagem significativa construindo imagens dos ambientes visitados nas TET, antes, durante e depois, identificando possíveis variações no conhecimento pré –TET e pós–TET;

d) conhecer as alterações comportamentais efetivas, durante e após as vivências de práticas ecopedagógicas nas TET, direcionadas a preservação do patrimônio natural e

sócio-cultural, dos atores envolvidos com o processo ensino aprendizagem.

Em busca destes objetivos recorre-se a princípio aos teóricos e a documentos oficiais que corroborassem o uso das TET como atividade informal, ecopedagógica transversalizadora do currículo formal da escola, seguindo para uma metodologia que pudesse comprovar ou reprovar estas proposições teóricas.

Em seus históricos desde a era das cavernas, onde se originaram as trilhas e a EA, com trocas significativas de experiências e conhecimentos comunitários. Passando pelo velho mundo, com a “Via Ápia”, primeira trilha a ser pavimentada na história, ligando Roma a Cápua. E a cerca de 500 anos no novo mundo, pelo “Eixo Viário Incaico” nos Continentes Central e Sul Americano, pelos caminhos de São Tomé, usados pelos Guaranis da costa ao Paraguai, pela “Trilha do ouro” de Parati ou Angra para as Minas Gerais, pela “Estrada da Independência” a primeira a ser pavimentada na América latina; até a exploração contemporânea de forma econômica, social e cultural das trilhas por todo planeta, com sua classificação e graduação feitas por instituições e estudiosos favorecidos por sua versatilidade e viabilidade econômica, política e pedagógica.

EA presente na história humana desde onde certamente ocorreram os primeiros ensinamentos, passando por Patrick Geddes (1889); Pai contemporâneo do termo, pelo “Clube de Roma” 1968, por Estocolmo 1972, Belgrado 1975, Tibilisi 1977, Moscou 1987, pela Constituição Brasileira promulgada em 1988, pela Conferência de Cúpula da Terra, a Rio-92, pela Rio + 5. Na mesma década surge o termo “ecopedagogia” cunhado e difundido por Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, norteados em Paulo Freire, e passando por outros encontros intergovernamentais históricos até a lei 9795/99, que regulamenta as políticas sócio-ambientais e educacionais orientadas pelo Estado Brasileiro, e ainda a abrangência didático-pedagógica formal, não formal e informal da EA, direcionadas pelos PCNEM. considerando as singularidades culturais como parte constituinte desta realidade, mas atentando para a responsabilidade conjunta e global do termo EA em busca da qualidade de vida sustentável.

A associação de vivências nas TET com a transversalização do currículo formal da EAF-COL, incorpora conceitos e valores por meio da aprendizagem

significativa, partindo-se da interpretação de imagens e paisagens, navegando pelo currículo e pelos princípios éticos e filosóficos da EA, da ecopedagogia, dos teóricos da área, dos PCNEM e da UNESCO, direcionados por esta prática educativa, contextualizadora da realidade do cidadão.

O desenvolvimento sustentável traz consigo um extraordinário componente educativo que é a preservação do meio ambiente que depende de uma consciência ecológica, e a formação desta consciência depende impreterivelmente da educação. Que contextualizada na realidade mostra que é aqui que entram em cena as vivências das TET na ecopedagogia.

Uma pedagogia para a promoção da aprendizagem significativa do sentido das coisas a partir da vida cotidiana “pensar a prática”, (Freire). Encontra-se este sentido nas caminhadas pelas TET, protagonizando nas vivências o contexto e o processo de criação de novas perspectivas e dimensões, sejam microscópica, macroscópica ou orbital, mas, sobretudo, uma nova forma de olhar sua paisagem, seu entorno.

Com o desenvolvimento de um novo olhar sobre seu entorno, uma nova maneira de ser e de estar, que busca sentido a cada momento, em cada ato de nossas vidas, ganha sentido o que se faz, nas práticas da vida cotidiana, socializando estes sentidos, e não apenas observando o caminho, mas identificando e diagnosticando o impacto humano na área da EAF-COL, com intercessões sobre o aspecto estudado, pensando e praticando a favor da minimização ou solução sustentável a ser adotada pela comunidade escolar. Ou seja, a vivência prática ecopedagógica orientando na busca da compreensão e construção de uma verdadeira EA sustentável.

Visando ainda o alcance dos objetivos, na pressuposição de que as vivências ecopedagógicas nas TET se constituem em ferramenta efetiva de intervenção sócio-ambiental, desenvolve-se a seguinte metodologia de estudo:

- 1) definição da amostra;
- 2) apresentação do mapa. (fig. 01, p. 25); e das áreas temáticas;
- 3) problematização dialógica;
- 4) definição das demandas iniciais das áreas temáticas;
- 5) ICD nº 01, aplicação de enquête pré -TET;
- 6) três execuções das TET por área, com aplicação do ICD nº 02, sob os seguintes critérios:

- a) situação atual
- b) situação desejada
- c) sugestões para melhora, (como ir de A para B);
- 7) vivências ecopedagógicas nas TET, desenvolvendo conteúdos específicos para cada área temática;
- 8) documentação por imagens das áreas temáticas visitadas (fotos);
- 9) ICD nº 03 aplicação de enquête pós – TET;
- 10) tabulação dos dados;
- 11) Interpretação dos resultados diante dos objetivos da pesquisa e do marco referencial teórico / estado da arte;
- 12) Apresentação do relatório final.

A apresentação para a amostra, do mapa geofísico das TET com descrição das áreas específicas, seguidas de problematização dialógica, foi capaz de promover o reconhecimento por meio dos modelos mentais, das seis áreas temáticas como de seu convívio cotidiano.

Identificadas em seguida as demandas iniciais sócio-ambientais locais, apontando para a composição de um inventário de indicadores significativos nas seis áreas temáticas, observáveis in-loco nas vivências das TET, de acordo com suas origens, relações funcionais, sócio-ambientais ou infra-estruturais, cada qual com grande diversidade de conteúdos ecopedagógicos.

As seis vertentes temáticas específicas sugeridas, e imediatamente reconhecidas pela amostra como parte de seu cotidiano, são oriundas de estudo anterior do autor, onde durante os levantamentos geofísicos na área urbanizada, impactada, beneficiada, florestada ou reflorestada, foram assim identificadas:

- 1) Recursos Hídricos;
- 2) Produção Vegetal;
- 3) Produção Animal;
- 4) Agroindústria e Resíduos;

- 5) Esporte e Lazer;
- 6) Reservas Nativas.

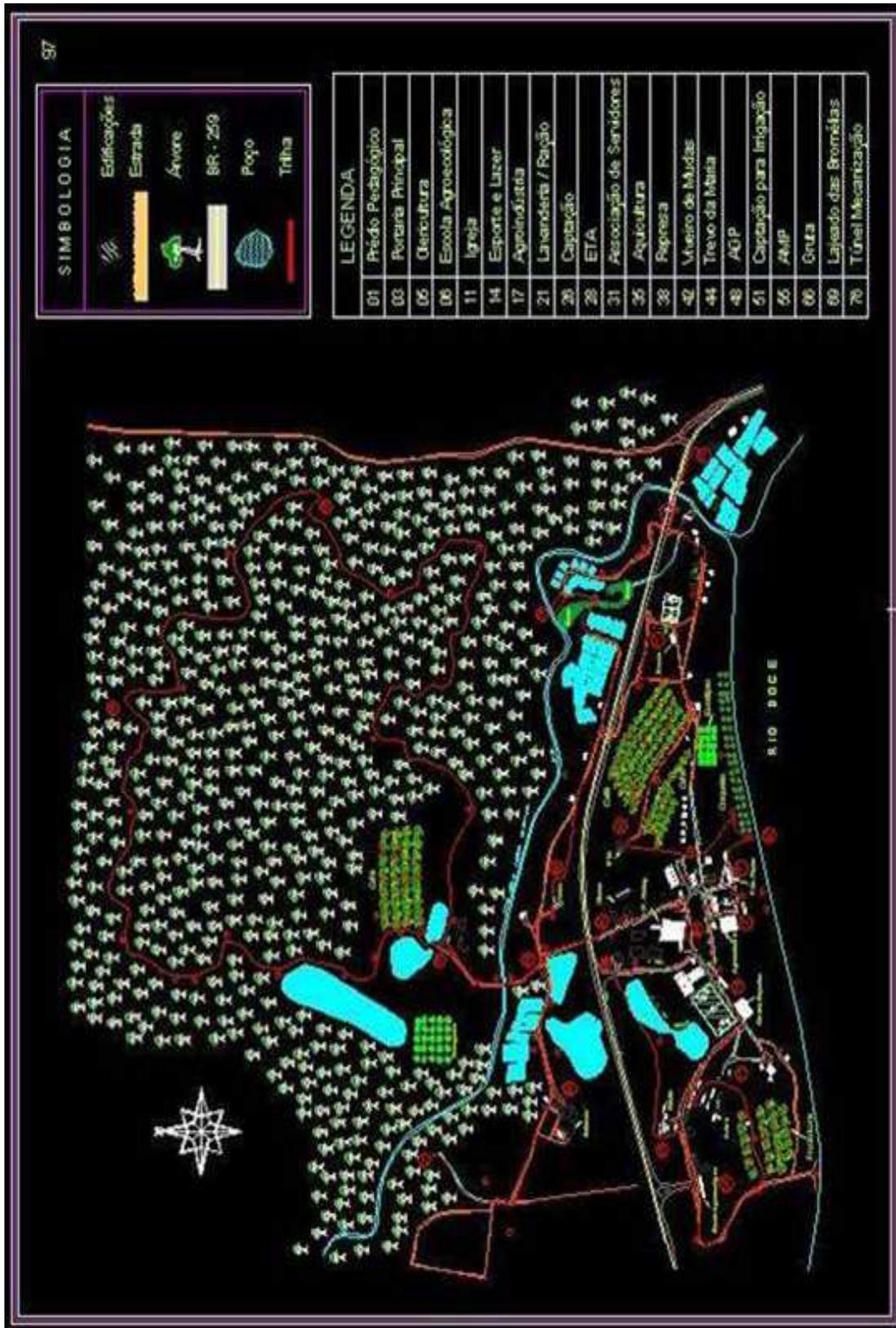


Figura 1: Mapa da área com orientação geográfica

Foram apontadas inúmeras demandas no ICD 02, três eleitas pela amostra como mais significativas por área, e apresentadas como recomendações implementáveis para os gestores e comunidade da EAF-COL, sendo que a mais relevante destacada pela amostra, dentro de cada área temática, foi eleita a fim de ser apresentada neste relatório de pesquisa.

No mundo contemporâneo, da era eletro-eletrônica, da globalização, as antigas trilhas indígenas ou imperiais tem sido usadas para a promoção de eventos comemorativos, competitivos, ecológicos, turístico-empresariais, enfim, a maioria com vínculo econômico ou histórico-cultural, ainda também a busca pela qualidade de vida e relaxamento que proporciona o contato direto com a natureza, mesmo que somente por instantes longe do stresses do dia-a-dia, viabiliza a reposição da energia da vida saudável.

Para os educadores, as relações histórico-culturais e sócio-ambientais que as vivências nas TET proporcionam são infindáveis, pois são vistas como um espaço pedagógico informal, com possibilidade de diminuir a atual distância entre a realidade da vida e o conteúdo programático da escola.

Agora apresentadas como uma ferramenta ecopedagógica, as TET ganham um novo prisma metodológico, conceitual e ético, para a dimensão da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, buscando alterar condutas coletivas e individuais que reduzem as diferenças, equilibrando as relações com o ambiente sócio-cultural e físico.

Os conceitos de EA, ecopedagogia e Educação para o Desenvolvimento Sustentável, têm como fundamentação consensual o fato de serem o elo entre as Ciências, e os problemas ambientais cotidianos, e a busca de uma evolução ética e cética capaz de transformar valores comportamentais contemporâneos individuais e coletivos.

2 ASPECTOS DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Como os animais o homem também era semi-nômade, em busca de caça, água e abrigo. Acompanhando as trilhas de movimentação migratória dos animais, sua fonte de alimento, “O ser humano começou a utilizar e/ou estabelecer trilhas para vários fins, desde a simples procura de alimento, trilhas para caça e água, até

peregrinações religiosas, viagens comerciais e ações militares” (ANDRADE, 2003, p.1).

Há milênios os Cartagineses teriam sido os primeiros a construir caminhos com pedras, mesmo antes da era cristã Ápius Claúdius imperador romano, construiu a "Via Ápia" estrada de quase duzentos quilômetros de extensão entre Roma e Cápua, além de outros povos que contribuíram com seus domínios arquitetônicos viabilizando o traslado de comércios e serviços (MOREIRA, 1975).

Em estudo sobre colonização, Andrade (2003) ressalta que na América, a primeira trilha a ser utilizada pelo colonizador para, da costa vicentina, alcançar os Campos de Piratininga foi a dos Tupiniquins. Depois se passou a utilizar o Caminho do Padre José e sua variante do rio das pedras. Caminhos importantes já utilizados pelos nativos, que neste momento histórico constitui-se num viável meio de traslado, pesquisa e exploração das riquezas de sua nova descoberta como afirma:

Em épocas pré-cabralianas o caminho mais importante foi o de Peabiru (ape + abiru = caminho batido), que teria sido um conjunto de trilhas vicinais supostamente desde a costa de São Vicente até o Paraguai; ou uma longa estrada, tronco de um primitivo sistema de viação geral que, permitia o contato das tribos da nação Guarani, da bacia do Paraguai, com tribos do sul do Brasil, entre elas as que habitavam os campos de Piratininga. O Peabiru, no qual os jesuítas teriam denominado Caminho de São Tomé (ANDRADE, 2003, p. 1).

Mesmo antes da presença dos colonizadores que fizeram deste, o caminho mais importante para os seus objetivos, os Incas já se faziam presentes com sua cultura de ponta e um grande “eixo viário Incaico” que se estendia por toda a área de montanhas e planícies dos continentes sul e centro americanos (PETRONE, 1965, p.76).

Posteriormente outras trilhas como a “trilha do ouro” partindo de Parati e Angra dos Reis em direção as Minas Gerais em busca da exploração do metal precioso, viraram caminhos, continuaram crescendo e alargando-se, vencendo montanhas e cursos d’água e posteriormente sendo pavimentadas, tornando-se realmente estradas, com requintes de domínios arquitetônicos que se tornaram um marco na construção civil da época, segundo Andrade (2003, p. 2):

Um avanço na construção de caminhos foi a calçada do Lorena, por alguns chamada de Estrada da Independência, pois por ela subiu D. Pedro I na memorável viagem de 7 de setembro. Concluída em 1792, sua traçada na serra era um zigue-zague de 180 ângulos e com largura de aproximadamente 3m. Toda calçada com pedras de até 40 cm de largura, não cruzava uma vez sequer um curso d'água, pois se desenvolvia principalmente no divisor de águas dos rios Perequê e das Pedras.

Paralela a exploração comercial implementada pelos colonizadores, naturalistas e aventureiros da Europa, que programaram viagens por toda a província até onde seguissem as trilhas indígenas naturais, praticando o que se poderia chamar de excursionismo científico ou de aventura e que dominavam e difundiam técnicas de caminhadas e acampamentos (ANDRADE, 2003).

a) Tendência contemporânea das trilhas

Após esta abordagem histórica das trilhas, mostra-se o caráter epistemológico; que na prática contemporânea, pode ser vista sob vários enfoques éticos e filosóficos específicos, incorporando nessa visão processos distintos de ações ou intercessões, que podem flutuar desde o caráter administrativo - gestor, ao científico de aventura, passando pelo turístico-educativo, socio-ambientalista ou recreativo.

Hoje em dia, especialistas (ecólogos, biólogos, ambientalistas e cientistas) detêm conhecimentos que transformam as trilhas em trabalhos científicos, didático-pedagógicos e paisagísticos, dando um enfoque contemporâneo às trilhas. Algo como sendo um caminho existente ou estabelecido, com diferentes formas, e objetivos específicos, de condução a um atrativo distinto, por entretenimento ou educação, levando ao despertar da curiosidade científica com uso de sinalização ou de recursos interpretativos.

As trilhas podem ser classificadas como guiadas e auto-guiadas e graduadas segundo Andrade, (1990, p. 3) por “indicadores estabelecidos de acordo com as variáveis condicionantes do percurso, que podem ser naturais ou implantadas”

Apresenta-se a seguir quadro de graduação das trilhas guiadas, norteadas nos estudos de Andrade (1990), em excursionistas internacionais, e ainda nas referências dos seguimentos nacionais praticantes do excursionismo, com adequação à realidade e objetivos didático-pedagógicos a alcançar-se nesse trabalho:

Figura 2 - Classificação e graduação das trilhas guiadas

| | | | | | |
|---|---|--|--|---|--|
| Propositor | FREE WAY TRILHAS E NATUREZA (1987) Andrade(1990) | THE ADVENTURE COMPANY, s.d. Andrade (1990) | MOUNTAIN TRAVEL (1985) Andrade (1990) | Paula (2004) | |
| País | Brasil | Brasil | Estados Unidos | Brasil | |
| Função | Administrativa Patrulha Educativas Recreativas | Recreativas | Recreativas | Administrativa Turística Científica Educativa Aventura Interpretativa Competitiva | |
| Duração | Curta distância Longa distância | Curta duração Longa duração | Naturais curtas Naturais longas | Curta Média Longa | |
| Forma | Circular Oito Linear Atalho | Variadas | Variadas | Linear Atalho Circular Oito Travessia em S | |
| Relevo | Campos Obstáculos Acidentados Montanhas | Campos Acidentados Montanhas | Campos Acidentados Montanhas | Plano Aclive Declive Irregulares | |
| Orientação | Guiadas | Guiadas | Guiadas | Guiadas | |
| D I F I C U L D A D E | Nível técnico | Leve Regular Semipesada | Passeios Camping Acidentados Acima de4000m Montanhismo | Fácil 3 a 7 horas/dia Acima de 4500m Montanhismo Expedicionário | Fácil Regular Difícil |
| | Intensi- Dade | Fácil; Com obstáculos naturais; Exige habilidade específica; | Fácil Moderada Extenuante | Fácil Moderada Difícil | Leve Moderada Pesada Extenuante |

Fonte: Andrade (1990), adaptado pelos autores.

Para as trilhas auto-guiadas, a disponibilidade de utilização de recursos visuais, gráficos, multimeios, que orientem o percurso, e buscam lograr os objetivos da caminhada, levando-se em conta a função da trilha, os recursos utilizados na interpretação, a distância do percurso, a forma do percurso, o relevo, a necessidade ou não de acampar, as características de sinalização, a disponibilidade ou não de GPS, mapas ou roteiros, e “sempre que possível utilização de animais ou carregadores para o transporte dos mantimentos” (ANDRADE, 1990, p. 12).

Apresenta-se a seguir quadro de graduação das trilhas Auto-guiadas, norteadas nos estudos de Andrade (1990), em excursionistas internacionais e ainda nas referências dos seguimentos nacionais praticantes do excursionismo com adequação à realidade e objetivos didático-pedagógicos a alcançar-se nesse trabalho.

Figura 3 - Classificação e graduação das Trilhas Auto-Guiadas

| | | |
|---|--|--------------------------------------|
| PROPOSITOR | Andrade (1990, p.12) | Paula (2004) |
| PAÍS | Brasil – USA | Brasil |
| ORIENTAÇÃO | Auto-guiadas | Auto-guiadas |
| Associação do nível-técnico e intensidade | 1) Leve 2) Semi-pesada 3) Pesada | 1) Fácil 2) Regular 3) Difícil |

Fonte: Andrade (1990), adaptado por Paula (2004).

Ressalta-se que estas são graduações e classificações subjetivas que dependem do condicionamento físico-técnico dos excursionistas, volume de bagagens, equipamento de apoio, exigências do relevo, disponibilidade financeira e cronológica.

b) Versatilidade pedagógicas das trilhas

Nas últimas décadas pôde-se perceber com facilidade que houve uma inversão de valores em relação às trilhas. Deixando de ser o principal meio de deslocamento, a trilha incorpora e passa a ter um novo caráter. Nesse estudo em particular, ancorado nas ciências da natureza, na construção do conhecimento significativo, na análise interpretativa da paisagem, e na ecopedagogia busca-se mais que um novo meio de contato e preservação da natureza, possibilita-se a abertura de um leque temático transdisciplinar, provavelmente com infinitas oportunidades e recursos didático-pedagógicos.

As TET têm uma variação cênica que enriquece o seu uso, passando a ter um sentido em si próprias, tornando-se uma poderosa ferramenta para o processo ensino-aprendizagem, no currículo informal da escola. Eficiente na prática das ações sócio-ambientais sustentáveis, incorporando-se totalmente ao rol de opções e temas da EA ecopedagógica, o que propicia o processo da aprendizagem significativa dos valores e conceitos principalmente o de “exercício da cidadania” (Art. 22, Lei 9394, Lei das Diretrizes e Bases do Ensino Nacional [LDBEN], 1996).

Descobre-se no uso das TET uma versatilidade pedagógica com duas grandes características marcantes: “flexibilidade e viabilidade”; a primeira permitindo a realização das TET em qualquer espaço formal ou informal de Educação, abrangendo transdisciplinarmente qualquer tema contemporâneo; a segunda devido ao seu baixíssimo custo financeiro de implementação e execução.

Essas características de versatilidade pedagógicas auxiliam na orientação de ações capazes de alterar concepções do processo ensino aprendizagem transdisciplinar no espaço informal da “EA ecopedagógica na escola”, direcionando-se na via do conhecimento significativo em todos os níveis de vivência no contexto real dos fatos.

Uma das grandes competências propostas pelos (PCNEM, 1999, p. 126) diz respeito à: “contextualização sócio-cultural como forma de aproximar o aluno da realidade e fazê-lo vivenciar situações próximas que lhe permitam reconhecer a diversidade que o cerca e reconhecer-se como indivíduo capaz de ler e atuar nesta realidade”

Sendo as TET o espaço informal privilegiado para a (re)descoberta da EA ecopedagógica, onde promove-se em consonância com as diretrizes da UNESCO e do Ministério da Educação e Cultura – MEC, a busca pela cidadania ambiental e por contextualizar-se à realidade, distantes na educação formal, como afirmam Rohde, Fonseca e Oaigen (2002, p. 5):

Atualmente o sistema de educação levou a alienação dos problemas e objetivos nacionais, pois não existem vínculos entre o que é ensinado na escola e o cotidiano do educando e do educador. As atividades informais, aliadas aos currículos formais, podem estabelecer um vínculo novo com esta realidade que se quer, pois o domínio e a compreensão da Ciência e da Tecnologia são fundamentais para o presente e o futuro da nação.

Extraindo-se ancoradouros conceituais técnicos das várias disciplinas dos recortes formais do currículo da EAF-COL, avançando-se quando durante a construção do conhecimento significativo ecopedagógico aplicados a sustentabilidade do patrimônio natural e sócio-cultural., lança-se mão destes domínios empíricos dos educandos, durante as vivências nas TET, para interpretação diagnóstica da paisagem, como práticas educativas “apropriando-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e ao aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural” (PCNEM, 1999, p.167).

Espera-se do alunado nessa fase da escolaridade que possa aumentar a possibilidade de assimilação de informações, e se dimensionar adequadamente no sócio-ambiental contemporâneo da construção de conhecimentos e valorização dos

sentidos e sentimentos humanos, “despertando uma consciência crítica, através da percepção e interpretação ambiental” (MATAREZI, 2000, p. 6).

Os educandos durante a prática do programa das TET são orientados quanto à execução de atividades sócio-ambientais de contextualização da sua realidade, vivenciando experiências próprias diante das fascinantes e complexas leis da natureza, e os efeitos e conseqüências da ação humana sobre elas e todas as formas de vida.

Visualizando-se os processos naturais, pelos mínimos detalhes, despertando-se para as percepções Histórico-culturais, suas características e relações sociais, entendendo-se o manejo sustentável dos ecossistemas e dos recursos naturais, construindo-se o saber ecopedagógico e a cidadania ambiental atuante.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os métodos utilizados no estudo valeram-se de procedimentos fundamentados na pesquisa quali-quantitativa. A metodologia híbrida foi eleita em função das características do trabalho e dos procedimentos diversos e específicos para a análise dos dados coletados. Os métodos utilizados foram empírico/experimental, analítico, observacional, descritivo e hermenêutico. No último utilizou-se a técnica da análise de conteúdo segundo Oaigen (1995).

Os dados coletados foram analisados segundo os seguintes indicadores, usados no sentido de viabilizar o desenvolvimento e mensuração, bem como, o fortalecimento da análise dos dados em função do referencial teórico optado: conceitos pré existentes da amostra acerca da sustentabilidade; conceitos adquiridos após as vivências acerca da sustentabilidade; tipo de aprendizagem desenvolvida na contextualização da realidade; alteração efetiva de conduta e a influência da impactação das atividades humanas na paisagem.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados permite afirmar que o uso de várias unidades temáticas potencialmente capazes de sofrer intervenções diretas de caráter socioambiental, ao potencializar o desenvolvimento de vivências de práticas ecopedagógicas nas TET,

direcionados à possível formação efetiva de valores para a dimensão da educação sustentável.

Com as demandas socioambientais identificadas como enfoques temáticos, dando suporte teórico e origem física às trilhas, fundamentadas no currículo formal e informal, com a comprovação de que as vivências ecopedagógicas nas TET levaram a mudanças efetivas de condutas individuais e coletivas direcionadas a sustentabilidade e ao correto dimensionamento planetário da amostra.

Comprovando-se nessa ocasião que com a ampla aplicabilidade e intenso protagonismo oferecidos pelas vivências ecopedagógicas nas TET, foram viabilizadas a construção de valores fundamentais para a EA, tais como: respeito à natureza e compreensão transversal do ambiente.

Isto tudo mostra o grande potencial de contextualização da realidade e o baixíssimo custo operacional do processo de desenvolvimento de novos valores éticos e céticos, que visam a formação de hábitos para a cidadania planetária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comprovação de positividade e aceitação das situações de protagonismo oferecida pelas vivências ecopedagógicas nas TET, permitiram a comunicação em diversas linguagens com abstrações cognitivas significativas e essenciais à formação global, com fundamentação científica, tecnológica e humana, que diferenciam, viabilizam e valorizam o uso dos cinco sentidos.

As vivências ecopedagógicas nas TET potencializaram as relações interpessoais e a preservação do patrimônio natural e sócio-cultural, comprovados quando a amostra destaca em suas análises diagnósticas das unidades da paisagem apresentadas neste estudo, a real situação ambiental, fazendo para o presente e futuro, sugestões e ações sustentáveis de manejo local na EAF-COL.

O suporte pedagógico oficial dos PCNEM oferecido por meio das atividades informais voltadas para o ensino das Ciências e da EA nas TET, foram capazes de desenvolver ainda no sujeito aprendiz a curiosidade científica, fundamentada numa visão ecopedagógica das disciplinas formais, usadas na interpretação da paisagem, comprovadas pela coerência nas exposições das sugestões de manejo, que foram feitas a fim de serem acolhidas pelos gestores da EAF-COL.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, W. J.; ROCHA, L. M. **Planejamento, implantação e manutenção de trilha**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf/cuidar.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

ANDRADE, W. J. de. **Manejo de trilhas**. Disponível em (FEMESP). Disponível em: <http://www.femesp.org>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, **Brasília: MEC, 2004**.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Secretaria de Educação Média e tecnológica. Brasília: MEC; SENTEC, 1999/2002.

FONSECA, V. N. C.; OAIGEN, E. R. **Atividades informais**: uma análise do valor formativo das feiras de ciências. Canoas: ULBRA, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. Medo e ousadia: **o cotidiano do professor**. 8.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, S. T. L. **Trilhas interpretativas**: a aventura de conhecer a paisagem. Disponível em: <http://www.arvore.com.br>. Acesso em: 15 out. 2020.

MATAREZI, J. Programa Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para Regiões Litorâneas: Projeto piloto Município de Bombinhas (SC) e áreas de entorno. Subprojeto: Educação Ambiental e Participação Comunitária. SIMPÓSIO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Anais...** Erechim: URI, 14 a 18 ago 2000.

MATAREZI, J.; MÁXIMO, M. Educação ambiental, o conceito de meio ambiente e a nossa visão de mundo. SIMPÓSIO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Anais...** Erechim: URI, 14 a 18 ago. 2000.

MATAREZI, J. Trilha da Vida: Re-descobrimo a natureza com os sentidos. SEMANA NACIONAL DE OCEANOGRAFIA, 8. **Anais...** Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000.

McDOWELL, L. **A transformação da geografia cultural**. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. (orgs.). Geografia humana – sociedade, espaço e ciência social, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

OAIGEN, E. R. **A influências das atividades não-formais e estralasse na Iniciação à Educação Científica**. Dissertação de Mestrado. UFSM-RS, 1990.

OAIGEN, E. R. A educação e a autonomia do professor, caminhos para a emancipação. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, 1995.

OAIGEN, E. R. **Atividades estralasse e não-formais, uma política para a formação do pesquisador**. Chapecó: UNOESC, 1996.

ROHDE, L. F.; FONSECA, V. N.; OAIGEN E. R. **A iniciação à educação científica e a compreensão dos fenômenos científicos: a função das atividades informais**. Canoas: ULBRA, 2002.

SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. Curitiba: UFPR, 1979.



MARKETING DE EXPERIÊNCIA: A INFLUÊNCIA QUE GERA PREFERÊNCIA

MARKETING EXPERIENCE: THE INFLUENCE THAT GENERATES PREFERENCE

BORGES, Daiane Pereira ²²

FERNANDES, Andréia Castiglia ²³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância do marketing de experiência através de determinada marca nem sempre podem ser medidas tal a subjetividade que as emoções remetem, mas que fideliza ou compromete a relação do cliente com o produto. A metodologia de pesquisa utilizada foi baseada em um método de pesquisa qualitativa, para abranger e compreender todas as questões, da melhor forma, sobre o tema deste artigo. A pesquisa foi aplicada através de um formulário eletrônico, onde os itens variavam entre níveis de satisfação do menor ao maior e perguntas de múltipla escolha. A empresa escolhida como fonte de pesquisa, aqui chamada como Cia Beta possui mais de 40 anos de história, é reconhecida como sinônimo de bem-estar e beleza, onde os clientes não encontram apenas uma farmácia que comercializa medicamentos, mas também um espaço com amplo portfólio de higiene e beleza com diversas opções, ambientes planejados e atendimento de qualidade.

Palavras-chave: Marketing de experiência. Marca. Consumidor.

Abstract: The present work aims to show the importance of the marketing of experience through a particular brand can't always be measured such subjectivity that the emotions refer, but that fidelizes or compromises the relationship of the

²² Bacharel em Administração pela Faculdade São Francisco de Assis. E-mail: daianepborges@yahoo.com.br

²³ Doutora em Educação pela Universidad Evangelica Del Paraguay. E-mail: andreia@looz.com.br

customer with the product. The research methodology used was based on a qualitative research method, to cover and comprehend all the questions, in the best way, on the subject of this article. The research was applied through an electronic form, where items ranged from lower to higher levels of satisfaction and multiple-choice questions. The company chosen as a research source, here called as Cia Beta has more than 40 years of history, is recognized as synonymous with wellness and beauty, where customers find not only a pharmacy that sells medicines, but also a space with ample portfolio of hygiene and beauty with several options, planned environments and quality care.

Keywords: Marketing experience. Brand. Consumidor.

1 INTRODUÇÃO

Diante de um mercado altamente competitivo, empresas têm se empenhado em oferecer produtos e experiências marcantes como forma de atrair e reter consumidores, o que gera estratégias de marketing massificadas que é necessário olhar para todos os lugares e constatar que o poder da comunicação de mercado está sendo corroído, pois, segundo estimativas recentes, apenas um terço de todas as campanhas publicitárias consegue produzir um impacto significativo nas vendas e menos de 25% delas geram algum tipo de efeito em longo prazo.

Essas estratégias nem sempre atendem as necessidades e os desejos de quem prima por relacionamento, acessibilidade e usabilidade. Os produtos ou a própria empresa tenham características desejadas pela maioria dos consumidores. Ao tomar esse conceito como verdade, a empresa é forçada a mexer profundamente em toda sua estratégia, passando a conhecer o consumidor de uma forma que o seu concorrente não conhece e a provê-los de serviços e produtos superiores, tornando-se lembrada por eles.

Com base nisso percebe-se a importância de as empresas investirem na criação de uma identidade que deixe claro os valores da marca, que estejam afinadas com seus consumidores, desenvolvendo um vínculo mais do que somente comercial.

A experimentação e as sensações vivenciadas através de determinada marca nem sempre podem ser medidas tal a subjetividade que as emoções remetem, mas que fideliza ou compromete a relação do cliente com o produto. No entanto, ainda que incomensuráveis, é desejada pelos fabricantes como forma de fidelização, e

fazer com que sua marca chegue a esse nível de relacionamento com o cliente é desafiador e ao mesmo tempo realizador.

O estudo tem por objetivo geral verificar a influência que o Marketing de Experiência gera sobre o consumidor quanto a preferência pela Cia Beta. Os objetivos específicos serão analisar a opinião do consumidor e verificar se há correlação com a marca.

Torna-se importante esta abordagem, pois proporciona uma visão sobre a aceitação da entrada de novos produtos em relação a uma marca já consolidada.

Este torna-se também uma ferramenta norteadora para a empresa, buscando assim a fidelização e prospecção de novos clientes.

A metodologia de pesquisa utilizada foi baseada em um método de pesquisa qualitativa, para abranger e compreender todas as questões, da melhor forma, sobre o tema deste artigo. Essa pesquisa dará base para análises e conclusões do estudo.

2 MARKETING DE EXPERIÊNCIA

A principal característica do *experiential marketing* (que tem sido traduzido de duas formas: marketing experimental ou marketing experiencial) é a de oferecer produtos e campanhas que consigam estimular os sentidos e as emoções do público-alvo, indo além da comunicação tradicional já utilizada.

De acordo com Oliveira (2005), as marcas utilizam o Marketing Experiencial como estratégia para a criação de valor e diferenciação entre os concorrentes. Além de vender produtos, hoje às marcas começam a criar experiências, sensações, emoções para assim resultarem em lembranças e memórias positivas. O Marketing Experiencial aumenta o grau de envolvimento do consumidor com a marca contribuindo para o enriquecimento da relação.

Proposta de valor de uma empresa é uma declaração sobre a experiência resultante que os clientes obterão, sendo que o sistema de entrega de valor inclui todas as experiências de comunicação e canais que o cliente terá a caminho da obtenção da oferta (KOTLER, 2000).

Lindstrom (2012) afirma que nós experimentamos quase toda a nossa compreensão do mundo através dos sentidos: eles são nossa ligação com a memória e tocam nossas emoções, do passado ou do presente, e com as marcas não poderia ser diferente.

Segundo Schmitt (2002), o marketing experiencial é encontrado por toda parte. Em uma grande variedade de mercados e empresas (de consumo, de serviço, de tecnologia), diversas organizações utilizam essas técnicas, que se diferenciam do marketing tradicional (de características e benefícios) por proporcionar ao consumidor uma experiência de marca (podendo ser experiências sensoriais, emocionais, cognitivas criativas, físicas e de estilos de vida). Cada vez mais é necessário apelar às experiências do consumidor para conseguir resultados mais eficientes na comunicação da empresa.

Atualmente os consumidores acham que as características e benefícios funcionais, a qualidade do produto e a marca positiva são coisas absolutamente normais. O que eles querem são produtos, comunicação e campanhas de marketing que estimulem os sentidos e que mexam com as emoções e com a cabeça. Querem produtos, comunicação e campanhas que eles consigam incorporar no seu estilo de vida. Querem obter uma experiência. O grau, segundo o qual uma empresa poderá oferecer uma experiência desejada (usando a tecnologia da informação, marcas e a comunicação e o entretenimento integrado), vai determinar seu sucesso no mercado global do novo milênio. (SCHIMITT, 2002, p. 38).

O fato é que, no mundo de hoje, a maioria das campanhas publicitárias são pouco eficientes. Atingir os consumidores com muita rapidez, cheio de estímulos e déficit de atenção não está sendo uma tarefa fácil.

Talvez o jeito que os profissionais do marketing transmitem suas mensagens tenha de ser reavaliado ou, talvez, mais bem alinhado com o imediatismo do mundo de hoje. Conheço bem isso: é preciso algo completamente revolucionário para romper o impasse em nossa propaganda contemporânea. Uma qualidade de imagens impecável não vai conseguir fazer isso; tampouco as imagens mais chamativas. Que tal ideias cada vez mais criativas ao som de áudio digital? Também não é por aí. Não importa o que fizermos, a propaganda permanece sendo um lampejo instantaneamente esquecível no dia a dia do consumidor - e estamos só começando. (LINDSTROM, 2012, p. 10).

Somos muito íntimos dos nossos sentidos e plenamente conscientes deles. Somente quando nos falta um, percebemos o quão importantes são. Porém, ainda assim, comunicação das empresas é feita quase que exclusivamente em um mundo composto por apenas dois sentidos: o visual e o auditivo.

Lindstrom (2012) fala que para a comunicação de um produto ou serviço, ao aliar experiências sensoriais à promoção de uma marca, proporciona um aumento importante na lembrança do consumidor, reforçando este no momento de decisão da compra.

Neste sentido, Schmitt (1999) descreve os cinco elementos básicos do Marketing de Experiência:

I) Sentir - Invoca os sentidos para a criação de experiências sensoriais através da visão, do som, do toque, do gosto, e do cheiro;

II) Emocionar - Invocar sentimentos interiores e as emoções dos consumidores, criar experiências afetivas;

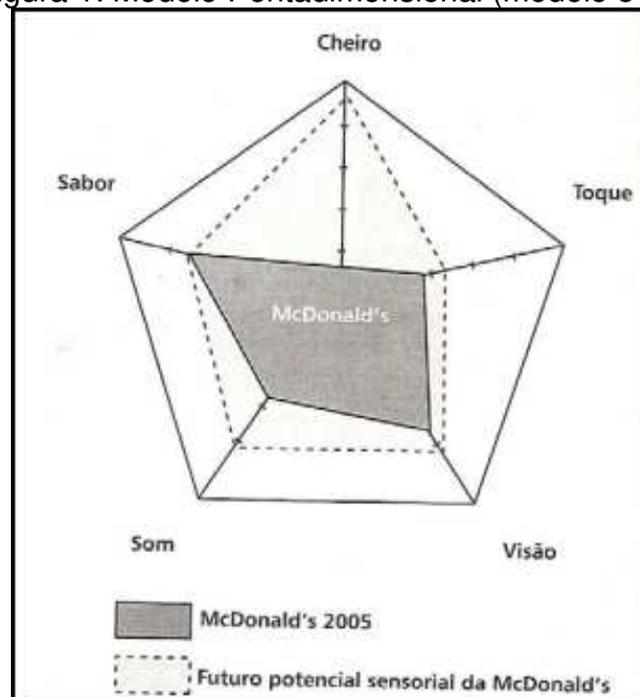
III) Pensar - Invoca o intelecto do consumidor com o intuito de criar experiências cognitivas que os relacionem com a marca de uma forma criativa, através da comparação de raciocínios convergentes e divergentes que originam surpresa, admiração e provocação;

IV) Reagir/Agir - Promovem experiências corporais, estilos de vida e interações; e

V) Relacionar - Consiste em todos os outros elementos anteriormente descritos, porém este vai além, baseado em fatores culturais, geográficos ou sociais.

Lindstrom (2007) reforça este modelo em relação aos cinco sentidos, baseando-se na estratégia do modelo pentadimensional (modelo 5-D), uma abordagem holística que é facilmente entendida, conforme figura 1:

Figura 1: Modelo Pentadimensional (modelo 5-D).



Fonte: Lindstrom (2007)

Kotler (1998) destaca ainda a necessidade de manter contato constante com os clientes a fim de monitorar suas experiências de consumo. Este mapeamento das impressões através dos relatos dos próprios clientes é o caminho mais rápido para se melhorar o desempenho da empresa. Estar atento às demandas e respostas dos clientes aos produtos e serviços oferecidos ao mercado, é fundamental para desenvolver um relacionamento sólido e duradouro, para converter em aumento de ticket médio dos consumidores. Para Chiavenato (2007), o cliente é peça fundamental para uma empresa bem sucedida, e sua satisfação com o atendimento é uma dos aspectos de maior importância no negócio.

2.1 Percepções do cliente

Conforme Paixão (2009) é necessário que se compreenda as maneiras que as compras são escolhidas para que, posterior a isto, possa haver uma relação com os modelos dessas escolhas. Durante todo esse processo, o decisor é influenciado por diferentes fatores que passa por uma sequência de estágios. O consumidor define seu produto de maneira exclusiva, buscando o conteúdo de seu desejo de uma maneira consciente. Os estímulos que são recebidos pelos consumidores, podem ser tantos benéficos quanto nocivos quando se obtém algum item; são as práticas particulares que fazem os mesmos serem vistos de diferentes maneiras.

Segundo Kotler e Keller, (2006), a família é o grupo consumista de maior importância, pois é dessa convivência que o indivíduo obtém suas primeiras influências como direção política, orientação religiosa, educação econômica etc. Porém mais do que as influências por terceiros, os clientes estão exigindo cada vez mais qualidade e serviço superiores, além de alguma customização. Eles percebem menos diferenças reais entre produtos e mostram menos fidelidade a marcas. Eles também podem obter muitas informações sobre produtos por meio da Internet e de outras fontes, o que permite que comprem de maneira mais racional, o que traz maior sensibilidade em relação ao preço.

De acordo com Turchi (2012), o mundo digital mudou o mercado de modo que os profissionais viessem a se readaptar nesta nova realidade. Mudou a forma como fazemos negócios, trouxe grande participação dos internautas, ampliou o poder de barganha dos consumidores. Prover de uma loja online, visto que a mesma pode

servir para atrair novos consumidores, ser um meio alternativo de receita e também ser uma forma de ampliação da marca da empresa.

O ambiente também influencia diretamente nosso modo de perceber e agir. Especificamente falando de estruturas físicas, é certo que o espaço físico que utilizamos é de muita importância para nós mesmos. É possível considerar que o brasileiro, em geral, zela muito pelo espaço que utiliza e cada vez mais tem necessidade de maior conforto. Haja vista a constância de remodelações ambientais sobrepondo-se a reformas de outra ordem. Contudo, não é apenas o aspecto visual e de conforto que deve prevalecer no estudo de aproveitamento do espaço físico; mais do que isso, importa o fluxo existente entre pessoas e papéis, genericamente falando (ARAUJO, 2001).

Na próxima seção, estarão evidenciados os métodos de coleta de dados e fontes de informação utilizadas para esta análise, além dos procedimentos metodológicos que foram aplicados para elaborar o presente estudo.

3 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos que irão fundamentar esta pesquisa, assim como o método de trabalho definidos para a aplicação da mesma.

Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, para atingirmos os objetivos do estudo em questão, Segundo Gil (2007, p. 17) define:

Pesquisa é definida como o (...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada. Segundo Prodanov e Freitas (2013) este tipo de pesquisa tem como seu objetivo gerar conhecimento para auxiliar assim na aplicação prática, sendo destinado a solução de problemas específicos, envolvendo assim verdades e interesses locais.

De acordo com Gil (2007, p. 41) “a classificação da pesquisa é feita a partir de seus objetivos gerais e pode ser dividida em três grandes grupos: a exploratória, explicativa e descritiva.”

A pesquisa classifica-se como descritiva, pois para Prodanov e Freitas (2013) a mesma ocorre quando o pesquisador somente registra e descreve os fatos observados, não interferindo assim no que foi estudado. Portanto, o presente estudo classifica-se como descritiva, pois busca como objetivo analisar a influência que o marketing de experiência gera sobre o consumidor.

Para este estudo foi utilizada uma pesquisa de natureza qualitativa, de modo a descrever os principais pontos destacados e evidenciados neste artigo. Segundo Silva e Menezes (2005) a pesquisa caracteriza-se por qualitativa, pois a mesma não exige a utilização de métodos e técnicas estatísticas e existe a coleta de dados direta na qual o pesquisador é o instrumento-chave do processo.

A pesquisa qualitativa permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente.

4 PESQUISA APLICADA

A empresa escolhida como fonte de pesquisa, aqui chamada como Cia Beta possui mais de 40 anos de história, é reconhecida como sinônimo de bem-estar e beleza, onde os clientes não encontram apenas uma farmácia que comercializa medicamentos, mas também um espaço com amplo portfólio de higiene e beleza com diversas opções, ambientes planejados e atendimento de qualidade.

Com um forte projeto de expansão e crescimento constante, a rede possui mais de 4 mil colaboradores e mais de 400 lojas distribuídas por diversas cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Além disso, a empresa Cia Beta conta com serviço de call center próprio (SAC e tele-entrega), que abrange toda a região sul do Brasil, e atende todo o país através da sua loja online. São mais de 15 mil itens à venda, entre medicamentos e produtos de higiene e beleza, nacionais e importados. Deste modo, a empresa Cia Beta se consolida como um varejo multicanal.

Foram entrevistadas 32 pessoas, clientes de uma loja específica da empresa Cia Beta na cidade de Cachoeirinha no estado do Rio Grande do Sul.

Os entrevistados são indivíduos que já possuem hábitos de consumo regulares na empresa Cia Beta, desenvolvidos a partir do marketing de experiência,

a fim de analisar suas condutas, associar seus maiores estímulos e por fim as razões que o levam a manter o vínculo com a marca.

A pesquisa foi aplicada através de um formulário eletrônico, onde os itens variavam entre níveis de satisfação do menor ao maior e perguntas de múltipla escolha.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa iniciou questionando os entrevistados sobre o diferencial exclusivo da empresa Beta, a fim de identificar a satisfação dos entrevistados.

A pesquisa foi realizada através de uma escala, onde os itens eram avaliados em níveis de satisfação medidos de 1 a 5 (onde 1 era pouco considerado e 5 muito considerado).

Foi perguntado aos clientes sobre os seguintes itens que elas entendem como diferenciais da empresa Beta: a marca expressa **confiança**, expressa **respeito ao cliente**, expressa **cuidado**, seguido de que a marca se destaca por um **tratamento diferenciado**.

As respostas foram classificadas de acordo com as respostas dadas pelas 32 pessoas entrevistadas; sendo número de respostas /número de entrevistados:

Quadro 1: Nível de satisfação

| Níveis de satisfação medidos de 1 a 5 (onde 1 era pouco considerado e 5 muito considerado) | | | | | |
|--|---|------|------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Confiança | | 1/32 | 1/32 | 5/32 | 25/32 |
| Respeito ao cliente | | | 3/32 | 9/32 | 20/32 |
| Cuidado | | | 3/32 | 10/32 | 19/32 |
| Tratamento diferenciado | | | 2/32 | 4/32 | 26/32 |

Fonte: pesquisa aplicada pela autora, 2019.

O destaque ficou por conta do item atendimento diferenciado, onde o cliente tem maior liberdade de escolha e não se sente pressionado pelos atendentes. “A Estética das lojas é sempre agradável e com atendentes discretos que não tentam persuadir a comprar alguma marca ou promoção” – cita um entrevistado. Segundo Chiavenato (2007), o cliente é imprescindível para a empresa se manter no mercado, portanto é fundamental demonstrar o valor de atender bem e respeitar o consumidor.

De modo de entender como a Cia Beta consegue manter a fidelidade dos entrevistados foi analisada a resposta onde variaram entre programa de pontos, estrutura da loja (layout, iluminação, limpeza, organização, disposição dos produtos), marca própria, variedade dos produtos vendidos, atendimento diferenciado pelos funcionários, vendas on-line e responderam que o que mantém a fidelidade é o conjunto de todas as alternativas.

Quadro 2: Fidelização do cliente.

| Como a Cia Beta consegue manter a fidelidade do seu cliente: | |
|---|--|
| | Respostas/Números de entrevistados: |
| Programa de pontos | 22/32 |
| Estrutura das lojas | 18/32 |
| Marca própria | 6/32 |
| Variedade dos produtos vendidos | 17/32 |
| Atendimento diferenciado pelos funcionários | 9/32 |
| Vendas on-line | 7/32 |
| Conjunto de todas as alternativas | 1/32 |

Fonte: pesquisa aplicada pela autora, 2019.

Nessa seção o que mais se destaca entre as respostas dadas pelos entrevistados foi o item Programa de pontos. Onde a empresa garante vantagens através das compras realizadas na empresa que são transformadas em pontos acumulados em seu cadastro, que geram descontos nas próximas compras ou até mesmo a retirada de produtos sem custo algum pelo cliente em troca dos mesmos. Uma estratégia de fidelização do cliente final, onde esse se sente valorizado e sentindo que tem vantagem por essa fidelidade a marca.

Segundo Crescitelli, Guimarães e Milani (2006), umas das formas de aumentar as interações do consumidor com a empresa é criar um programa de fidelização, na qual ela consegue fornecer um conjunto de serviços agregados que estimulem a sua permanência como cliente, com base em um conhecimento profundo das necessidades e desejos dos clientes-chave.

Para entender como as experiências vivenciadas pelo cliente o estimularam a consumir mais do que precisava influenciado pelo ambiente, maior parte dos entrevistados apontou que já foi influenciado pelas promoções, seguido de pela influência dos produtos distribuídos nas gôndolas, influência dos atendentes e apenas 5 pessoas disseram não ter consumido mais que o necessário.

Quadro 3: Nível de influência

| Você considera que já consumiu mais do que precisava influenciado pelos ambientes? | |
|---|--|
| Considera que já foi influenciado por: | Respostas/Números de entrevistados: |
| Promoções | 17/32 |
| Produtos distribuídos nas gôndolas | 15/32 |
| Atendentes | 4/32 |
| Não se consideram influenciados | 5/32 |

Fonte: pesquisa aplicada pela autora, 2019.

Sabe-se que as compras realizadas por impulso, as que são decididas no momento em que o consumidor contata com o produto no ponto de venda, são as que relativamente o processo de informação e reflexão é muito curto e precede imediatamente a decisão: compras de baixo preço e por último, as compras automáticas correspondem a um hábito adquirido e são, de alguma forma, pré-programadas.

Lindstrom (2012) ressalva as experiências sensoriais como de grande importância nesse momento de decisão do consumidor, que através de uma abordagem holística explica a influência em seu comportamento.

Seguindo a pesquisa, os entrevistados foram questionados quanto ao que os leva a perceber que a Cia Beta oferece um ambiente diferenciado. O layout, iluminação, limpeza, organização e disposição dos produtos de modo uniforme, foram citados por todos os respondentes como um diferencial da empresa em questão.

Quadro 4: Ambiente diferenciado

| Níveis de satisfação medidos de 1 a 5 (onde 1 era pouco considerado e 5 muito considerado) | | | | | |
|---|---|---|------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Layout | | | 5/32 | 4/32 | 25/32 |
| Iluminação | | | 3/32 | 14/32 | 15/32 |
| Limpeza | | | 2/32 | 5/32 | 24/32 |
| Organização | | | 3/32 | 4/32 | 25/32 |
| Disposição dos produtos | | | 5/32 | 5/32 | 22/32 |

Fonte: pesquisa aplicada pela autora, 2019

A organização das lojas, a limpeza e a boa distribuição dos produtos, devidamente separados, ainda que com embalagens diversas conseguem manter o ambiente uniforme e amplo o que de alguma maneira chama a atenção dos clientes frequentadores das lojas da Cia Beta, dando-lhe uma visão ampla e clara dos produtos disponíveis para a venda. Destaca-se também o Layout pode ser simplesmente o arranjar ou o rearranjar até se obter a disposição mais agradável de

um ambiente, não somente no sentido visual e do conforto, mas de melhor aproveitamento do espaço físico visando pessoas e papéis.

De acordo com Araújo (2001) a configuração de instalação (layout) estabelece a relação física entre as várias atividades. O layout pode ser simplesmente o arranjar ou o rearranjar até se obter a disposição mais agradável de um ambiente, não somente no sentido visual e do conforto, mas de melhor aproveitamento do espaço físico visando pessoas e papéis.

No decorrer da entrevista, foi questionado o motivo pelo qual a marca imprime confiança. A percepção de a marca possuir um histórico positivo de comercialização no ramo de atuação, seguido por respeito ao receituário médico, posicionamento dos atendentes e alguns dos entrevistados responderam também que há algum outro motivo para que a marca mostre-se confiável.

Quadro 5: Nível de confiança

| Motivo por qual a marca lhe transmite confiança e segurança no ato da compra: | |
|--|--|
| | Respostas/Números de entrevistados: |
| Histórico da instituição | 24/32 |
| Respeito pelo receituário médico | 12/32 |
| Posicionamento dos atendentes | 5/32 |
| Outros | 2/32 |

Fonte: pesquisa aplicada pela autora, 2019.

Por tratar-se de uma empresa de mais de 40 anos atuante no segmento farmacêutico, sendo uma marca pioneira em diversos fatores como marca própria, vendas on-line, programa de pontos e outros vários citados nesse artigo, a Cia Beta criou um alicerce de confiança com o público, principalmente gaúcho, onde a empresa iniciou suas atividades. Além de contar com um atendimento classificado como padrão e ser considerado para muitos como exemplo de bom atendimento a Cia presa pela qualidade e por um preço acessível.

Outro diferencial para o sucesso é o cuidado com o design de cada produto e a preocupação em inovar a cada dia, atendendo públicos específicos. O desenvolvimento de cada linha provoca um total envolvimento estratégico para que seja alcançado um resultado final verdadeiramente satisfatório.

Quando o cliente se mostra satisfeito dentro de suas necessidades, ele tende a utilizar frequentemente o mesmo local de compra, tornando-se um cliente regular, defensor, podendo vir a espontaneamente elogiar a empresa (PAIXÃO, 2009).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar o quanto as ações do marketing de experiência influenciam o consumidor.

Em suma, como se pode ver, até coisas que normalmente não se considera marca, são comercializadas e tratadas como tal. Por exemplo, o ambiente em questão, liberdade de escolha dos clientes e o bom atendimento.

Constata-se também que o bom histórico de uma marca vem influenciando os consumidores a terem se tornado clientes fiéis e que existe uma predisposição a indicar a amigos e familiares a tornar-se clientes também. De acordo com Kotler e Keller (2006) o vínculo familiar corresponde ao primeiro grupo de referência, pois exerce influência direta ou indireta sobre os comportamentos de um ou mais indivíduos. Mas também ressalta que as pessoas se sentem influenciadas também pela racionalidade, incluído propagação promocional e sensibilização ao preço.

Quanto à influência gerada a partir de campanhas de marketing da Cia Beta, uma observação importante constatada pela pesquisa é que a maioria dos entrevistados acredita que o fator histórico da instituição seja um fator primordial na escolha de onde comprar.

Constata-se que a empresa conta com um histórico de respeito com o cliente, buscando sempre a satisfação plena de quem a escolhe e visa o bem-estar de todos que buscam atendimento em suas lojas. E como citado no início do artigo destaca-se a importância de as empresas investirem na criação de uma identidade que deixe claro os valores da marca, que estejam afinadas com seus consumidores, desenvolvendo um vínculo mais do que somente comercial.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. C. G., **Organização, sistemas e métodos e as modernas ferramentas de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CRESCITELLI, Edson; GUIMARÃES, Cezar Terence; MILANI, Gabriela Fernandez. Marketing de relacionamento aplicado ao varejo: uma proposta de programa de fidelização. **Revista de Administração da Unimep**, Piracicaba, v. 4, n. 1, p. 17-37, 2006.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip; KELLER, L. Kevin. **Administração de marketing**. 12.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LINDSTROM, Martin. **Brand Sense**: segredos sensoriais por trás das coisas que compramos. Porto Alegre: Bookman, 2012.

OLIVEIRA, C. M. Profissionais debatem Experience Marketing. **Jornal de Negócios**, São Paulo, 2005.

PAIXÃO, Marcia Valéria. **Comportamento do consumidor e marketing de relacionamento**. São Paulo: Ibplex, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SCHIMITT, Bernard H. **Experimental marketing**. Nova Iorque, 1999.

SCHIMITT, Bernard H. **Marketing experimental**. São Paulo: Nobel, 2002.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

TURCHI, Sandra R. **Estratégias de marketing digital e e-commerce**. São Paulo. Atlas, 2012